

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

FABIANA ALEXANDRE FERREIRA NICOLINI

RECICLANDO O DESTINO:
a trajetória do cortador de cana que se tornou catador de
recicláveis e autogestor de seu ofício

FRANCA
2010

FABIANA ALEXANDRE FERREIRA NICOLINI

**RECICLANDO O DESTINO:
a trajetória do cortador de cana que se tornou catador de
recicláveis e autogestor de seu ofício**

Tese apresentada à Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira

Nicolini, Fabiana Alexandre Ferreira

Reciclando o destino : a trajetória do cortador de cana que se tornou catador de recicláveis e autogestor de seu ofício / Fabiana Alexandre Ferreira Nicolini. – Franca: [s.n.], 2010
143 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Ubaldo Silveira

1. Cooperativa – Catadores de materiais recicláveis – Sertãozinho (SP). 2. Cana-de-açúcar – Trabalhadores – Desemprego – Brasil. 3. Trabalho – Autogestão. I. Título.

CDD – 301.312

FABIANA ALEXANDRE FERREIRA NICOLINI

RECICLANDO O DESTINO:

**a trajetória do cortador de cana que se tornou catador de
recicláveis e autogestor de seu ofício**

Tese apresentada à Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Ubaldo Silveira

1ª Examinadora: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2010.

*Dedico esta tese ao meu esposo Evandro
por todo carinho, apoio e compreensão
durante minha presença ausente
necessária para a realização deste trabalho.
Às minhas filhas Kauany e Nicolle
que trazem tanta luz e gosto para minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Ubaldo Silveira, por acreditar neste projeto e na minha capacidade de realizá-lo, por me ajudar a ampliar meus horizontes teóricos, por sua permanente solicitude e, principalmente, por constituir um exemplo profissional e humano.

À Prof. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler, na qualidade de docente e amiga, que esteve presente desde a minha primeira entrevista de seleção para o mestrado, depois ministrou a minha primeira aula na pós-graduação, participou das bancas de qualificação e defesa de mestrado e agora, de doutorado, além de outros projetos dentro da UNESP de Franca, como o 1º Congresso de Serviço Social.

Ao Prof. Dr. Pe. Mário José Filho que como docente permitiu que eu vivenciasse a sensação de acolhimento e que como membro da minha banca de qualificação, juntamente com a professora Helen, indicou-me generosamente pontos a aperfeiçoar e a aprofundar, além de apontar potencialidades da pesquisa.

A Alfredo Argus que como colega de trabalho se dispôs a ouvir meus anseios de pesquisa, estimulando-os. Apoiou-me na elaboração do primeiro artigo científico e me recomendou certeira e procure o Prof. Dr. Ubaldo Silveira na UNESP de Franca.

À Leia Maria Erlich Ruwer, minha amiga, minha companheira nesta jornada de doutoramento e tantas outras. Estivemos juntas durante o curso das disciplinas, em eventos científicos e principalmente, nos momentos de angústias e de alegrias que envolveram esta pós-graduação.

A secretária do Departamento de Serviço Social Renata Giaqueto Gomes e aos funcionários da Seção de Pós-Graduação Máisa Helena de Araújo, Luzinete Suavinho Gimenes, Regina Celi Santos Gomes, Ícaro Henrique Ramos e Vinícius Martins pela cordialidade, pela disponibilidade e pela competência na realização de procedimentos que possibilitaram a realização deste trabalho.

Aos membros do grupo CEPEER que por diversas vezes permitiram que eu visualizasse melhor os ângulos desta pesquisa por meio das discussões sobre o tema durante nossas reuniões.

Aos membros da Cooperativa dos Catadores de Recicláveis de Sertãozinho por consentir a realização desta pesquisa, pela colaboração ativa e pela hospitalidade imprescindíveis para a concretização deste trabalho.

Aos meus Pais, meus maiores incentivadores, meus pilares de sustentação.

A Deus pela força e coragem para enfrentar os momentos difíceis e também por me permitir conhecer pessoas maravilhosas que tornaram mais agradável essa caminhada.

A todos aqueles que, embora não nomeados, me presentearam com seus inestimáveis apoios em distintos momentos.

"Eu não acredito em caridade. Eu acredito em solidariedade.

Caridade é tão vertical: vai de cima para baixo.

*Solidariedade é horizontal: respeita a outra pessoa e
aprende com o outro.*

*A maioria de nós tem muito que aprender
com as outras pessoas."*

Eduardo Galeano

NICOLINI, F. A. F. **Reciclando o destino:** a trajetória do cortador de cana que se tornou catador de recicláveis e autogestor de seu ofício. 2010. 143 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas constatações obtidas a partir de uma análise das relações entre trabalhadores de uma cooperativa de recicladores. Esses trabalhadores são oriundos da atividade na área rural, principalmente o trabalho no corte manual da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto/SP. A pesquisa buscou identificar as características do processo de mudança de ofício, quando o cortador de cana passou a trabalhar como catador de recicláveis e, inclusive, verificar como vem ocorrendo a adaptação deste indivíduo ao sistema de trabalho autogestionado, típico de organizações cooperativistas. Para tal, utilizamo-nos da pesquisa de caráter descritivo exploratório, de abordagem quantitativa e qualitativa. A cooperativa selecionada para o estudo foi a Cooperativa de Recicladores de Sertãozinho, a CORSERTA, por apresentar características que possibilitaram obter as informações necessárias para o atendimento dos objetivos deste estudo. Como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário semi-estruturado. Seis eixos de análise foram considerados para a construção do conhecimento proposto: a questão agrária; o setor sucroalcooleiro e suas tendências; os ofícios de cortador de cana e de catador de recicláveis; o processo de reciclagem, a economia solidária e o cooperativismo; a trajetória e as características da CORSERTA e a análise das entrevistas que trazem informações sobre a adaptação dos trabalhadores rurais à atividade de catador e ao sistema cooperativo. Como resultado, o estudo revela que a atividade de catar materiais recicláveis, principalmente quando organizada em cooperativas de trabalho apresenta uma opção de trabalho e renda para os trabalhadores rurais que perderam seus postos de trabalho em virtude da mecanização do processo de corte nas lavouras de cana. O estudo mostra também que o trabalhador ligado ao ofício de catar recicláveis não vê a atividade como forma provisória de sobrevivência e renda, mas como uma atividade na qual tem a intenção de permanecer, de se desenvolver, de ser reconhecido e valorizado socialmente. Verificamos que os trabalhadores apresentam uma facilidade de adaptação ao trabalho coletivo e aos princípios de autogestão, apreciando prática autogestionária e demonstrando maior vocação para o trabalho coletivo do que para a forma individualista de atuação, típica do sistema capitalista de produção. Por outro lado, constatamos que o comportamento coletivo e solidário exercido no local de trabalho não é reproduzido nos ambientes fora do trabalho, já que observamos poucas manifestações de ajuda mútua entre familiares e menos ainda nas relações com a vizinhança e na comunidade onde vivem. Percebemos que a condição técnica, que interpretamos aqui como os princípios cooperativos, é que permitiu que o comportamento no trabalho fosse alterado sem que esse comportamento fosse resultante de uma consciência coletiva. Por fim, durante a investigação na CORSERTA visualizamos um desafio específico daquele empreendimento que é a necessidade de busca de auto-sustentação econômica da cooperativa já que sua dependência de apoio de órgãos públicos e privados ainda é muito grande, mesmo depois de oito anos de constituição, sendo que para que os trabalhadores, de fato, tornem-se livres no desempenho desta atividade e neste sistema de produção autogestionário, devem desenvolver meios de alcançar sua independência gestonária.

Palavras-chave: desemprego. cortador de cana. catador de recicláveis. autogestão. cooperativas de trabalho.

NICOLINI, F. A. F. **Recycling the fate:** the trajectory of the cane curter who became a collector of recyclables and self-manager of his occupation. 2010. 143 f. Dissertation (Doctor's Degree in Social Service) - College of Humanities and Social Science, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.

ABSTRACT

This paper presents some findings obtained from an analysis of relations among workers at a recycling cooperative. Those workers are from the rural activity area, particularly the work on the manual cutting of sugar cane in Ribeirão Preto/SP. The survey sought to identify the characteristics of the process of change of occupation, when the cane cutters began to work as collectors of recyclables and even see how this individual's adaptation to the self-managed work system is occurring, as it is typical of cooperative organizations. To this end, we have used the descriptive-exploratory study, quantitative and qualitative approach. The cooperative was selected for the study of the Cooperative of Recyclers Sertãozinho, the CORSERTA, by presenting features that allowed to obtain the information necessary to meet the goals of this study. As a tool for data collection, a semi-structured survey was made. Six lines of analysis were considered for the proposed construction of knowledge: the agrarian issue, the alcohol sector and trends; cane cutter and collector of recyclables' occupations, the recycling process, the solidarity economy and cooperativeness, and the trajectory the characteristics of CORSERTA and the analysis of the interviews that have information about the adaptation of rural workers to the activity of scavengers mainly when organized as a cooperative system. As a result, the study reveals that the activity of picking up recyclable materials, particularly when organized into cooperatives work, presents a choice of jobs and income for rural workers who lost their jobs because of mechanization of the cutting process in the cane fields. The study also shows that the worker on the craft of picking recyclables do not see this activity as a provisional form of subsistence and income, but as an activity in which they intend to stay, develop, be socially recognized and valued. We found that the workers have an easy adaptation to collective work and the principles of self-management, enjoying self-management practice and showing more vocation to work for the collective than individualistic forms of action, typical of the capitalist system of production. Moreover, we found that the collective and solidarity behavior exercised in the workplace will not play in environments outside the work, since we observed few signs of mutual help among family members and even less on relations with the neighborhood and community where they live. We realized that the technical condition, which we interpret here as cooperative principles, is what allowed the behavior at work to be changed without such behavior being the result of a collective consciousness. Finally, during the investigation at CORSERTA, we visualized a specific challenge of that new development, which is the need to search for the cooperative economic self-sustainability since its dependence on support from public and private agencies is still very large, even after eight years of its incorporation, and for the workers, in fact, to become free in the performance of this activity and in this self-managed production system, they should develop means of achieving their managerial independence.

Keywords: unemployment. cane cutter. collector of recyclables. self-management. cooperatives.

NICOLINI, F. A. F. **La recyclage du destin**: la trajectoire du coupeur de canne à sucre qui est devenu collecteur de recyclables et auto-gestionnaire de leur office. 2010. 143 f. (Doctorat en Service Social) - Faculté des Sciences Humaines et Sociales, Université Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Franca, 2010.

RÉSUMÉ

Ce travail présente quelques constatations obtenues à partir d'une analyse des relations entre les travailleurs d'une coopérative de recycleurs. Ces travailleurs sont originaires de l'activité rurale, principalement le travail dans la coupe manuelle de la canne à sucre dans la région de Ribeirão Preto /SP. La recherche a cherché identifier les caractéristiques du processus de changement d'office, quand le coupeur de canne a commencé à travailler comme collecteur de recyclables et, de même, vérifier comment cela se passe à l'adaptation de cette personne au système de travail auto-gestionnaire, typique des organisations coopératistes. Pour cela, nous avons utilisé de la recherche de caractère descriptif exploratoire, d'abordage quantitatif et qualitatif. La coopérative sélectionnée pour l'étude a été la Coopérative de Recycleurs de Sertãozinho, CORSERTA, car elle présente des caractéristiques qui rendent possible obtenir les informations nécessaires pour la procédure des objectifs de cette étude. Comme instrument de cette collecte de données nous avons appliqué un questionnaire semi-structuré. Six axes d'analyse ont été considérés pour la construction de la connaissance proposée: la question agraire; le secteur du sucre et de l'alcool et leurs tendances; les métiers de coupeur de canne à sucre et de collecteur de recyclables; le processus de recyclage, l'économie solidaire et le coopératisme; la trajectoire et les caractéristiques de CORSERTA et l'analyse des entrevues qui apportent informations sur l'adaptation des travailleurs agricoles à l'activité de collecteur de recyclables et au système coopératif. Comme résultat, l'étude révèle que l'activité de collecter de matériaux recyclables, principalement quand elle est organisée dans des coopératives de travail elle présente une option de travail et un revenu pour les travailleurs agricoles qui ont perdu leurs postes de travail en vertu de la mécanisation du processus de coupe dans les cultures de canne à sucre. L'étude montre aussi que le travailleur lié à l'office de collecter de recyclables ne voit pas de l'activité comme forme provisoire de survie et de revenu, mais comme une activité dans laquelle il a l'intention de rester, se développer, d'être reconnu et être valorisé socialement. Nous avons vérifié que les travailleurs présentent une facilité d'adaptation au travail collectif et aux principes d'autogestion, en appréciant la pratique auto-gestionnaire et en démontrant plus grande vocation pour le travail collectif que pour la forme individualiste de performance, typique du système capitaliste de production. D'autre part, nous avons constaté que le comportement collectif et solidaire exercé dans le lieu de travail n'est que reproduit dans les ambiances du travail, car nous avons observé peu de manifestations d'aide mutuelle entre les membres de la famille et moins encore dans les relations avec le voisinage et dans la communauté où ils vivent. Nous avons noté que la condition technique, que nous interprétons ici comme des principes coopératifs, c'est qui a permis que le comportement dans le travail avait été modifié sans que ce comportement avait été résultant d'une conscience collective. Finalement, pendant la recherche dans CORSERTA nous avons visualisé un défi spécifique de cette entreprise qui est la nécessité de recherche d'auto-suffisance économique de la coopérative puisque sa dépendance de soutien des organes publiques et privées encore est très grande, même après huit ans de constitution, et que pour que les travailleurs, en fait, deviennent libres dans la performance de cette activité et dans ce système de production auto-gestionnaire, ils doivent développer des moyens d'atteindre son indépendance gestionnaire.

Mots-clé: chômage. coupeur de canne. collecteur de recyclables. autogestion. coopératives de travail.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Empregados na Cultura da Cana no Brasil em 2004.....	36
TABELA 2	Atividades Necessárias para Cortar Doze Toneladas de cana.....	47
TABELA 3	Índices Reais de Preços de Salários, Cana, Açúcar e Alcool no Estado de São Paulo, 1976-97.....	52
TABELA 4	Relação entre as Ocupações de Cortador e Catador.....	59
TABELA 5	Contribuições da Reciclagem.....	60
TABELA 6	Reciclagem e Reutilização: distinções	64
TABELA 7	Sujeitos da Pesquisa.....	93
TABELA 8	Princípios Cooperativistas.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Imóveis Rurais no Brasil em 1992	31
GRÁFICO 2	Trabalhadores Rurais no Setor Sucroalcooleiro entre 1981 e 2004	50
GRÁFICO 3	Cana Colhida por Máquina em 2007.....	51
GRÁFICO 4	Como Você Tornou-se Cooperado?	95
GRÁFICO 5	Qual é o Maior Benefício de se Fazer Parte da Cooperativa?...	97
GRÁFICO 6	A Cooperativa o Ajuda a ter Acesso a Serviços?.....	98
GRÁFICO 7	Características dos Membros da Cooperativa: Perfil Social.....	100
GRÁFICO 8	Características dos Membros da Cooperativa: Experiência Profissional e Escolaridade	101
GRÁFICO 9	Renda Individual dos Cooperados	102
GRÁFICO 10	Renda Familiar dos Cooperados	103
GRÁFICO 11	Variação da Quantidade de Cooperados.....	104
GRÁFICO 12	Poder de Decisão dos Membros da Cooperativa	106
GRÁFICO 13	Controle Sobre as Atividades Diárias na Cooperativa.....	107
GRÁFICO 14	Escolha dos Líderes na Cooperativa.....	108
GRÁFICO 15	Intercooperação.....	109
GRÁFICO 16	Amizades.....	111
GRÁFICO 17	Obter Empréstimo com Amigos.....	112
GRÁFICO 18	Apoio de Vizinhos.....	113
GRÁFICO 19	Ajuda em Situação de Emergência.....	114
GRÁFICO 20	Confiança nas Pessoas.....	114
GRÁFICO 21	Percepção de apoio mútuo.....	115

GRÁFICO 22	Apoio Mútuo entre Parentes e Familiares.....	116
GRÁFICO 23	Apoio Mútuo entre Vizinhos, Amigos, Colegas de Trabalho e Conhecidos.....	117
GRÁFICO 24	Expectativas de Retribuição ao Apoio.....	118
GRÁFICO 25	Percepção de Felicidade.....	119

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1	Caminhão para transporte de cana.....	39
FOTO 2	Carregadeira de cana.....	40
FOTO 3	Colheitadeira de Cana-de-açúcar.....	41
FOTO 4	Centro da cidade de Ribeirão Preto.....	55
FOTO 5	Placa de identificação da cooperativa na lateral do galpão.....	76
FOTO 6	Fachada da CORSERTA.....	77
FOTO 7	Parte externa da sede da cooperativa.....	77
FOTO 8	Trabalhadora transporta material que será descartado.....	79
FOTO 9	Separação de materiais.....	80
FOTO 10	Fardo de caixinhas de leite longa vida.....	81
FOTO 11	Fardo de garrafas pet.....	81
FOTO 12	Balança doada para a cooperativa.....	82
FOTO 13	Prensagem de materiais.....	82
FOTO 14	Vista do interior do galpão.....	83
FOTO 14A	Detalhe da Foto 14 referente às portas no interior do galpão.....	84
FOTO 15	Interior da cozinha.....	84
FOTO 16	Armários individuais para pertences pessoais.....	85
FOTO 17	Interior do escritório.....	85
FOTO 18	Sapatos usados doados por moradores de Sertãozinho.....	86
FOTO 19	Centro da cidade de Sertãozinho.....	88

LISTA DE PINTURAS

PINTURA 1	Transporte da cana para a casa da moenda de um engenho.....	39
PINTURA 2	Carregamento manual de cana.....	40
PINTURA 3	Corte manual de cana.....	41

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Região Administrativa de Ribeirão Preto.....	56
FIGURA 2	Esquema do Ciclo de Trabalho.....	67
FIGURA 3	O campo da Economia Solidária no Brasil.....	70

LISTA DE SIGLAS

ACI –	Aliança Cooperativista Internacional
ANTEAG –	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO –	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPEER –	Centro de Estudo e Pesquisa em Ética e Extensão Rural
CONTAG –	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CORSERTA –	Cooperativa dos Recicladores de Sertãozinho
DIRA –	Divisão Regional Agrícola
ECOSOL –	Grupo de Pesquisa em Economia Solidária
ESALQ –	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
EUA –	Estados Unidos da América
FBES –	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FIRJAN –	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA –	Instituto Brasileiro da Reforma
IEA –	Instituto de Economia Agrícola
IFDM –	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INCOOP –	Incubadora Regional de Cooperativas Populares
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MNCR –	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MTE –	Ministério do Trabalho e do Emprego
ONG –	Organização Não Governamental
PCB –	Partido Comunista do Brasil
PIB –	Produto Interno Bruto
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROÁLCOOL –	Programa Brasileiro de Álcool
SINAES –	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUPRA –	Superintendência da Reforma Agrária
UFSCAR –	Universidade Federal de São Carlos
UNESP –	Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O SETOR SUCROALCOOLEIRO.....	30
1.1 A questão agrária no Brasil nas últimas décadas.....	30
1.2 O Setor Sucroalcooleiro: Emprego e Desemprego de Trabalhadores Rurais.....	34
1.2.1 A Cultura da Cana-de-Açúcar no Brasil.....	36
1.2.2 A Modernização das Lavouras de Cana-de-Açúcar.....	38
CAPÍTULO 2 DE CORTADOR A CATADOR.....	45
2.2 Com os Dias Contados.....	49
2.2.1 A Região de Ribeirão Preto – SP.....	54
2.3 O Catador de Reciclável.....	57
2.4 O Cortador e o Catador: Afinidades.....	58
CAPÍTULO 3 A VIDA EM CICLOS.....	63
3.1 A Reciclagem.....	63
3.2 O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.....	64
3.3 A Economia Solidária.....	68
3.4 As Cooperativas e os Catadores de Recicláveis.....	71
CAPÍTULO 4 A COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE SERTÃOZINHO	76
4.1 A CORSERTA.....	76
4.1.1 O município de Sertãozinho – SP.....	87
CAPÍTULO 5 PERCEPÇÕES RELACIONADAS AO OFÍCIO E À AUTOGESTÃO.....	90
5.1 Sujeitos da Pesquisa.....	91
5.2 Percepções com Relação à Convivência no Trabalho dentro da Cooperativa.....	94

5.2.1 Forma de Adesão.....	94
5.2.2 Benefícios da Cooperação.....	96
5.2.3 Acesso a Serviços.....	98
5.2.4 Membros da Cooperativa: Perfil Social.....	100
5.2.5 Membros da Cooperativa: Experiência Profissional e Escolaridade.....	100
5.2.6 Renda Individual dos Cooperados.....	101
5.2.7 Renda Familiar dos Cooperados.....	103
5.2.8 Variação da Quantidade de Cooperados.....	104
5.2.9 Poder de Decisão dos Membros da Cooperativa.....	105
5.2.10 Controle Sobre as Atividades Diárias na Cooperativa.....	107
5.2.11 Escolha dos Líderes na Cooperativa.....	108
5.2.12 Intercooperação.....	108
5.3 Percepções Quanto à Convivência Fora do Local de Trabalho.....	110
5.3.1 Amizades.....	110
5.3.2 Ajuda por Meio de Empréstimo.....	111
5.3.3 Apoio de Vizinhos.....	112
5.3.4 Ajuda em Situação de Emergência.....	113
5.3.5 Confiança nas Pessoas.....	114
5.4 Manifestações de Apoio Mútuo.....	115
5.4.1 Percepção de Apoio Mútuo.....	115
5.4.2 Apoio Mútuo entre Parentes e Familiares.....	116
5.4.3 Apoio Mútuo entre Vizinhos, Amigos, Colegas de Trabalho e Conhecidos.....	117
5.4.4 Expectativas de Retribuição ao Apoio.....	118
5.5 Satisfação.....	118
5.5.1 Percepção de Felicidade.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICES.....	135
APÊNDICE A - Roteiro para Entrevista.....	135
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	139

ANEXOS.....	140
ANEXO A – Publicação do MNCR. Edição Regional do Estado de São Paulo.....	140
ANEXO B - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da FHDSS da UNESP	143

INTRODUÇÃO

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,

Não se diga que é parte, sendo todo.

Gregório de Matos (1636-1696)

Esta tese de doutorado é uma continuidade dos estudos empreendidos em minha pesquisa de mestrado quando busquei encontrar respostas para minhas inquietações quanto às perspectivas de trabalho e renda dos cortadores de cana da cidade de Barrinha, na região de Ribeirão Preto/SP diante do crescente processo de mecanização nas lavouras, com os quais convivia e que cuja convivência me permitia observar e sentir preocupação com o desafio que se lhes apresentava.

Os resultados da pesquisa de mestrado que deram origem à dissertação que se intitulou “Estratégias de Sobrevivência e Renda dos Cortadores de Cana de Barrinha/SP Diante do Crescente Processo de Mecanização do Corte”, orientada pelo Prof. Dr. Ubaldo Silveira e que foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção de título de Mestre em Serviço Social acabaram por suscitar outras inquietações, como aquelas relacionadas às atividades com as quais se ligavam agora esses ex-cortadores de cana, à potencialidade destas atividades atenderem às demandas de emprego e renda destes trabalhadores e a forma como ocorreria suas adaptações a estas atividades. Foram estas aflições que me indicaram a necessidade de dar sequência às investigações relacionadas com esta temática e de orientar meus esforços no sentido de buscar uma compreensão maior acerca da atividade de catar, selecionar e vender materiais recicláveis organizada em cooperativa como alternativa de trabalho e renda para os ex-cortadores de cana.

A compreensão do que observamos na atualidade, suas características e perspectivas futuras nos faz sentir a necessidade de percorrer os caminhos trilhados, as origens do processo sobre o qual refletimos. É por isso que antes de visualizarmos o trabalho do catador, precisamos olhar para o cortador de cana.

O cortador de cana é o camponês expulso do meio rural pelo processo de modernização da agricultura. Vivendo agora nas periferias das cidades, este camponês agora é urbano, mas manteve suas atividades ligadas ao trabalho no campo. Ele tem pouco estudo e geralmente não sabe fazer outra coisa além da atividade na lavoura.

Na região de Ribeirão Preto/SP, que já chegou a acolher milhares de cortadores de cana no auge na colheita manual na década de 1980 ocorre uma gradativa substituição da mão de obra deste trabalhador pela máquina colhedora de cana em virtude da tradicional vantagem econômica de se substituir o homem pela máquina e também pela necessidade de se reduzir gradativamente as queimadas, até a extinção da prática. Se é a queima da cana que possibilita o corte manual, a extinção desta prática levará a igual cessação da atividade de corte manual fazendo com que os milhares de cortadores de cana da região vivenciem o desemprego estrutural já que, na maioria das vezes, não estão preparados para assumir outras funções devido à falta de qualificação profissional.

Buscando encontrar possíveis alternativas para os desempregados do corte da cana, a pesquisa realizada no período do mestrado e já mencionada, identificou como atividade remunerada mais expressiva entre estes trabalhadores a atividade de catação, seleção e venda de materiais recicláveis.

Identificou também que apesar de representar uma alternativa de ocupação, a tarefa de catar materiais recicláveis era desorganizada, de caráter temporário, com o único objetivo de obter alguma remuneração até que o trabalhador conseguisse uma recolocação na atividade de corte da cana ou algum outro trabalho com registro em carteira. Ocorre que, na maioria das vezes, essas oportunidades não surgiam e o trabalhador, atuando de forma desorientada, apresentava condições precárias de trabalho e de renda.

Constatar esta realidade nos levou a observar um fenômeno positivo ocorrendo em municípios vizinhos. Nas cidades de Ribeirão Preto, Pontal e Sertãozinho, por exemplo, ex-cortadores de cana se reuniram em cooperativas de trabalho para organizar a ocupação de catar, selecionar e vender materiais recicláveis e, inclusive, adotando esta ocupação como uma profissão.

As cooperativas de recicláveis consistem numa experiência que vem se solidificando e se mostra promissora. Pensamos em analisar este fenômeno como uma possibilidade a ser incentivada e consideramos que os desafios de assimilar o conceito de reciclagem; catar, selecionar e vender materiais recicláveis; organizar-se em cooperativas e assumir outra identidade profissional seriam apenas parte da trajetória dessa categoria de trabalhadores em direção à efetivação do direito a uma ocupação digna.

Pela apresentação desta realidade é que se pretende ressaltar a relevância desse tema, pois empreendimentos coletivos não podem ser vistos apenas como movimentos econômicos, mas sim, como alternativa de geração de trabalho, de renda e de melhoria da qualidade de vida da população, demonstrando que a produção pode ser organizada de outra forma, contribuindo assim para a diminuição das desigualdades sociais e propagação de valores solidários na sociedade.

Nosso objetivo no material que se apresenta nas próximas páginas foi o de verificar como ocorrem as relações numa cooperativa de trabalho, considerando-se os desafios da assimilação do trabalho urbano para ex-trabalhadores rurais e do comportamento autogestionário, solidário, participativo e igualitário necessário constituindo um conhecimento acadêmico inovador que possa contribuir para as ações futuras de outros pesquisadores e profissionais preocupados com os aspectos da questão social.

Percurso Metodológico

Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica do material disponível sobre a questão agrária e o cooperativismo no Brasil para, em seguida, desenvolver, esclarecer e proporcionar uma visão geral acerca da questão a ser trabalhada.

A etapa seguinte envolveu uma investigação com base em Marsiglia (2006, p. 385) para elaborar um diagnóstico mais preciso da realidade o que, por sua vez, permitiu chegar-se a propostas de ação mais adequadas às necessidades. Identificamos cooperativas de recicláveis existentes na região de Ribeirão Preto para a seleção de uma cooperativa cujo perfil pudesse proporcionar as informações necessárias para o atendimento dos objetivos deste estudo.

Encontramos cooperativas de recicláveis nas cidades de Ribeirão Preto, Pontal e Sertãozinho, selecionando esta última por possuir considerável número de membros oriundos do trabalho nas lavouras da cana.

Com relação à amostragem, adotamos a concepção de *sujeito coletivo*, citada por Martinelli (1999, p. 24), realizando um número finito de entrevistas considerando que esses indivíduos apresentam uma referência grupal e podem expressar de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo, acreditando que “o importante,

nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 24). Foram ouvidos cinco cooperados que se apresentaram para a entrevista após serem selecionados e encaminhados pelo presidente da cooperativa que estava consciente dos objetivos da pesquisa e do requisito a ser atendido pelo sujeito, ou seja, ser um trabalhador oriundo da atividade na lavoura.

Como instrumento de pesquisa de campo foi aplicado um questionário semi-estruturado que possibilitou posterior análise de dados quantitativos e qualitativos. Referindo-se à entrevista semi-estruturada, Minayo considera que:

[...] suas qualidades consistem em enumerar de forma mais abrangente possível as questões onde o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos, obviamente, da definição do objeto de investigação (MINAYO, 1999, p. 121).

Durante a aplicação do questionário, as questões de múltipla escolha foram lidas, explicadas e o sujeito estimulado a escolher uma alternativa do questionário e a comentar sua escolha, dissertando a respeito. As escolhas e os comentários foram transcritos pelo pesquisador no momento da entrevista, respeitando-se o vocabulário e as formas de expressão do sujeito, sendo que os fragmentos dos comentários utilizados no trabalho preservam a identidade do entrevistado por meio do emprego de nomes fictícios.

O projeto desta pesquisa foi analisado e aprovado sem restrições pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca/SP, em reunião ocorrida na data de 30/06/2010, sob o registro número 049/2010.

Utilizamos-nos da pesquisa de caráter descritivo exploratório, de abordagem quantitativa e qualitativa, dado ao nosso objetivo de investigar como ocorrem as relações na Cooperativa de Recicladores de Sertãozinho – CORSERTA.

No presente estudo, consideramos que as abordagens quantitativa e qualitativa não são opostas, mas sim, complementares, nos apoiando em Minayo e Sanches (1993). O conjunto de dados quantitativos não se opõe aos dados qualitativos, sendo os dados quantitativos mensuráveis, tangíveis, enquanto que os dados qualitativos são construídos enquanto significados pelo investigador e

investigado, sendo que o investigador não se encontra em posição externa ao ambiente que está sendo pesquisado. Já a pesquisa qualitativa pode dar interpretações aos dados quantitativos, pois tenta compreender, aprofundar, particularizar o fenômeno. Assim como os dados quantitativos podem explicar a qualidade das respostas encontradas, por meio das frequências das variáveis estudadas. A abordagem quantitativa e qualitativa pode permitir a multiplicação de possibilidades de compreensão e explicação do fenômeno de organização de ex-trabalhadores rurais ligados ao corte da cana na região de Ribeirão Preto em cooperativas de recicláveis, marcado certamente por determinantes de distintas naturezas, como sociais, psicológicas, antropológicas, organizacionais, financeiras, políticas, dentre outras (MINAYO, 2008).

Para estabelecer os eixos de análise, trabalhamos seis pontos que julgamos essenciais para a construção do conhecimento proposto: a questão agrária, o setor sucroalcooleiro e suas tendências; os ofícios de cortador de cana e de catador de recicláveis; o processo de reciclagem, a economia solidária e o cooperativismo; a CORSERTA e uma análise sobre a adaptação dos trabalhadores rurais à atividade de catador e ao sistema cooperativo.

No primeiro eixo fazemos um breve relato da questão agrária no país, enfatizando o processo de modernização da agricultura ocorrido em meados do século passado. Relatamos a mobilidade forçada do trabalhador rural do campo para as cidades a continuidade de seu trabalho nas lavouras e os desafios de adaptação que vivencia em virtude das mudanças apontadas. Analisamos também o setor sucroalcooleiro, um setor representativo para a economia nacional e que em todo o Brasil emprega milhares de trabalhadores rurais no ofício de corte manual da cana, inclusive na Região de Ribeirão Preto, onde a atividade sucroalcooleira é bastante expressiva.

No segundo eixo tratamos a atividade de corte manual da cana de açúcar e a realidade dos trabalhadores da categoria na região de Ribeirão Preto que vivenciam o desemprego estrutural em virtude da gradativa substituição da sua mão-de-obra pela máquina colhedora. Analisamos a atividade de catador de reciclável, ofício adotado por muitos ex-cortadores de cana da região e que se mostra promissora para a categoria e, em seguida, fazemos uma breve análise comparativa entre o ofício de cortador de cana e o ofício de catador de recicláveis.

No terceiro eixo trazemos o conceito de reciclagem e apresentamos um movimento que congrega, organiza e direciona a atuação dos trabalhadores ligados ao ofício de coletar materiais recicláveis, inclusive, orientando-os a se organizarem em empreendimentos que envolvam o princípio de ajuda mútua: o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis. Analisamos em seguida, ainda neste terceiro eixo, a economia solidária que tem como base o associativismo e cooperativismo, caracterizando-se como forma de produção, consumo e distribuição de riqueza que prioriza o ser humano e não, o capital e finalmente apresentamos um panorama do cooperativismo, suas origens, os tipos e as razões que levaram os catadores de recicláveis a adotar suas premissas como forma de organização.

O quarto eixo traz informações e impressões sobre a Cooperativa dos Recicladores de Sertãozinho, objeto de nossas análises, sua história e outras características que são apresentadas com o apoio de fotografias. Trazemos também uma breve descrição da cidade de Sertãozinho, na região de Ribeirão Preto, que abriga essa organização composta por antigos trabalhadores rurais.

No quinto eixo fazemos uma análise das percepções dos cooperados da CORSERTA quanto ao seu ofício e também com relação à sua adaptação ao ambiente de trabalho autogestionado, aos princípios de solidariedade e ajuda mútua. Apresentamos o perfil dos sujeitos da pesquisa e analisamos as respostas de cada questão do questionário semi-estruturado aplicado, elaboramos gráficos e refletimos sobre os resultados visualizados. As perguntas abrangem questões que buscam identificar as percepções dos trabalhadores com relação à convivência no trabalho dentro da cooperativa, as percepções dos trabalhadores quanto à convivência fora do local de trabalho, as manifestações de apoio mútuo e os níveis de satisfação percebidos.

Por fim, nas considerações finais trazemos uma análise a respeito das informações obtidas e apresentadas no decorrer deste trabalho sendo que aqui, fatos e deduções não tiveram a pretensão de concluir a discussão sobre a questão, mas sim, apontar possíveis tendências, proporcionar reflexões que provoquem a ação futura de outros pesquisadores e profissionais preocupados com os aspectos da questão apresentada, além do interesse de toda a sociedade.

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O SETOR SUCROALCOOLEIRO

Já não ignoramos, não podemos ignorar que ao horror nada é
impossível,
que não há limites para as decisões humanas.
Da exploração à exclusão, da exclusão à eliminação,

ou até mesmo a algumas inéditas explorações desastrosas,
será que essa seqüência é impensável?

Viviane Forrester

1.1 A questão agrária no Brasil nas últimas décadas

As conseqüências do desenvolvimento econômico e tecnológico impulsionadas pela busca desenfreada do lucro e influenciadas pelos incentivos e leis de preservação ambiental nas lavouras brasileiras tem resultado na progressiva substituição da mão-de-obra do trabalhador rural pela máquina em todo o Brasil.

É uma realidade que pode ser analisada sob diversas perspectivas relacionadas entre si, seja a relação entre o rural e o urbano, a relação entre os avanços da tecnologia e o desemprego, as conseqüências de medidas de proteção ao meio ambiente, as conseqüências da globalização da economia, sendo que todas estas perspectivas podem ser inseridas na discussão da questão agrária no Brasil.

A posse da terra é um tema pendente da história brasileira, residual do período de escravidão e que continua fortemente presente em nossas preocupações sociais e políticas, caracterizando uma grande questão nacional.

Segundo Martins (1981, p. 11), o camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país. Oriundo do campo, descendente de antigos agricultores expulsos de suas pequenas propriedades rurais pelo processo de modernização da agricultura, o camponês tornou-se assalariado e urbano, apesar de manter suas atividades no campo como empregado nas lavouras e, portanto, um trabalhador rural na cidade.

De acordo com Oliveira (2001, p. 186), o processo de modernização da agricultura empreendido na segunda metade do século passado não agiu no sentido de transformar os latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, “transformou os capitalistas industriais e urbanos [...] em proprietários de terra, em latifundiários”. A política de incentivos fiscais foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão, transformando os capitalistas urbanos nos maiores proprietários de terra do país “possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade” e aponta dados divulgados pelo Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) referentes a 1992 que mostram a existência de 3.114.898 imóveis rurais no Brasil sendo que 43.956 (2,4%) deles, com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%) apresentavam área inferior a 100 hectares, ocupando apenas 59.283.651 hectares (17,9%), dados representados no Gráfico 1.

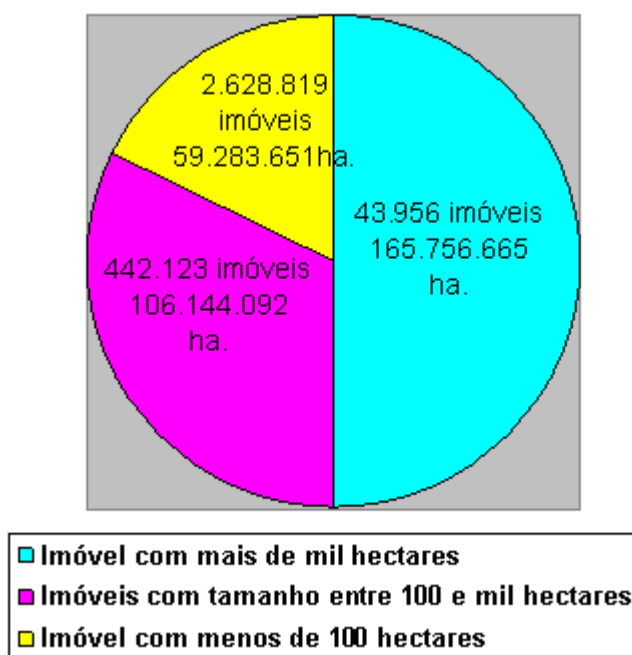


GRÁFICO 1 – Imóveis Rurais no Brasil em 1992.

Fonte: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001, p. 186.

Oliveira (2001) afirma que se o INCRA aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutivo no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas, dados que revelam a contradição representada pela propriedade privada da terra no Brasil, retida para fins não-produtivos.

Mas os conflitos sociais no campo brasileiro começaram bem antes, eles estiveram presentes nos períodos de desenvolvimento e no processo de ocupação do país. Oliveira (2001, p. 190) diz que “os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo”, sendo que há mais de 500 anos, convivem com conquistas e destruições de seus territórios.

Depois foram os escravos contra os senhores fazendeiros seguidos pelos posseiros, outra parcela dos camponeses, que historicamente lutam pela terra e pela liberdade no campo brasileiro, sendo responsáveis por grandes movimentos sociais como Canudos, Contestado, Revoltas de Trombas e Formoso.

Já nas décadas de 50 e 60 do século passado vimos as Ligas Camponesas agitarem o campo nordestino e ganharem projeção nacional. Constituíram um movimento político organizado por trabalhadores rurais, entre 1955 e 1964, que começou no estado de Pernambuco, mas especificamente no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, uma propriedade de quinhentos hectares que congregava cerca de 140 famílias em regime de foro¹. Setores conservadores, imprensa e Assembléia denominaram o movimento de “liga”, temerosos de que fosse uma reedição de outras ligas ocorridas recentemente por influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Foi nesta época que o governo de João Goulart criou a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) que, segundo Oliveira (2001, p. 190), foram extintas pelo governo militar instituído logo em seguida, cedendo lugar ao Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), sendo que “Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964”.

Foi então neste período, na segunda metade do século passado, que o espaço agrário nacional vivenciou profundas modificações desencadeadas pelo processo de industrialização ou modernização da agricultura.

O ano de 1963 passou a ser um marco fundamental da penetração sistemática das formas de produção capitalista na agricultura sob o amparo estatal [...]. Mas o que houve foi a manutenção do sistema latifundiário e sua modernização dolorosa, sem modernidade. Sem dúvida, não melhorou a qualidade de vida do trabalhador rural, ao contrário, piorou (SILVEIRA, 2003, p.14).

Esta modernização da agricultura brasileira se manifestou em diferente ordem e intensidade em todo o território brasileiro e ao invés de nivelar o espaço econômico, aprofundou as desigualdades existentes, num processo diferenciado e excludente. A proposta e as medidas modernizadoras contribuíram para acentuar os

¹ Regime de foro: as famílias pagavam ao proprietário da terra uma quantidade fixa, em espécie, em troca do direito de cultivá-la.

desníveis tecnológicos existentes entre os grandes e pequenos estabelecimentos, agindo no sentido de deteriorar ainda mais a distribuição de renda no setor agropecuário. Foi uma modernização que privilegiou mais às elites que ao povo.

A política econômica adotada pelo governo militar favoreceu a subordinação da atividade agrícola às exigências da reprodução e acumulação do capital, com ênfase nas medidas voltadas para a consolidação do complexo agro-industrial e para a criação de um sistema nacional de crédito rural.

Assim, se de um lado o processo de modernização da agricultura propiciou uma grande expansão da produção de determinadas culturas industriais e de exportação, tais como a pecuária, a soja e a cana-de-açúcar, de outro, ela desencadeou uma série de complicadores de ordem sócio-econômica como a desapropriação dos pequenos produtores e sua transformação em assalariados; a concentração da propriedade da terra; a acentuação de diferenças na distribuição da renda no setor agropecuário; a utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas de maneira inconsciente, que comprometeu a fertilidade dos solos e provocou desequilíbrio nos ecossistemas existentes, efeitos nocivos à saúde dos trabalhadores e consumidores, além da intensificação da sazonalidade da demanda de trabalho na atividade agrícola.

A conjunção de fatores como a necessidade de terras para o cultivo, a redução da demanda de mão-de-obra nas fases do plantio e dos tratos culturais viabilizada pela utilização de tecnologias e a regulamentação das relações de trabalho pelos Estatutos da Terra e do Trabalhador Rural² também contribuíram para a extinção progressiva do sistema de moradia e a sua substituição pelo trabalho assalariado, sobretudo, pelo temporário.

As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra compreendiam basicamente a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura sendo que ao longo dos anos pudemos constatar que, por inúmeros motivos, a primeira meta não foi desenvolvida. Já a segunda, referente ao desenvolvimento da agricultura acabou propiciando a expropriação do pequeno agricultor quando sua pequena propriedade

² Aprovado em março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural regulava as relações de trabalho no campo, que até então ficavam às margens da legislação trabalhista. Já o Estatuto da Terra foi criado em 1964, período em que acabava de ser instalado no país o regime militar. O texto deste estatuto constituiu-se na primeira proposta articulada de reforma agrária, feita por um governo brasileiro, sendo que sua criação teve ligação com o clima de insatisfação predominante no meio rural brasileiro e ao temor do governo e da elite conservadora de uma revolução camponesa. Foi uma estratégia utilizada para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra.

rural era incorporada pelas médias e grandes propriedades, uma trajetória que se deu de forma violenta. À expropriação seguiu-se da expulsão do trabalhador das propriedades rurais.

Além da dissimulação da violência, da legitimação do processo de expropriação, essas leis produziram uma outra forma de coerção, interna, atuante contra a vontade subjetiva, por intermédio da introjeção da situação imposta (SILVA, 1999, p. 59).

Ocorre desta forma, um deslocamento forçado do camponês para as periferias urbanas. Expulsos do campo, eles continuaram ligados à atividade agrícola na condição de assalariados temporários. Sem acesso a terra e, em consequência, a produção de subsistência, a sobrevivência do trabalhador e de sua família passou a depender exclusivamente do salário ganho caracterizado pela irregularidade e por ser um dos mais baixos do mercado.

1.2 O Setor Sucroalcooleiro: Emprego e Desemprego de Trabalhadores Rurais

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar e esta cultura é uma das que mais gera riqueza no País. O setor sucroalcooleiro é responsável pela movimentação de aproximadamente “R\$ 40 bilhões por ano, o equivalente a 2,35% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional” (AZEVEDO, 2006, apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 110).

Veiga Filho (2007, on-line) confirma esta representatividade do setor, justificando sua importância para a economia agrícola brasileira, principalmente para o estado de São Paulo, onde seus movimentos causam impactos de significância na geração de renda bruta, no emprego rural e no nível tecnológico:

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar com 27% da produção e 25% da área colhida, sendo também o maior produtor de açúcar centrifugado, produzindo 13,0 milhões de toneladas em 1995/96, cerca de 11% da produção mundial, além de ser o maior exportador, colocando no mercado externo 5,0 milhões de toneladas de açúcar (SUGAR AND SWEETENER, 1996 apud VEIGA FILHO, 2007, on-line).

Neste estado, a cana-de-açúcar é a atividade mais importante na demanda pela força de trabalho da agricultura, sendo que em 1993 ocupava 40,6% do total e em 1996, quase 50%.

De acordo com Veiga Filho (2007, on-line), da área colhida no Brasil no início da década passada – cerca de 4,4 milhões de hectares, metade estava localizada no Estado de São Paulo que produziu 59% da cana-de-açúcar, uma produtividade física de 80t/ha – a mais alta do país. Assim, o autor chama a atenção para a grande dependência na geração de emprego focada nas condições de desenvolvimento de praticamente uma atividade que:

Além das influências das condições gerais da economia – derivadas do processo de desregulamentação a que está submetida – e do mercado externo, passa por um aprofundamento em seu processo de transformação tecnológica, com reflexos reducionistas na utilização de mão-de-obra (VEIGA FILHO, 2007, on-line).

A cana-de-açúcar é cultivada em todo o estado de São Paulo, contudo, ocorre uma preponderância na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Campinas e de Ribeirão Preto, que juntas são responsáveis por 60% da área total e da produção total.

Segundo Balsadi (2007), a cultura da cana-de-açúcar é a terceira mais importante na agricultura brasileira em termos de área colhida, ficando atrás somente da soja e do milho. Ramão, Schneider e Shikida (2007, p. 111) afirmam que:

De acordo com a Avaliação da Safra Agrícola de Cana-de-açúcar 2006/2007 (MAPA, 2006), a produção brasileira de cana na safra 2006/2007 deverá ser de 471,17 milhões de toneladas, superando em 9,2% a safra anterior. Esse aumento será decorrente de um acréscimo de 5,5% na área plantada e de 3,5% na produtividade média, resultantes de investimentos em tecnologias e da implantação de novas usinas, atraídas pelos bons preços dos produtos derivados da cana no mercado.

Já em termos de valor bruto da produção agrícola, essa cultura salta para o segundo lugar. Balsadi (2007) aponta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2004, que captou um contingente de 251.480 empregados permanentes e de 241.682 empregados temporários ocupados na cultura da cana-de-açúcar no Brasil, totalizando 493.162 trabalhadores no mercado de trabalho assalariado nessa atividade (TABELA 1). Ele ainda acrescenta que, quando se

observam diferenças regionais, o sudeste é a maior região produtora, em termos de participação na área total colhida.

TABELA 1 – Empregados na Cultura da Cana no Brasil em 2004

EMPREGADOS NA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR	QUANTIDADE
Empregados Permanentes	251.480
Empregados Temporários	241.682
Total	493.162

Fonte: BALSADI, Otavio Valentim. **Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no Brasil no período 1992-2004**. 28 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=8746>>. Acesso em: 28 mar. 2007, p. 80.

Os autores (RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007), definem a agroindústria canavieira como o conjunto composto pelo segmento agrícola produtor de cana-de-açúcar e pelo segmento industrial processador dessa matéria-prima.

Mas antes de continuar, acreditamos ser importante fazer um breve relato da história desta agroindústria no país.

1.2.1 A Cultura da Cana-de-Açúcar no Brasil

A cultura da cana-de-açúcar já era importante durante o período de colonização no Brasil. Nas primeiras décadas após o seu descobrimento, há referências de que se cultivava a cana e produzia açúcar no sudeste e nordeste brasileiro.

Assim, dois centros se destacaram como pioneiros na produção de açúcar no Brasil Colonial. Um deles, a região de São Vicente–SP e o outro, a Capitania de Pernambuco, motivada pela situação geográfica de localização mais próxima da Europa.

A história registra progressos desta indústria em todos os períodos, sendo que no final do século XIX, época da abolição da escravidão, os recursos

financeiros que antes eram destinados à compra e manutenção de escravos passaram a ser utilizados pelos engenhos para a incorporação das mais importantes inovações da indústria do açúcar existentes na época. Foi nesse período que surgiram os chamados "Engenhos Centrais", caracterizando outra etapa da indústria açucareira brasileira e que foram precursores das atuais usinas.

Shikida (1998 apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007) acrescenta que o setor enfrentou fases de desempenho definidas pelo Programa Nacional do Alcool, o PROÁLCOOL.

Criado em 1975 pelo decreto nº 76.593, o PROÁLCOOL tinha como objetivo estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. De acordo com o decreto, a produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo deveria ser incentivada por meio da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, na modernização e ampliação das destilarias existentes, na instalação de outras unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas e de unidades armazenadoras.

A decisão foi tomada quando o governo federal decidiu encorajar a produção do álcool em substituição à gasolina pura, com o objetivo de reduzir as importações de petróleo, então com um grande peso na balança comercial externa. Nessa época, o preço do açúcar no mercado internacional vinha decaindo rapidamente, o que tornou conveniente a mudança de produção de açúcar para álcool.

No início da década de 1980 o preço do petróleo praticamente triplicou e o governo resolveu adotar medidas para plena implementação do programa, criando organismos para agilizá-lo. Geraldo (1999) aponta que a região de Ribeirão Preto foi o “centro preferencial do programa, tendo recebido o maior volume de investimentos” e absorvido “maior grau de transformação no seu espaço econômico.” (NOGUEIRA, 1996, p. 44-45 apud GERALDO, 1999, p. 86).

Contudo, no final dessa década, ocorreu o chamado “contrachoque do petróleo”, quando seu preço caiu relativamente coincidindo com um período de escassez de recursos públicos para subsidiar os programas de estímulo aos energéticos alternativos.

Os preços pagos aos produtores de álcool acabaram caindo abruptamente e uma combinação de desestímulo à produção do álcool com desestímulo à demanda

gerou uma crise de abastecimento na entressafra 1989-90 que afetou a credibilidade do programa.

Assim, durante a década de 1990, o setor sucroalcooleiro deixou de receber subsídios do Governo Brasileiro, configurando o fim do PROÁLCOOL, o que provocou uma grande transformação.

O setor sucroalcooleiro, visando sobreviver competitivamente no mercado nacional e internacional, iniciou um processo de efetiva profissionalização e modernização. Neste sentido, além dos aspectos ambientais e legais, a troca do corte de cana manual pela máquina colhedora reflete também um esforço do setor para sua modernização e sobrevivência. Guedes e Ré (2001) afirmam que a desregulamentação setorial pelo governo federal foi a principal razão das principais modificações empreendidas pela agroindústria canavieira paulista.

1.2.2 A Modernização das Lavouras de Cana-de-Açúcar

Independente dos incentivos do PROÁLCOOL, o processo de modernização das lavouras de cana-de-açúcar no Brasil começou bem antes. Segundo Guedes e Ré (2001) a mecanização nos canaviais que vem ocorrendo nos últimos sessenta anos e substituindo a mão-de-obra de milhares de trabalhadores rurais pode ser dividida em três etapas, na seguinte seqüência:

a) transporte até a usina, que ocorreu com a introdução dos caminhões (Pintura 1) em substituição aos animais de tração na década de 50 do século passado (Foto 1);



PINTURA 1 – Transporte da cana para a casa da moenda de um engenho.

Fonte: ESQUEMA de Usina Hidrelétrica. **Energia das águas.** Disponível em: <<http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/energia.htm>> Acesso em: 02 out. 2010.



FOTO 1 – Caminhão para transporte de cana.

Fonte: CAMPO Alegre. Fotos. **Transporte de cana.** Disponível em: <http://www.ferias.tur.br/fotos/57/campo-alegre-al.html> Acesso em: 02 out. 2010.

b) carregamento, que deixou de ser feito manualmente (Pintura 2) pelos trabalhadores e passou a ser realizado por carregadeiras mecânicas (Foto 2), por volta de 1960.



PINTURA 2 – Carregamento manual de cana.

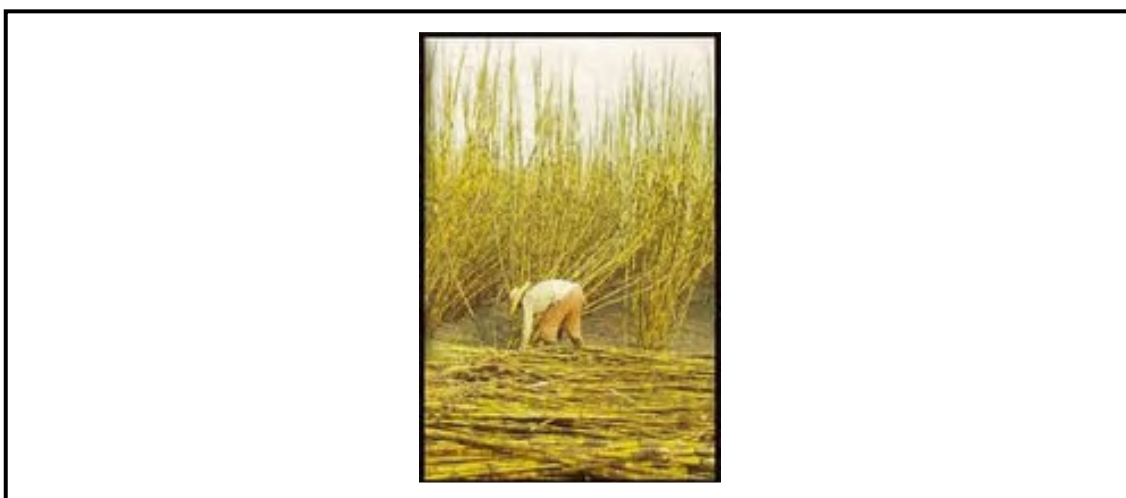
Fonte: SOUSA, Luís de. **De doce a combustível:** a milenar história da cana-de-açúcar. Maio 2007. Disponível em: <<http://odiario.info/articulo.php?p=296&more=1&c=1>>. Acesso em: 25 out. 2007.



FOTO 2 – Carregadeira de cana.

Fonte: MASSEY FERGUSON. **Trator MF290 8x8 Shuttle.** <Disponível em: <http://www.massey.com.br/portugues/espProdutos.asp?idproduto=616&serie=5>>. Acesso em: 04 out. 2010.

c) colheita ou mecanização do corte (Pintura 3) – a etapa mais contemporânea – que substitui o corte manual (Foto 3) e que tem exigido modificações técnicas e logísticas que incluem desde o plantio até o recebimento da cana na usina.



PINTURA 3 – Corte manual de cana.

Fonte: MARQUES, Fátima. **Um dia como mulher de capitão.** 2008. Disponível em: <<http://identidades-paginasdehistoria.blogspot.com/2008/04/um-dia-como-mulher-do-capito.html>> Acesso em: 03 out. 2010.



FOTO 3 – Colheitadeira de Cana-de-açúcar.

Fonte: BERCOSUL **Colheitadeira.** Disponível em: <<http://www.bercosul.com.br/produtos/media/colheitadeira/colheitadeira.html>> Acesso em: 04 out. 2010.

Scopinho et al. (1999 apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007) descreve as vantagens econômicas da mecanização e as outras formas de realizar a atividade pelos indivíduos envolvidos: “O uso de colhedeiras aumenta a produtividade e qualidade da matéria-prima, além de reduzir os custos entre 50% e 60% em relação ao custo total da produção agrícola” (SCOPINHO et al., 1999, RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 113).

Do ponto de vista do processo de trabalho, o corte mecânico apresenta alterações substanciais com relação ao corte manual da cana-de-açúcar. No modo de organização do corte manual, geralmente a contratação do operário é temporária, a jornada de trabalho é diurna, de segunda a sábado, com oito horas diárias e a remuneração é com base na produção de cada trabalhador. A utilização de colhedeiças aumenta a contratação direta e permanente de trabalhadores na lavoura canavieira, sistema no qual o trabalho é organizado em turnos alternados. Nessa modalidade de corte, os trabalhadores fazem rodízio para garantir a ininterruptão do processamento da cana pela agroindústria, inclusive no período noturno, em domingos e feriados. Os operadores das colhedeiças submetem-se a horários irregulares e a uma escala de plantões, mas possuem um rendimento fixo. A atividade de corte mecanizado é sempre realizada em dupla, envolvendo o operador de máquina e o motorista do caminhão que traciona o transbordo e recebe a cana colhida (SCOPINHO et al., 1999, RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 114).

Scopinho et al. (1999 apud RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 114) também destaca que a forma mencionada envolve um trabalho em equipe, ao contrário do corte manual: “Diferentemente do corte manual, a colheita mecânica depende de trabalho conjunto e articulado”.

Já Vian et al. (1999, p. 148) levanta outras hipóteses que podem ter motivado essa mecanização: “Há quem justifique que a mecanização da colheita da cana, além de trazer inúmeras vantagens econômicas e ambientais, é também uma forma de eliminar a insalubridade, a periculosidade e a penosidade existentes nas frentes de trabalho rural.”

Kanashiro e Reynol (2007, on-line) assinalam que a UNICA aponta para uma mudança na demanda de trabalho para este setor, sendo que está ocorrendo um aumento da oferta de empregos para trabalhadores com maior formação e melhor remuneração – geralmente no setor industrial, em áreas técnicas, administrativas, de pesquisa e desenvolvimento e uma diminuição dos empregos oferecidos no corte manual de cana em função da mecanização.

De fato, registramos a redução gradativa da mão de obra do cortador de cana em virtude da utilização cada vez mais expressiva de tecnologias nas lavouras, o que é relevante. E para encerrar este capítulo, transcrevemos Geraldo (1999), questionando a forma como a mecanização vem sendo introduzida no setor, sem considerar o desemprego destes mesmos trabalhadores, ligados ao corte manual da cana:

A maneira em que a mecanização está sendo introduzida no setor pela ótica do capital visualizando o aumento da produção e a produtividade, sem levar em conta o aprofundamento das desigualdades sociais, constituem-se em fatores agravantes da situação dos trabalhadores rurais, principalmente daqueles que dependem do corte da cana-de-açúcar para sua sobrevivência (GERALDO, 1999, p. 84)

No capítulo a seguir, analisamos a atividade de corte manual da cana de açúcar e a realidade dos trabalhadores da categoria na região de Ribeirão Preto que vivenciam o desemprego estrutural em virtude da gradativa substituição da sua mão-de-obra pela máquina colhedora. Apresentamos a atividade de catador de reciclável, ofício adotado por muitos ex-cortadores de cana da região e que se mostra promissora para a categoria. Por fim, fazemos uma breve análise comparativa entre o ofício de cortador de cana e o ofício de catador de recicláveis.

CAPÍTULO 2
DE CORTADOR A CATADOR

E a História humana não se desenrola apenas
nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais.
Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas
ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos colégios,
nos prostíbulos, nas usinas, nos namoros de esquina.
Disso eu quis fazer minha poesia, dessa matéria humilde
e humilhada de vida obscura e injustiçada.
Porque o canto não pode ser uma traição à vida.
E só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo
as pessoas e coisas que não tem voz.

Ferreira Gullar

2.1 O Cortador de Cana

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e do Emprego³, o trabalho do cortador manual de cana costuma envolver a queima da palha da cana, o corte da cana e o ajuntamento da cana após o corte para que seja recolhida pela máquina e transportada até as usinas. Uma das competências mais significantes da atividade é a manifestação de resistência física e sua principal ferramenta é o podão⁴.

O cortador de cana-de-açúcar geralmente trabalha com carteira assinada. Suas atividades são realizadas a céu aberto e em horário de trabalho diurno. Em algumas atividades, os trabalhadores ficam expostos a materiais tóxicos.

O órgão registra que o acesso a tarefa de cortar cana é livre, o aprendizado ocorre na prática sendo que o pleno desempenho da atividade ocorre aproximadamente com um ano de experiência.

Há três décadas, Ianni (1976, p. 48) deduzia que o bóia-fria⁵ era, provavelmente, “o trabalhador mais característico das relações de produção

³ BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília-DF: MTE: SENAES, 2006. Disponível em: <
http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf> Acesso em: 01 set. 2010.

⁴ Instrumento usado para o corte manual da cana.

⁵ Bóia-fria é o camponês que agora vive na cidade, mas continua trabalhando no campo, atuando em diversas culturas, geralmente em períodos de colheita. Na região de Ribeirão Preto é o cortador de cana. A expressão bóia-fria é proveniente do modo como ele se alimenta, pois traz de casa sua refeição e como não existe meio para aquecê-la em seu local de trabalho, ingere o alimento frio. Outras denominações para estes profissionais são temporários, volantes, safristas, baianos e proletários rurais.

imperantes na agroindústria açucareira”. Pela representatividade da categoria na época, concordamos com o autor.

Porém, ao fazer a mesma análise na atualidade, podemos afirmar que esse panorama está mudando. Na região de Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo, por exemplo, local de expressiva atuação do setor sucroalcooleiro e conseqüente predominância do cultivo da cana nas lavouras, apesar de o corte manual da cana ainda ser a atividade que mais acolhe trabalhadores rurais oriundos do campo neste lugar, as usinas começam a prescindir da mão-de-obra desse trabalhador, reduzindo a cada ano sua utilização. “Eles têm de se esforçar cada vez mais para manter seus empregos e não ser devorados pela tecnologia” (TOLEDO, 2005, p. 1).

Toledo (2005) está se referindo aos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto, estimados em 40 mil trabalhadores que assistem aos aumentos anuais de área plantada junto com a crescente mecanização, justificando que, por esse motivo, os canavieiros⁶ se sentem pressionados a trabalhar cada vez mais para manter seus empregos, enquanto vivem em condições de alimentação insuficientes: uma situação que se estende por todo o país.

Ianni, em 1976, já dava indicações dessa realidade, sendo que hoje, o cortador de cana também convive com a mecanização do corte, que não existia na época:

A lavoura da cana vem há tempos dispensando o trabalho do homem, antes exigido em todas as suas etapas. Hoje, o preparo do solo já é totalmente mecanizado; o plantio, parcialmente mecanizado, o mesmo acontecendo com a adubação; a carpa do terreno, que era manual, praticamente já não existe, com a aplicação mecanizada de herbicidas logo após o plantio (IANNI, 1976, p. 49).

Toledo (2005) aponta que na década de 1990, essa região produzia 65 milhões de toneladas de cana, chegando a 90 milhões na safra de 2004, chamando a atenção para o fato de que, no mesmo período, os cortadores de cana passaram a cortar, em média, 12 toneladas diárias de cana, contra oito toneladas colhidas na década de 1980. Esta quantidade também foi apontada por Francisco Alves (2006,

⁶ De acordo com a classificação de ocupações do Ministério do Trabalho e do Emprego, “canavieiro” é uma das denominações para a ocupação de “agricultor na produção da cana-de-açúcar”. Entre outras atividades, a ocupação envolve plantar e colher cana-de-açúcar, condicionar e fertilizar o solo, manejar plantas invasoras, pragas e doenças. Aqui, usamos esta denominação para nos referir ao trabalhador rural assalariado, que atua no corte da cana.

p. 96) quando afirmou que, para manter seu emprego e garantir o sustento, já que o ganho geralmente se dá por tarefa realizada, o trabalhador precisa cortar diariamente aproximadamente 12 (doze) toneladas de cana e relaciona o esforço físico necessário para atingir esta meta, demonstrado na Tabela 2.

TABELA 2 – Atividades necessárias para cortar doze toneladas de cana

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Caminhar	8.800 metros
Despender	366.300 golpes de podão ⁷
Carregar	12 toneladas de cana em montes de 15 k em média cada ⁸
Fazer	36.630 flexões de perna para golpear a cana
Perder	8 litros de água por dia

Fonte: ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006.

Alessi e Navarro (1997) apontam outras peculiaridades da atividade:

O corte na base da cana, que consiste na retirada da cana das touceiras, exige do trabalhador uma seqüência ritmada de movimentos corporais. Em geral, com um dos braços, o trabalhador abraça o maior número possível de colmos de cana. Em seguida, curva-se para frente e, com o podão seguro por uma de suas mãos, golpeia, com um ou mais movimentos a base dos colmos, o mais próximo possível do solo. Em seguida, faz um movimento de rotação e, ao mesmo tempo, levanta o feixe de cana já cortada, depositando-o em montes atrás de si (denominados 'bandeiras'). O espaço entre uma 'bandeira' e outra é de 2 metros (ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 117, destaque das autoras).

Os autores acrescentam ainda que a execução do trabalho demanda a exposição do trabalhador a todo tipo de intempéries, como a poeira e à fuligem da cana queimada que impregnam seu rosto, suas mãos e suas roupas, o risco de acidentes com animais peçonhentos, intoxicações por agrotóxicos, entre outros. Relatam que o trabalhador pode encontrar temperaturas elevadas ao chegar ainda

⁷ Instrumento usado para o corte manual da cana.

⁸ Para alcançar o total de 12 toneladas, em montes de 15 kg, o trabalhador precisa fazer 800 trajetos que variam 1,5 a 3 metros, carregando estes montes (ALVES, 2006, p. 96).

cedo no canavial, pois a queima da cana geralmente ocorre antes do corte, aquecendo a terra e, algumas vezes, conservando esse calor até o início da jornada, um calor que se intensifica no decorrer do dia pela ação solar, lembrando que, no caso da região de Ribeirão Preto, a temperatura em épocas de safra pode atingir os 40°C.

Considerando aspectos da saúde desse trabalhador, Alessi e Navarro (1997, p. 117) concluíram em sua pesquisa que ao longo de sua jornada, o cortador de cana preocupa-se em repor as energias ao seu organismo com água, café e também chupando cana. “A prática de chupar cana se, por um lado, repõe a água e sais minerais perdidos pelo organismo, por outro, costuma provocar diarreias, devido ao seu alto teor de sacarose”.

Com referência às relações contratuais, na região de Ribeirão Preto ocorrem basicamente dois tipos de contrato, o estabelecido diretamente entre o trabalhador e a usina – ou destilaria – e o intermediado por empreiteiros de mão-de-obra – os antigos “gatos”, que hoje se estabeleceram juridicamente, na forma de empresas prestadoras de serviços de trabalhos temporários.

Outra característica marcante da atividade é a sazonalidade que intensifica a migração em busca de trabalho. Ianni já relatava uma realidade vivenciada até os dias atuais: “devido às condições sazonais em que se desenvolve o processo produtivo na agroindústria açucareira, a força-de-trabalho não é empregada de forma permanente nas usinas e canaviais”, explicando que nesse setor, “a demanda de força de trabalho é razoavelmente elástica” (IANNI, 1976, p. 48).

Maria Aparecida Silva (1999) conclui que o tempo natural passa a ser regido pelo tempo do capital ou, pelo tempo que é valor e esclarece alguns aspectos dessa mudança para os trabalhadores que encontraram na migração e corte da cana no estado de São Paulo, um meio de sobrevivência:

O tempo cíclico marcado pelos momentos de plantar e colher e definidor do tempo de trabalho foi substituído pelo tempo linear, capitalista das usinas e fazendas do Estado de São Paulo. O tempo, agora, é compreendido pelo tempo de migração forçada, especialmente a temporária, mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase 9 meses ao ano. A vida passa a existir em dois espaços-tempos, definida pela presença-ausência (MARTINS, 1988a; FERREIRA, 1995; SILVA, 1991b apud SILVA, 1999, p. 58).

Alessi e Navarro (1997 p. 116) ainda acrescentam que “é impossível negar o quanto o trabalho do cortador de cana é árduo”, sendo que aqui, entendemos o adjetivo “árduo” como algo que transcende a referência ao esforço físico que a atividade exige. A palavra representa também todas as agruras desta categoria que convive com pouca remuneração⁹ pelos seus serviços, com a insegurança diante da ameaça do desemprego, com a peculiaridade de demanda sazonal, com a situação de marginalidade.

2.2 Com os Dias Contados

Coissi (2007), diante de um estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) sobre os efeitos da mecanização das lavouras afirmou que “a profissão do bóia-fria da cana-de-açúcar está com os dias contados no Brasil” (COISSI, 2007, on-line).

Ela destaca a afirmação de Sérgio Prado, diretor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), dizendo que as novas usinas já nem contam com a figura do cortador de cana (grifo nosso). O estudo mostra que “houve queda de 20,9% no número total de trabalhadores rurais no setor entre 1981 e 2004, que passou de 625 mil para 494 mil” (COISSI, 2007, on-line) e aponta ainda que contrastando com essa queda, houve aumento de 166,3% na produção de cana no período, que passou de 156 para 415 milhões de toneladas (Gráfico 2).

A autora também afirma que a mecanização é motivada por razões econômicas, legais e sociais. Uma colheitadeira¹⁰ custa cerca de R\$ 800 mil e o uso da máquina

⁹ Por diversas vezes nos referimos aos termos salário e remuneração. Achamos conveniente, portanto, distingui-los, de acordo com conceitos provenientes da doutrina trabalhista. Salário é a importância que o empregado recebe diretamente do seu empregador em virtude do serviço prestado, conforme o contrato de trabalho, podendo ele ser fixo ou variável. Remuneração é a soma do salário previsto em contrato com outras vantagens e adicionais percebidos pelo trabalhador em decorrência do seu trabalho, como adicional noturno, adicional de periculosidade e insalubridade, ajudas de custo e comissões.

¹⁰ Entre os autores estudados, encontramos as denominações colheitadeira, colhedora e colhedeira para designar a máquina que corta a cana. Estas diferentes denominações podem, inclusive, ser conferidas nas transcrições no decorrer deste trabalho. Neste sentido, o Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais, compilado em 2004 por José Geraldo Pacheco Ormond, técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aponta igualmente as três denominações como sendo “máquina agrícola destinada a retirar os produtos do local onde foram plantados”.

aperfeiçoa a produção, além de substituir o trabalho de cem cortadores de cana¹¹. Ainda para aumentar o incentivo pelo uso dessa tecnologia, foram criadas leis para extinguir a colheita manual, pois as queimadas são necessárias para viabilizar o corte manual e “nos últimos anos aumentou a cobrança pelo cumprimento das normas trabalhistas no campo, principalmente após a morte de 21 bóias-frias, desde 2004, supostamente por excesso de esforço no trabalho” (COISSI, 2007, on-line).

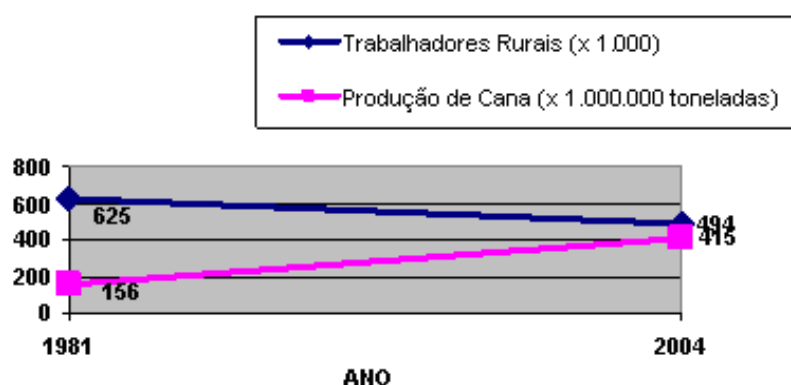


GRÁFICO 2 – Trabalhadores Rurais no Setor Sucroalcooleiro entre 1981 e 2004.

Fonte: COISSI, Juliana. Trabalho no corte de cana tem dias contados, diz estudo. **Folha Online**, São Paulo, 11 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1109200730.htm>>. Acesso em: 29 set. 2010.

Assim, o ano 2017 é o prazo final para as queimadas de cana no Estado de São Paulo, segundo acordo firmado entre a UNICA, o governador do estado (José Serra, na ocasião) e as secretarias estaduais do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento.

O protocolo, assinado em maio de 2007 e denominado Protocolo de Cooperação Agroambiental, antecipa o limite de 2031 que havia sido imposto pela lei estadual 11.241, criada para eliminar gradativamente as queimadas de cana (Gráfico 3).

O texto aponta que cerca de 45% da produção de cana no Estado de São Paulo já é colhida por máquinas – um índice acima do nacional, que fica entre 35% e 37%.

¹¹ Não há um consenso sobre o real número de substituições, geralmente um número entre 50 e 200 substituições.

O setor concordou em eliminar as queimadas nas chamadas 'áreas mecanizáveis' até 2014, sete anos antes do prazo previsto para isso na Lei 11.241, que era 2021. Nas 'áreas não-mecanizáveis', o novo prazo passou de 2031 para 2017, um ganho de 14 anos (MEDIDA..., 2007, on-line, destaques do autor).

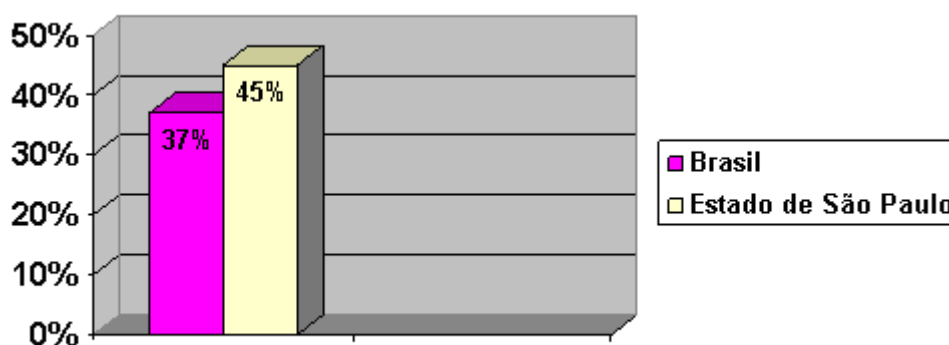


GRÁFICO 3 – Cane Colhida por Máquina em 2007.

Fonte: COISSI, Juliana. Trabalho no corte de cana tem dias contados, diz estudo. **Folha Online**, São Paulo, 11 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1109200730.htm>>. Acesso em: 29 set. 2010.

Ao também analisar fatores indutores do processo, Veiga Filho (2007, on-line) levantou dados sobre séries de salários de cortadores de cana, preços recebidos pelos produtores de cana e pelos produtores de açúcar e de álcool, analisando suas evoluções em termos reais e nos seus relativos e pressupôs no que se refere à evolução relativa, que a relação entre salário e preços é um indicador ora da escassez e ora da abundância do fator trabalho e que sua tendência histórica sinaliza um processo de substituição do fator mais escasso. Ele demonstra estes dados na Tabela 3 e analisa:

O que se verificou, inicialmente, é que todos os preços, deflacionados e atualizados para dezembro de 1997, têm um comportamento de queda real, em média abaixo de 50% quando comparados com os preços vigentes em 1976. Nos anos finais da década de 1970 até meados da década de 1980, houve maior sustentação dos preços dos produtos com quedas inferiores à dos salários reais, refletindo a proteção ao sub-setor concretizadas nas políticas governamentais de preços, no estímulo do mercado externo e na expansão da economia brasileira, que começou a perder fôlego nos anos iniciais de 1980.

A queda desses preços acelerou-se a partir de 1986-87, em parte determinada pelo comportamento da economia e em parte pela perda de dinamismo do mercado externo de açúcar, de 1985 em diante, começando uma recuperação a partir da estabilização econômica proporcionada pelo fim do aceleração do processo inflacionário, com a reforma monetária de 1994.

Por sua vez, o comportamento evolutivo dos salários acompanhou, de 1986-97 em diante, o mesmo padrão de decréscimo dos demais preços, apesar do movimento sindical ter-se solidificado nesse período, e cujas conquistas não estão contabilizadas nos salários monetários, tais como as melhorias no transporte e acesso a previdência e seguridade social, por exemplo (VEIGA FILHO, 2007, on-line).

TABELA 3 - Índices Reais de Preços de Salários, Cana, Açúcar e Alcool no Estado de São Paulo, 1976-97.

Ano	Índices				Relações		
	Salário	Cana	Açúcar	Alcool	1/2	1/3	1/4
	(1)	(2)	(3)	(4)			
1976	100	100	100	100	100	100	100
77	94	100	100	102	94	94	92
78	117	95	93	95	123	126	123
79	-	-	-	-	-	-	-
80	83	93	85	95	89	98	87
81	93	89	85	98	104	109	95
82	79	72	68	79	110	116	100
83	70	84	77	90	83	91	78
84	73	83	76	87	88	96	84
85	70	81	80	92	86	88	76
86	56	53	52	60	106	108	93
87	-	-	-	-	-	-	-
88	45	51	52	61	88	87	74
89	72	38	36	42	189	200	171
90	35	36	34	40	97	103	88
92	31	44	40	48	70	78	65
93	30	37	34	41	81	88	73
94	30	39	35	43	77	86	70
95	40	39	33	43	103	121	93
Ano	Índices				Relações		
	Salário	Cana	Açúcar	Alcool	1/2	1/3	1/4
1996	38	47	44	49	81	86	78
97	39	47	34	49	83	115	80

Fonte: IEA e UNICA apud (VEIGA FILHO, 2007, on-line).

Ao compararem os custos da colheita manual com os custos da colheita mecânica Rípoli; Mialhe (1982 apud VEIGA FILHO, 2007, on-line), entre outras conclusões, deduziram que o retorno para o investimento na mudança de processo e compra da máquina se daria em menos de dois anos. Veiga Filho (2007, on-line)

não encontrou estudos recentes sobre estes custos, entretanto deduziu uma sedimentação e generalização da vantagem econômica do corte mecânico. O autor ainda acrescenta que outro fator indutor dessa mudança tecnológica podem ser as dificuldades de controle sobre a mão-de-obra, decorrentes de incertezas sobre sua disponibilidade causada por absenteísmo ou greve.

Com relação aos reflexos para as usinas da mudança do corte manual para o mecânico, Veiga Filho (2007, on-line) afirma que não se trata de mera substituição de uma técnica por outra. A mudança implica em combinar e aperfeiçoar aspectos como o preparo do solo na lavoura, o dimensionamento dos equipamentos no campo, a implantação de equipe de manutenção e apoio, o treinamento do pessoal envolvido, as alterações no transporte e na recepção da cana na indústria entre outros.

A primeira tarefa é redimensionar o comprimento dos talhões de cana, a fim de evitar perda de tempo com manobras; em seguida, é necessário nivelar os terrenos que possuem declividade elevada; depois, é preciso limpar com bastante eficiência o terreno sobre o qual as colheitadeiras irão operar, para evitar que tocos, árvores e buracos venham a danificar a máquina; por fim, é necessário rever o espaçamento adequado entre as fileiras de cana, de maneira a garantir que as máquinas trafeguem com as rodas entre as linhas de cana e não danifiquem as soqueiras (RICCI, 1994, p.109 apud GUEDES; RÉ, 2001, p. 3).

Sobre os aspectos técnicos, ele também explica que o sistema de colheita é composto por três subsistemas, sendo que o primeiro é o de corte e carregamento, seguido pelo de transporte e finalizado pelo subsistema de recepção:

Cada sub-sistema tem interfaces que incluem aspectos comuns, os quais estabelecem um fluxo da matéria-prima do campo à indústria e que precisam ser alterados para compor-se ao novo arranjo técnico (RÍPOLI; PARANHOS, 1987 apud VEIGA FILHO, 2007, on-line).

Desta forma, para as usinas que não estão totalmente preparadas para a implantação da tecnologia, a mecanização do corte pode não ser tão conveniente. Ramão; Schneider, Shikida (2007) transcrevem o depoimento de um gerente agrícola de uma usina no estado do Paraná:

A palha que fica na lavoura propicia o surgimento de uma praga chamada cigarrinha das raízes, que acaba destruindo o canavial; há também o fato de que, nos meses mais frios do ano, a soqueira não consegue brotar no colchão formado pelas palhas, por causa da temperatura, o que também prejudica o canavial. Sendo assim, no momento não é conveniente a realização do corte mecanizado da cana crua (RAMÃO; SCHNEIDER; SHIKIDA, 2007, p. 116)

Mesmo concluindo que as vantagens da tecnologia são maiores que as desvantagens para as usinas, Veiga Filho (2007, on-line) considera o processo de mecanização do corte de cana no Brasil, e em particular no Estado de São Paulo, lento e pouco difundido. Ele apurou um índice de 17% de mecanização entre 69 usinas do estado de São Paulo – que representavam na época, 46% da área colhida – e de 29% na região canavieira de Ribeirão Preto que, para o autor, são índices baixos quando comparados com os 100% de mecanização do corte na Austrália e no estado de Louisiana, Estado Unidos da América (EUA).

Em contrapartida, ele ainda nota que, com exceção do corte, houve uma evolução sistemática do processo produtivo agrícola canavieiro no sentido da mecanização que ocorreu agregando outras práticas culturais e equipamentos mais eficientes, que reduziu o uso da mão-de-obra comum ou não qualificada, por uma mão-de-obra em número menor, porém mais capacitada a operar as máquinas e seus implementos.

2.2.1 A Região de Ribeirão Preto – SP

Uma reportagem da Rede Globo em 1990 fez com que a cidade e a região de Ribeirão Preto se popularizassem na expressão “Califórnia Brasileira” numa alusão ao mais rico estado norte-americano. De acordo com a reportagem, a região onde prosperava o setor sucroalcooleiro seria moderna e rica (Foto 4).



FOTO 4 – Centro da cidade de Ribeirão Preto.

Fonte: PREFEITURA Municipal de Ribeirão Preto. Portal. **Fotos aéreas de Ribeirão Preto.**

Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/guia/i71album-aereas.htm#>. Acesso em:

Contudo, ao analisar melhor o cotidiano dos habitantes dessa região é possível concluir que os indicadores econômicos de riqueza obtidos na época e representativos ainda nos dias atuais eram possibilitados pela intensificação das desigualdades sociais, expressadas na iniquidade existente entre os grandes empresários e os empregados, subempregados e desempregados do lugar.

Passadas duas décadas, a região (Figura 1) ainda ostenta essa riqueza, apresentando expressivos índices de crescimento econômico quando comparada com outras regiões do país e pode-se dizer neste sentido, que o setor sucroalcooleiro, atividade agrícola predominante na região de Ribeirão Preto, é o maior responsável por esse desenvolvimento.



FIGURA 1 – Região Administrativa de Ribeirão Preto.

Fonte: PREFEITURA Municipal de Ribeirão Preto. Portal. **Ribeirão e região.com.br**. Disponível em: <http://www.ribeiraoeregiao.com.br/mapas.asp>. Acesso em:

Contudo, mesmo com os avanços do setor na região, em território ocupado e produtividade decorrente de investimentos em tecnologia e incentivos, ainda há uma grande concentração de cortadores de cana, atividade arcaica, que envolve baixa remuneração e períodos de desemprego, simbolizando uma das contradições dos indicadores apresentados.

Considerando, no entanto, que o corte da cana de açúcar vem prescindindo do cortador manual em privilégio do uso de máquinas colheitadeiras neste processo, que a substituição do homem pela máquina nesta atividade ocorre rapidamente na região de Ribeirão Preto, região de apresenta os maiores índices de mecanização do corte no país, conclui-se que o desemprego para esta categoria de trabalhadores aumenta na mesma proporção e velocidade.

O grande desafio para esta categoria de trabalhadores é a recolocação no mercado de trabalho, já que é comum aos cortadores de cana possuir pouco estudo e não estarem preparados para outras profissões que envolvam conhecimentos técnicos prévios.

É aqui que identificamos o surgimento de outra vocação para esses trabalhadores: catar, coletar e separar materiais para reciclagem e reaproveitamento, manifestação que trataremos a seguir.

2.3 O Catador de Reciclável

Segundo a classificação de ocupações do Ministério do Trabalho e do Emprego, o trabalhador denominado catador de material reciclável também é conhecido por catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata, separador de sucata e triador de sucata.

De uma maneira geral, o catador de material reciclável cata, seleciona e vende materiais recicláveis e reutilizáveis como papel, papelão, vidro, plástico, material ferroso e outros materiais reaproveitáveis.

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a atividade de catador é exercida por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas, que trabalham para venda de materiais para empresas ou cooperativas de reciclagem.

A coleta é realizada a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana.

Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

O acesso ao trabalho de catador é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional e envolve competências como organização, agilidade, atenção, habilidade de negociação e até habilidade para puxar a carroça no recolhimento dos materiais.

Para exercer a atividade de coleta, separação e preparo para venda do material reciclável, o trabalhador precisará desenvolver uma série de ações que se tornam mais complexas à medida que o nível de organização do trabalho aumenta.

Diferente de catadores autônomos¹² que costumam utilizar carroça ou carrinho para a coleta de materiais recicláveis, o trabalhador das cooperativas cujo trabalho integra os esforços de outros cooperados, poderá precisar, por exemplo,

¹² Aqui, quando dizemos catadores autônomos, nos referimos ao catador de material reciclável que trabalha habitualmente por conta própria, assumindo os riscos da sua atividade. Ele não é cooperado e nem empregado.

saber como conduzir um veículo, um caminhão ou uma perua, para coletar uma quantidade maior de materiais recicláveis.

2.4 O Cortador e o Catador: Afinidades

O cortador de cana-de-açúcar geralmente trabalha com carteira assinada. Suas atividades são realizadas a céu aberto e em horário de trabalho diurno.

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), da mesma forma que a ocupação de catador de material reciclável, o acesso a atividade de cortador de cana-de-açúcar é livre, o aprendizado ocorre na prática sendo que o pleno desempenho da atividade ocorre aproximadamente com um ano de experiência.

O trabalho do cortador de cana costumar envolver a queima da palha da cana, o corte da cana e o ajuntamento da cana após o corte para que seja recolhida pela máquina e transportada até as usinas. Uma das competências mais significantes da atividade é a manifestação de resistência física e sua principal ferramenta é o podão.

Como o corte manual da cana, a atividade de coleta, separação e comercialização de material reciclável é uma atividade penosa, pesada, suja, que envolve pouca remuneração, o que justifica ser uma atividade que não tem poder atrativo para as fatias mais qualificadas de trabalhadores. A Tabela 4 mostra a relação entre as ocupações de cortador de cana-de-açúcar e o catador de material reciclável que facilitam a análise das características apontadas.

TABELA 4 – Relação entre as ocupações de cortador e catador.

OFÍCIO	CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL	CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR
O QUE FAZ	Cata, seleciona e vende materiais recicláveis como papel, papelão, vidro, plástico, materiais ferrosos, materiais não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.	Queima a palha da cana, corta a cana e junta a cana após o corte para que seja recolhida pela máquina e transportada até a usina.
ACESSO	É livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional.	É livre, o aprendizado ocorre na prática sendo que o pleno desempenho da atividade ocorre aproximadamente com um ano de experiência
ORGANIZAÇÃO	Geralmente trabalha de forma autônoma ou em cooperativas.	Geralmente trabalha como carteira assinada.
CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO	A coleta é realizada a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana.	Suas atividades são realizadas a céu aberto e em horário de trabalho diurno. O trabalhador é exposto a variações climáticas e a riscos de acidente, mas neste caso, utiliza equipamento de proteção individual (EPI).
COMPETÊNCIAS	Organização, agilidade, atenção, habilidade de negociação e até habilidade para puxar a carroça no recolhimento dos materiais, se for caso.	Manifestação de resistência física.

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações.

Mesmo não sendo atrativa para os trabalhadores mais qualificados, a atividade de coletar material reciclável gera milhares de postos de trabalho e rendimento para os indivíduos que vivem nas camadas mais pobres em todo o país, sendo que a tarefa de coletar, selecionar e vender materiais recicláveis começa a ser percebida por uma fatia considerável da população – que vai além dos recicladores – como uma profissão e não apenas como um meio de renda temporário enquanto outra oportunidade de trabalho melhor não surgir.

TABELA 5 – Contribuições da reciclagem

CONTRIBUIÇÕES DA RECICLAGEM		
CAMPO AMBIENTAL	CAMPO ECONÔMICO	CAMPO SOCIAL
redução de acumulação progressiva de resíduos	redução da utilização de recursos naturais	Emprega recicladores
redução da utilização recursos naturais renováveis	Reutilização de recursos	Melhora a qualidade de vida para as pessoas através das melhorias ambientais
redução da utilização recursos naturais não renováveis		

Fonte: BETINI, Daniele G.; ICHIHARA, Jorge de A.; MENDES, Adriana de N. M. A logística reversa aplicada na indústria madeireira do Pará. In: XIII Simpósio de Engenharia de Produção – XIII SIMPEP, 2006, Bauru. **Anais...** Bauru, 2006. v.1.

Ferreira (2006) destaca que, apesar da discriminação que a atividade com o lixo envolve, homens e mulheres encontram nesta atividade uma inserção no mundo social e do trabalho. Além disso, ao recolher materiais que levariam muitos anos para serem degradados, estes trabalhadores realizam uma importante tarefa que reduz a contaminação do solo, dos lençóis freáticos e nascentes de rios, melhorando a qualidade de vida de toda a população.

Hoje, os recicladores são os principais alimentadores deste processo de reciclagem e reutilização do lixo, cujos resultados são expressivos nos campos ambiental, econômico e social.

No campo ambiental, por exemplo, a reciclagem contribui para a redução de acumulação progressiva de resíduos em aterros ou para incineração e também para a redução da produção de novos materiais que algumas vezes utilizam recursos naturais não renováveis, como o plástico oriundo do petróleo, por exemplo.

A redução da utilização de recursos naturais, bem como a reposição daqueles recursos que podem ser reaproveitados também contribuem para o campo econômico.

Socialmente, além dos empregos que gera, a reciclagem proporciona melhor qualidade de vida para as pessoas, através das melhorias ambientais. A Tabela 5 aponta e demonstra de maneira sintética esse potencial de melhorias.

Para encerrar este capítulo transcrevemos o artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O artigo nos remete a pensar na importância de apoiarmos ações que visem o reconhecimento e o estabelecimento de formas de trabalho dignas para esta categoria de trabalhadores ligados à coleta, à seleção e à comercialização de materiais recicláveis em nosso país.

No capítulo a seguir, analisaremos o conceito de reciclagem e apresentaremos um movimento que congrega, organiza e direciona a atuação dos trabalhadores ligados ao ofício de coletar materiais recicláveis, inclusive, orientando-os a se organizarem em empreendimentos que envolvam o princípio de ajuda mútua.

Faremos em seguida uma descrição do conceito de economia solidária que tem como base o associativismo e cooperativismo, caracterizando-se como forma de produção, consumo e distribuição de riqueza que prioriza o ser humano e não, o capital e por fim, mostraremos um panorama do cooperativismo, suas origens, os tipos e as razões que levaram os catadores de recicláveis a adotar suas premissas como forma de organização.

CAPÍTULO 3
A VIDA EM CICLOS

Muita vez ao rubor de um revérbero e a um vento,
Que à chama sempre é um golpe e o cristal um tormento,
Bem num velho arrabalde, amargo labirinto
De humanidade a arder em fermentos de instinto,
Há o trapeiro que vem movendo a fronte inquieta,
Nos muros a apoiar-se e como faz um poeta,
E sem se incomodar com os guardas descuidosos,
Abre o seu coração em projetos gloriosos.
Ei-lo posto a jurar, ditando lei sublime,
Exaltando a virtude, abominado o crime,
E sob o firmamento - um pálio de esplendor –
Embriagar-se à luz de seu próprio valor.
Estes, que a vida em casa enche de desenganos,
Róidos pelo trabalho e as tormentas dos anos,
Derreados sob montões de detritos hostis,
Confuso material que vomita Paria,
Voltam, cheios de odor de pipas e barrancos,
E seguem-nos os que a vida tornou tão brancos,
Bigodes a tombar como velhos pendões;
Os arcos triunfais, as flores, os clarões
Se erguem diante do olhar, ó solene magia!
E na ensurdecadora e luminosa orgia
Do clarim e do sol, do grito e do tambor,
Eles trazem a glória ao povo ébrio de amor!
E assim é que através desse terrestre solo,
O vinho é ouro a rolar, fascinante Pactolo;
Pela garganta humana ele canta os seus feitos
E reina por seus dons como os reis mais perfeitos.
E para o ódio afogar e embalar o ócio imenso
Desta velhice atroz que assim morre em silêncio,
Gerou o sono, Deus, de remorso tocado;
O homem o vinho criou, filho do sol sagrado.

O Vinho dos Trapeiros - Charles Baudelaire

3.1 A Reciclagem

Reciclagem é uma palavra geralmente utilizada para designar o reaproveitamento ou a reutilização de materiais beneficiados como matéria-prima para um novo produto que poderá manter suas características originais ou assumir outra forma. Apesar do termo reciclagem ser comumente utilizado, o fato desse novo produto poder manter suas características originais ou assumir outra forma envolve uma distinção entre os conceitos de reciclagem e reutilização.

De acordo com Guanabara (2007), reciclagem é o termo designado para o beneficiamento de materiais que podem voltar ao estado original e serem transformados novamente em um produto igual em todas as suas características. Já reutilização ou reaproveitamento consiste em transformar um determinado material já beneficiado em outro. A Tabela 6 ilustra esses conceitos:

TABELA 6 – Reciclagem e reutilização: distinções.

Reciclagem	Reutilização / Reaproveitamento
O material pode voltar ao estado original.	O material beneficiado é transformado em outro.
Exemplo: o alumínio depois de beneficiado mantém suas propriedades iniciais.	Exemplo: o papel reciclado é diferente do papel original.

Fonte: GUANABARA, Raquel. A importância da coleta seletiva e da pedagogia dos 3 Rs na educação ambiental: o exemplo de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. In: VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu-Brasil, Setembro de 2007. v.1

A palavra reciclagem vem da expressão inglesa recycle, onde “re” quer dizer repetir e “cycle” quer dizer ciclo. Os materiais mais comumente coletados para este outro ciclo no Brasil são o papel, o vidro, o metal e o plástico.

O termo reciclagem ganhou destaque no final da década de 1980, quando se constatou que as fontes de matérias-primas não renováveis, como o petróleo, por exemplo, estavam se esgotando rapidamente. Outra preocupação envolvia também a constatação de que faltaria espaço para a disposição de resíduos e de outros dejetos na natureza.

Foi neste período que os processos de reciclagem começaram a ser sistematicamente estudados, implantados e utilizados pela sociedade civil com o apoio de esferas governamentais e foi também o momento em que houve uma transformação identitária do catador de lixo que passou a ser denominado trabalhador coletador de recicláveis.

Gonçalves e Abegão (2006) afirmam que a atividade de coletar recicláveis teve início a partir do trabalho de coleta desse tipo de resíduo. Antes, o catador recolhia o lixo sem se preocupar com uma separação prévia. Antes que o caminhão

passasse para recolher o lixo deixado na calçada, os catadores se antecipavam na coleta do material. Esses indivíduos, em geral, tinham um histórico de vida ligado a condições de pobreza. Viviam nas ruas catando lixo pela situação de desemprego e não possuíam outra forma de obter recursos senão os da coleta de lixo.

Catar lixo, aliás, não é um hábito recente desses indivíduos que vivem em situação de pobreza. O poema intitulado “O vinho dos Tropeiros” de Charles Baudelaire na epígrafe deste capítulo e que faz referência a vida do tropeiro em meio ao lixo, data de 1857 e mostra como a atividade antecede a década de 1990 e início do século XXI, quando passou a ser reconhecida como profissão¹³.

A partir deste período, o lixo passa a ser visto de outra forma, tornou-se um negócio lucrativo e gradativamente deixou de ser manipulado apenas pelos catadores, passando a interessar também empresas, sucateiros e atravessadores que passaram a comercializar muitos dos objetos achados no lixo. Materiais recicláveis e reutilizáveis passaram a ser coletados pelos catadores, que vendiam sua produção para os sucateiros que repassavam para grandes empresas e centros de reciclagem. Assim, o comércio de materiais recicláveis se expandiu a ponto de construir uma cadeia de produção, formada por diferentes segmentos (GONÇALVES; ABEGÃO, 2006).

3.2 O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Para representar essa categoria de trabalhadores, os catadores criaram em 1999 o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e em seu primeiro encontro discutiram pontos norteadores de sua categoria como a identidade do catador.

De acordo com o movimento, o catador de materiais recicláveis busca seu reconhecimento social como trabalhador catador de recicláveis. Ele não é aquele trabalhador que pensa em estar hoje coletando o material reciclável e quem sabe, amanhã, estar num outro tipo de trabalho. O catador quer permanecer nesta

¹³ Em 2002, a publicação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) incluiu a profissão de catador de material reciclável (registro nº 5192-05) e passou então a ser reconhecida pela CBO, através do Ministério do Trabalho e Emprego.

atividade, busca reconhecimento social e legislação que proteja a categoria. Ele luta contra o caráter excludente do trabalho de catador que ao ser relacionado com a idéia negativa que habitualmente se tem lixo, interfere também na imagem que o catador tem socialmente e faz de si.

Miura (2004) afirma que o problema atualmente não está em reconhecer legalmente o catador como um profissional, mas sim, em reconhecer seu direito às condições dignas de trabalho e de vida para além da perspectiva estrita da sobrevivência. A autora afirma que tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou do vadio. Nesta direção, Migueles (2004) afirma que “para que a sociedade perceba o catador como ‘outro trabalhador qualquer’ é preciso associar o trabalho de catação a significados positivos” (p.14).

Além da questão identitária, o movimento elaborou uma relação de princípios e objetivos, sinalizando sua postura diante das adversidades encontradas.

A Declaração de Princípios e Objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis trata primeiramente da forma de organização da categoria. A declaração orienta os catadores a trabalhar pela autogestão e organização através da constituição de Bases Orgânicas, onde os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção, onde organizam o trabalho sem patrões, tendo controle sob a decisão, o planejamento e a execução do trabalho. Albuquerque (apud SINGER, 2003), diz que são identificáveis duas determinações essenciais do conceito de autogestão: superar a distinção entre quem toma as decisões e quem executa e autonomia decisória de cada unidade de atividade.

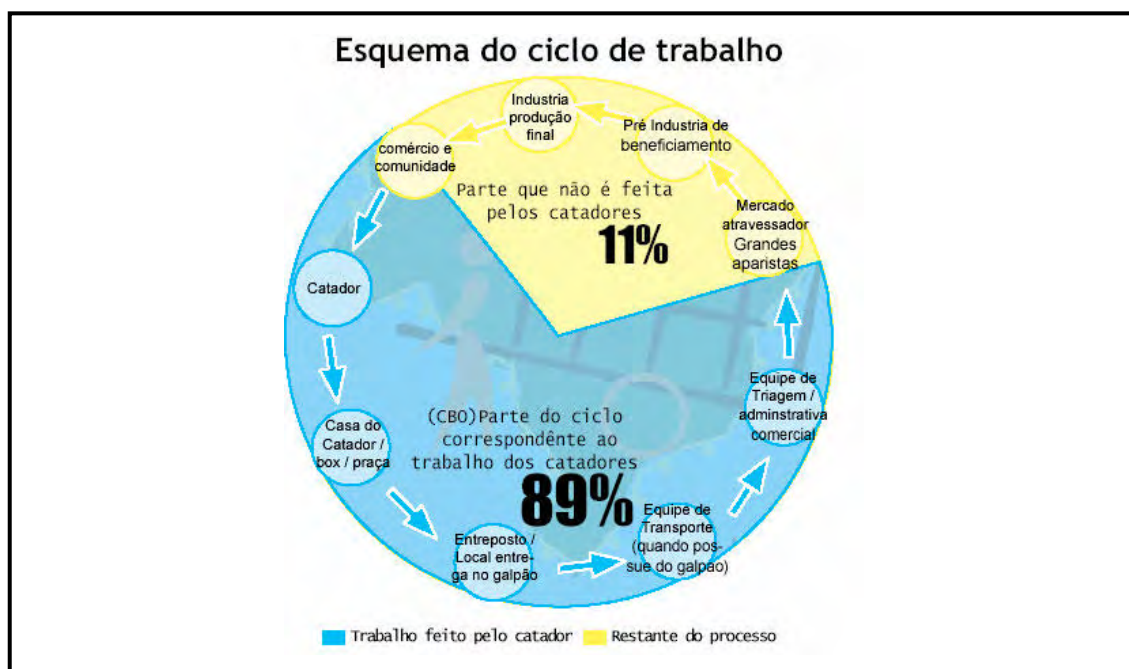


FIGURA 2 – Esquema do Ciclo de Trabalho.

Fonte: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Por outro lado, Gonçalves (2006) vê essa característica da atividade como uma manifestação de precariedade fundamental para os interesses capitalistas já que os ganhos dos demais agentes do circuito são maiores em virtude de não haver obrigações trabalhistas e contratos formais de trabalho dos catadores, o que tornaria a reciclagem dos resíduos menos rentável e economicamente inviável para as indústrias. Se fosse diferente, talvez fosse preferível ao capital produzir mercadoria a partir de materiais-primas virgens, o que é sempre opção, à medida que haja condições que encareçam o processo de reciclagem nos moldes existentes atualmente (GONÇALVES, 2006, p. 23).

O segundo apontamento da declaração refere-se à ação direta popular que carrega o sentido do protagonismo dos indivíduos auto-organizados, sendo que essa ação direta pode ser do indivíduo para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento e do movimento para a sociedade.

O terceiro apontamento busca garantir a independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas isso não quer dizer que ele não possa receber o apoio deles ou mesmo, o reconhecimento. Eles apontam a necessidade de firmar com os poderes públicos contratos que garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade e também a possibilidade de cobrar

das empresas privadas, produtoras industriais dos resíduos o devido pagamento pela contribuição dos catadores na reciclagem.

O quarto, e também último, princípio da declaração faz referência à busca do apoio mútuo entre os trabalhadores da categoria, praticando a solidariedade de classe com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países.

O apoio mútuo faz referência ao princípio que orienta os catadores para construção da solidariedade e da cooperação em suas relações, em contraposição aos princípios e práticas que privilegiam o capital e envolvem competição, egoísmo, individualismo e ganância.

Uma das manifestações mais expressivas da concretização destas orientações aos catadores, ou seja, autogestão, auto-organização, independência, apoio mútuo e solidariedade, se dá por meio da organização destes trabalhadores em cooperativas de trabalho. Trabalhar numa cooperativa é diferente de trabalhar no corte da cana como empregado ou catando lixo como catador autônomo. A participação numa cooperativa demanda outra visão, outros hábitos e posturas diante no trabalho. A Figura 2 traz um esquema do ciclo de trabalho do catador organizado pelo MNCR.

3.3 A Economia Solidária

De acordo com Machado (2004):

As classes populares nos embates políticos ao poder burguês engendram formas democráticas de organização, estabelecem padrões de comportamento social e político distintos das sociedades burguesas. O trabalho assume o caráter socializador e concreto, deixando de ser alienado e abstrato. Investem na formação política de seus militantes e praticam formas horizontais de decisão e de poder (MACHADO, 2004, p.156).

Se tivéssemos que dar um exemplo destas afirmações de Machado (2004), uma opção bastante expressiva seria a forma de organização e produção que se denomina na atualidade Economia Solidária.

A economia solidária é uma forma de produção, consumo e comercialização de bens e serviços através da autogestão de empreendimentos que priorizam as relações solidárias em oposição aos empreendimentos que priorizam o lucro. Suas bases estabelecem-se nas relações associativistas e cooperativistas.

Singer (2004) afirma que a economia solidária pode ser mais do que uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade necessitados de trabalhar. A economia solidária entende o trabalho como um meio de libertação humana por meio de um processo de democratização econômica, caracterizando-se como alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho no sistema capitalista.

Embora no caso do Brasil a economia solidária se desenvolva especialmente no final dos anos 1990 e início do século XXI, a experiência de iniciativas de autogestão que envolve relações solidárias tem origem em tempos longínquos.

Os primeiros relatos de vivências de ajuda mútua, que é um dos princípios da economia solidária, referem-se ao trabalho nos campos de trigo, ao artesanato e no sepultamento nas regiões da Babilônia, Grécia e Egito.

Hartung (1996) relata que na China (400 a.C.), os mercadores organizaram-se para evitar prejuízos causados pelos freqüentes naufrágios no rio Yang – Tse. Eles começaram a distribuir suas mercadorias em várias embarcações, de tal modo que o naufrágio e conseqüente perda da carga de um barco seriam compartilhados por todos, evitando o prejuízo total de um único mercador.

Em toda a história da humanidade podemos identificar inúmeras experiências de ação cooperativa que definiram o perfil socioeconômico das civilizações em determinados períodos. Contudo, a origem da organização que hoje denominamos cooperativada teve início em dezembro de 1844, quando vinte e sete tecelões e uma tecelã fundaram no bairro da Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale sob inspiração das idéias de Robert Owen, um industrial na época, considerado hoje o pai do cooperativismo.

Segundo Carvalho; Giraldi; Avighi (2008, p. 3), a Economia Solidária surgiu no Brasil na década de 1980, por meio da luta de trabalhadores em busca de geração de renda de maneiras diferentes daquelas baseadas nos princípios capitalistas de competição e individualidade, sendo o cooperativismo

[...] uma forma de organização do trabalho na Economia solidária que pressupõe uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para uma finalidade comum, em um empreendimento coletivo e democrático. O trabalho é solidário uma vez que os trabalhadores encontram-se em condições de igualdade, uns com os outros, frente à condição de sócio- proprietário-trabalhador.

A Economia Solidária tem um propósito multidimensional atuando sobre a dimensão social, a dimensão econômica, a dimensão política, a dimensão ecológica e a dimensão cultural e não deve ser confundida com o chamado “Terceiro Setor” que gera serviços de caráter público, substituindo o Estado nas suas obrigações legais e inibindo a emancipação de trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Figura 3 mostra que a Economia Solidária no Brasil, atualmente, vai além da dimensão econômica, base de sua ação, articulando-se através de uma rede de empreendimentos, instâncias governamentais, entidades de apoio e fomento, fóruns e redes, ligas e uniões.

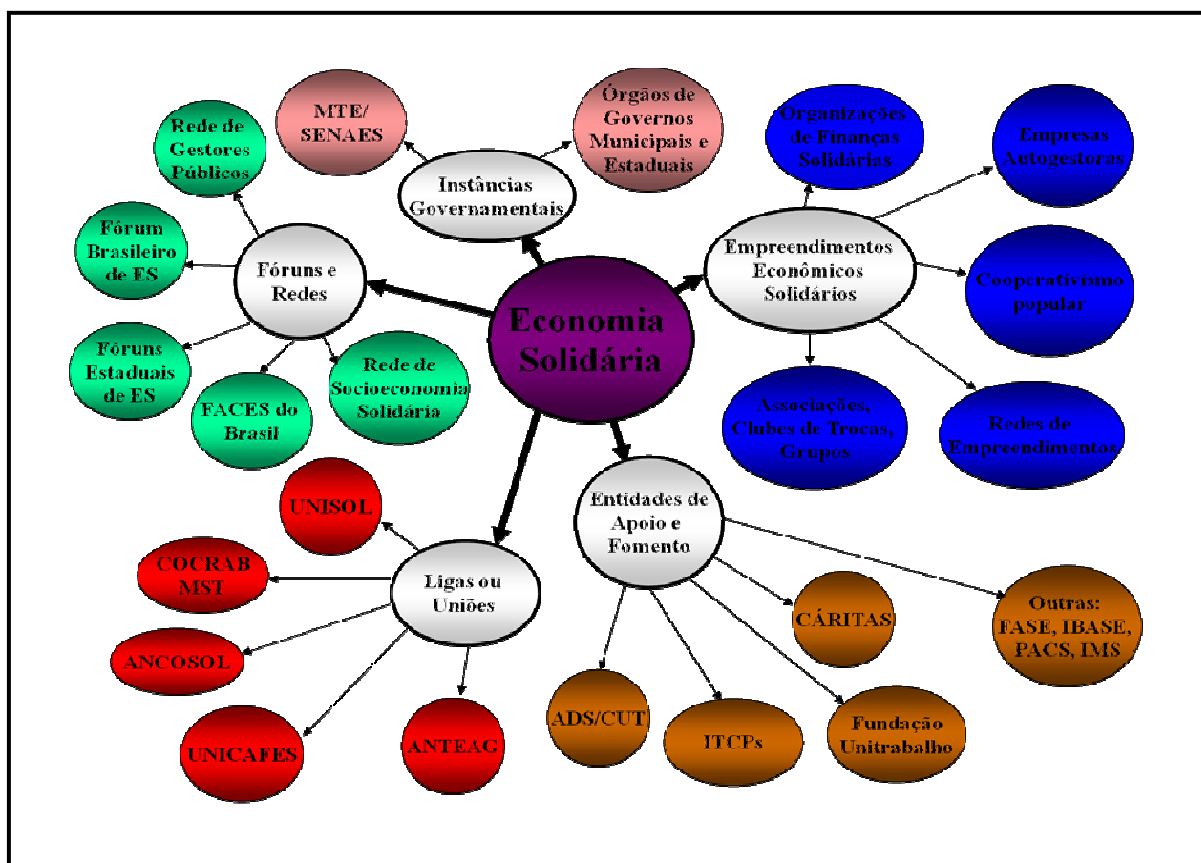


FIGURA 3 – O campo da Economia Solidária no Brasil.

Fonte: BRASIL, op. cit., p. 14.

A Economia Solidária surge particularmente ligada aos movimentos de luta pela terra, entre outros, caracterizando-se como uma alternativa às formas contratuais de trabalho, como uma dimensão de questionamento e de reivindicação por bases de estruturação da sociedade, baseadas em pressupostos de participação popular nas esferas econômica e política.

É por isso, inclusive, que ela conta com inúmeros espaços de divulgação, de aprofundamento do debate e de suas experiências no país, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que congrega as diversas entidades que se vinculam a economia solidária, universidades vinculadas ao processo e à experiência de economia solidária¹⁴, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e a Agência de Desenvolvimento Solidário, além do Fórum Social Mundial.

A economia solidária nos faz pensar ainda na valorização do direito fundamental à vida e ao trabalho.

3.4 As Cooperativas e os Catadores de Recicláveis

De acordo com Lima (2004) as cooperativas de trabalho e de produção surgiram com o trabalho industrial e com o movimento operário no século XIX, com princípios democráticos e igualitários, propondo o associativismo no trabalho ainda dentro do capitalismo ou como forma de superá-lo.

O movimento cooperativista fundou-se inicialmente com os socialistas utópicos, que propunham a autogestão do trabalho como reação defensiva ao desemprego e às condições vida e de trabalho dos operários industriais (LIMA, 2004, p. 46).

¹⁴ Temos como exemplos: o Ecosol, um Grupo de Pesquisa em Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); a INCOOP, um programa de Extensão Universitária da UFSCar que atua junto às comunidades urbanas e rurais mediante a incubação de cooperativas populares e de empreendimentos solidários, aliando intervenção, produção de conhecimento e formação de estudantes e de profissionais e a A UNITRABALHO, uma rede universitária nacional que agrega dezenas de universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil com a finalidade de envolvê-las na busca de soluções para os problemas sociais que atingem os trabalhadores brasileiros.

O primeiro grande movimento cooperativista ocorreu em Rochdale, perto de Manchester, na Inglaterra e não parou de crescer, tanto que, em 1852 foi promulgada a lei das Sociedades Industriais e Cooperativas no país. Em 1895 Genebra criou a Aliança Cooperativa Internacional com os princípios de Rochdale: “adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital; a educação e a formação dos sócios; a intercooperação no sistema cooperativista” (LIMA, 2004, p. 47).

Porém, desde o início surgiram denúncias da existência de falsas cooperativas utilizadas pelos empresários para pagarem salários menores. Marx (1977 apud LIMA, 2004, p. 47) “destacou o avanço do cooperativismo no combate ao capitalismo, mas ressaltava o risco de os trabalhadores se auto-explorarem, dado o fato de serem patrões de si mesmos e dadas às imposições do mercado à produção”. Mas, atendendo aos princípios iniciais ou não, incentivados pelos motivos iniciais ou por muitos outros, o movimento cooperativista continuou crescendo e se espalhando por todo o mundo até os dias atuais, sendo que Lima (2004, p. 49) identificou e classificou cinco tipos de cooperativas de trabalho e produção, a seguir relacionadas:

a) *Endowed Co-operatives*: são propostas advindas dos proprietários de empresas por motivações empresariais que variam desde idéias socialistas cristãs até o pragmatismo decorrente do interesse em se manter na empresa, a falta de herdeiros, ou mesmo o risco de perda da empresa por questões gerenciais, prejuízos econômicos etc. A organização do trabalho pouco muda, e a democracia no trabalho, que raramente existe, conserva a hierarquia anterior.

b) Cooperativas “defensivas”: são formadas pelos operários visando a manter os empregos a despeito do fechamento ou da falência de fábricas e empresas. Geralmente, a formação da cooperativa é o último recurso quando outras ações de recuperação falharam.

c) Cooperativas “alternativas”: são resultadas de movimentos contraculturais dos anos de 1960 e 1970, sendo seus membros oriundos de classe média, bem educada, com ideais democráticos, voltados mais a necessidades sociais do que aos lucros.

d) Cooperativas de “geração de renda”: surgem com o crescimento do desemprego e visam a criar empregos. Em países em desenvolvimento, inclui

programas propostos por agências de desenvolvimento que visam à organização de cooperativas em comunidades carentes que, em geral, enfrentam problemas de comercialização de seus produtos.

e) Cooperativas “pragmáticas”: são cooperativas organizadas com o objetivo de terceirizar atividades de empresas e reduzir custos. Nestas, não existe a preocupação com democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador. A finalidade é o trabalhador organizar-se autonomamente e responsabilizar-se pelo empreendimento, livrando a empresa das obrigações sociais.

Nascimento (2007) diz que no contexto latino-americano, o movimento cooperativista ou Economia Popular surgiu como forma de enfrentamento às dificuldades apresentadas com a evolução do capitalismo, como forma de sobrevivência e também subsistência, visando à geração de renda para prover e repor os meios de vida.

Apoiadas na solidariedade, estas formas de organização do trabalho estabelecem-se como uma manifestação de resistência aos problemas sociais gerados, sendo que no Brasil, até a década de 1990, atribuía-se pouca importância política a este tipo de iniciativa popular, dedicada a produção e/ou comercialização de bens e serviços, considerada resposta emergencial, expressão das ações assistencialistas destinadas a amenizar o aumento da pobreza. Contudo, em decorrência do agravamento das manifestações da questão social, dentre elas, a ampliação das dificuldades socioeconômicas da maior parte da população, as organizações solidárias e autogestionárias podem ser consideradas alternativas de produção e sociabilidade.

Percebe-se que estas experiências ganham força e passam a ser interpretadas pelos governos, sociedade e demais envolvidos, como respostas efetivas e necessárias às demandas societárias. Porém, para a viabilização e fortalecimento das experiências, estes empreendimentos ainda precisam contar com o apoio de instituições parceiras como universidades, governos municipais e estaduais.

O estabelecimento de vínculos com diferentes instituições se dá devido à necessidade de colaboração e apoio para a manutenção dos grupos, para a viabilização das feiras, a assessoria aos empreendimentos, as atividades de promoção e capacitação, e, na promoção de atividades de socialização entre as diferentes experiências (NASCIMENTO, 2007, p. 3)

Empreendimentos coletivos não podem ser vistos apenas como movimentos econômicos, mas sim, estratégias de luta do movimento popular contra a exclusão social, uma alternativa de geração de trabalho e renda, de melhoria da qualidade de vida da população, demonstrando que a produção pode ser organizada de outra forma, contribuindo assim para a diminuição das desigualdades sociais e propagação de valores solidários na sociedade.

Para encerrar este capítulo, transcrevemos as palavras de Singer (2004) sobre as possibilidades da economia solidária:

[...] para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana (SINGER, 2004, p.112).

No capítulo a seguir, trazemos para apreciação a Cooperativa dos Recicladores de Sertãozinho, objeto de nossas análises, sua história e outras características que são apresentadas com o apoio de fotografias tentando compensar “as insuficiências das palavras” como definido por Martins (2008, p. 11). Ele diz mais:

[...] a imagem, sobretudo a fotografia, por ser flagrante, revelou as insuficiências da palavra como documento da consciência social e como matéria-prima do conhecimento. Mas, nessa dialética, revelou suas próprias insuficiências. É nos resíduos sociológicos desse peneiramento que está a imensa riqueza da informação visual e que estão os desafios da fotografia às ciências sociais (MARTINS, 2008, p. 11).

Por fim, fazemos também uma breve descrição da cidade de Sertãozinho, na região de Ribeirão Preto, que abriga essa organização composta por antigos trabalhadores rurais.

CAPÍTULO 4

A COOPERATIVA DOS RECICLADORES DE SERTÃOZINHO

As paixões são como ventanias
que inflam as velas dos navios fazendo-os navegar,
outras vezes podem fazê-los naufragar,
mas se não fossem elas,
não haveria viagens nem aventuras
nem novas descobertas.

Voltaire

4.1 A CORSERTA

A Cooperativa dos Recicladores de Sertãozinho – a CORSERTA foi constituída em 25 de setembro de 2002, inicialmente com sede e administração na Rua Pedro Canesin, 591 e depois na Rua Dr. Olidair Ambrosio, 3.477, ambos os endereços no bairro Jardim Alvorada, no município de Sertãozinho, no estado de São Paulo. A Foto 5 mostra a identificação do empreendimento e fica na lateral do galpão da cooperativa. A Foto 6 mostra a fachada do galpão onde funciona a cooperativa e parte do terreno externo, onde também são estocados os materiais



FOTO 5 – Placa de identificação da cooperativa na lateral do galpão.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.

De acordo com seu Estatuto Social, a Cooperativa dos Recicladores de Sertãozinho tem como principal objetivo a defesa econômico-social de seus associados, por meio da ajuda mútua, proporcionando-lhes condições para o

exercício de coleta seletiva de lixo, separação e venda de matéria-prima de materiais recicláveis, reaproveitamento e reciclagem de matérias-primas.



FOTO 6 – Fachada da CORSERTA.

Fonte: A autora, 06 out. 2010.

Tudo começou com o apoio da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo que foi motivada por sua política de ações regionais, especificamente àquela que prevê o incentivo para a formação de cooperativas ou outra modalidade de associação para coleta seletiva do lixo e comercialização de materiais recicláveis na região de Ribeirão Preto. No início do milênio, um profissional da Secretaria em parceria com a Prefeitura de Sertãozinho localizou e convidou catadores autônomos para estimular o desejo de organização coletiva da atividade, por meio da propagação das vantagens do empreendimento. Foram dezenas de reuniões para esclarecimentos, orientações, reflexões e decisões até que no dia 25 de setembro de 2002, sob a denominação de CORSERTA - Cooperativa dos Recicladores de Sertãozinho, o empreendimento foi formalmente constituído com a adesão de 20 trabalhadores.

Desde o início, a cooperativa declinou do propósito de auto-sustentação, percebendo apoio da prefeitura municipal da cidade em toda a sua trajetória. Desde o começo é a prefeitura quem fornece o local e a infra-estrutura para o

funcionamento da cooperativa, o caminhão com o respectivo motorista para o recolhimento dos materiais, o saco plástico que é distribuído nas residências para que o município organize os materiais para coleta, entre outras ações de sustentação.



FOTO 7 – Parte externa da sede da cooperativa.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.

Podemos observar no discurso dos cooperados que ainda há uma relação de dependência muito forte da cooperativa com a prefeitura. Eles esperam o fornecimento de mais um caminhão – no período da entrevista contavam com dois caminhões, contam com melhorias no prédio da sede e com o recebimento de equipamentos para poderem ampliar sua atuação. Mazzei e Crubelatte (2006) apontam que as organizações governamentais e não governamentais têm um papel importante no fomento e no início da vida das cooperativas, sendo que o ideal é que essas organizações fomentadoras promovam a autonomia e a emancipação das cooperativas como organizações de economia social, sem que se estabeleça uma relação de dependência.

As fotografias deste capítulo e os respectivos comentários sobre elas pretendem auxiliar a percepção sobre a natureza e a realidade do empreendimento

como na Foto 7 que mostra um lado da parte externa da cooperativa e onde vemos uma trabalhadora depositando algo numa espécie de caçamba. Ela está descartando material que foi rejeitado no processo de separação¹⁵ e seleção no interior do galpão. O processo de separação envolve duas etapas:

A primeira etapa separa o material reciclável do material que não é reciclável. Apesar das orientações aos munícipes que separam o material reciclável para recolhimento pela CORSERTA, ocorre com frequência o envio de materiais que não poderão ser reciclados ou reaproveitados e que são descartados.



FOTO 8 – Separação de materiais.

Fonte: A autora, 06 out. 2010.

A segunda etapa do processo de seleção envolve separar os materiais recicláveis por tipo, como plástico, metal, caixas de leite longa vida, garrafas pet, papelão entre outros. A Foto 8 mostra a atividade de separar os materiais recicláveis por tipo.

A trabalhadora que aparece carregando o latão de material para descarte na Foto 9 tem 60 anos de idade.

¹⁵ De acordo com a CBO 2000, o trabalho de separar abrange a triagem do material reciclável e não reciclável, a triagem do material por qualidade, o acondicionamento do material não reciclável, o registro do material separado, a separação das doações e encaminhamento do lixo para o transbordo.

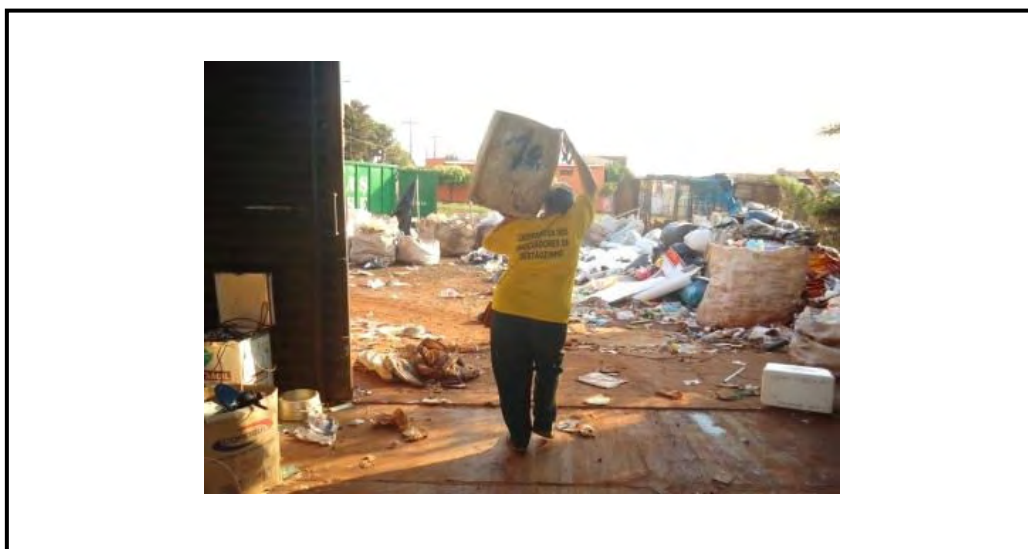


FOTO 9 – Trabalhadora transporta material que será descartado.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.

A Foto 10 mostra um fardo de caixinha de leite longa vida¹⁶. As caixinhas de longa vida permitem o reaproveitamento de três materiais: o plástico, o alumínio e o papel.

A tecnologia de reciclagem permite que o alumínio, presente em 5% do peso da embalagem, seja transformado em lingotes e novamente laminados para retornar ao processo de produção. Permite que o plástico seja transformado em parafina e vendido à indústria petroquímica. Com o material oriundo do processo de reciclagem das caixinhas se fabrica, por exemplo, canetas, régua, cadeiras, mesas, telhas, manta térmica, banquetas, vassouras e divisórias.

¹⁶ A embalagem longa vida possui uma estrutura multicamadas para proteger o alimento nela armazenado. Ela é formada por papel, plástico e alumínio, distribuídos em seis camadas, sendo a maior parte do peso da embalagem corresponde ao papel. O alumínio, presente em uma camada da embalagem possui a função de evitar a entrada da luz, do oxigênio e de impedir a troca de aromas entre o alimento e o meio externo. O plástico, presente em quatro camadas, possui a função de isolar o papel da umidade, impedir o contato do alumínio com o alimento e servir como elemento de adesão dos outros materiais presentes na estrutura.

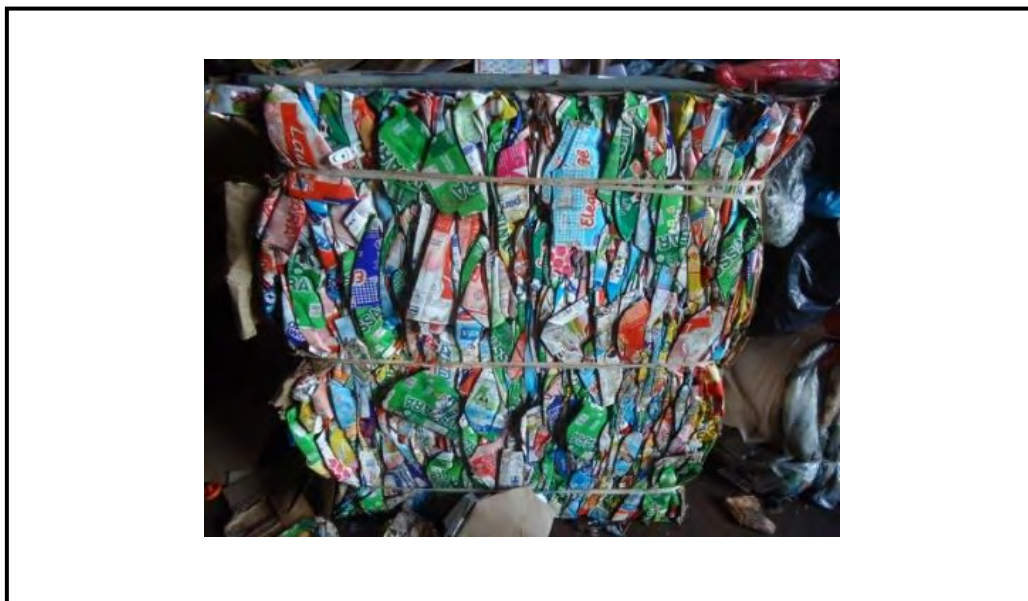


FOTO 10 – Fardo de caixinhas de leite longa vida.

Fonte: A autora, 06 out. 2010.

A Foto 11 mostra um fardo de garrafas pet¹⁷ e a Foto 12 mostra uma balança recebida através de doação recente por uma empresa privada, fabricante de refrigerantes na cidade de Ribeirão Preto. O valor do material vendido é atribuído de acordo com o seu tipo e peso. A pesagem efetuada pelo comprador do material agora poderá ser feita e conferida pela cooperativa.

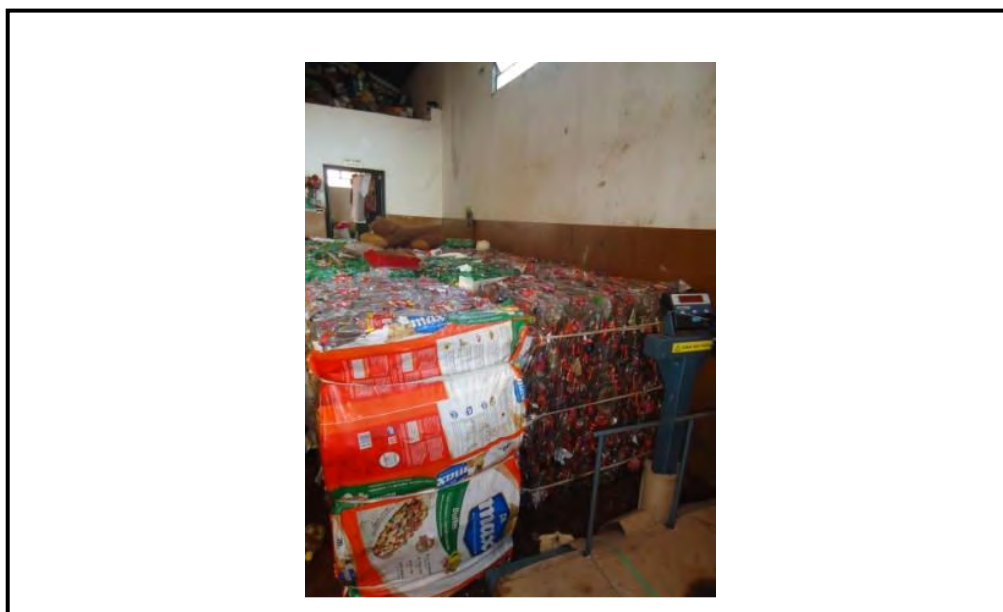


FOTO 11 – Fardo de garrafas pet.

Fonte: A autora, 06 out. 2010.

¹⁷ Pet é a denominação abreviada de polietileno tereftalato.



FOTO 12 – Balança doada para a cooperativa.

Fonte: A autora, 06 out. 2010.

A Foto 13 mostra duas trabalhadoras em atividade na prensa que comprime os materiais para organizá-los em fardos como observamos nas fotos anteriores. A compressão reduz espaços o que facilita o enfardamento, a estocagem, a pesagem e o transporte do material reciclável para venda.

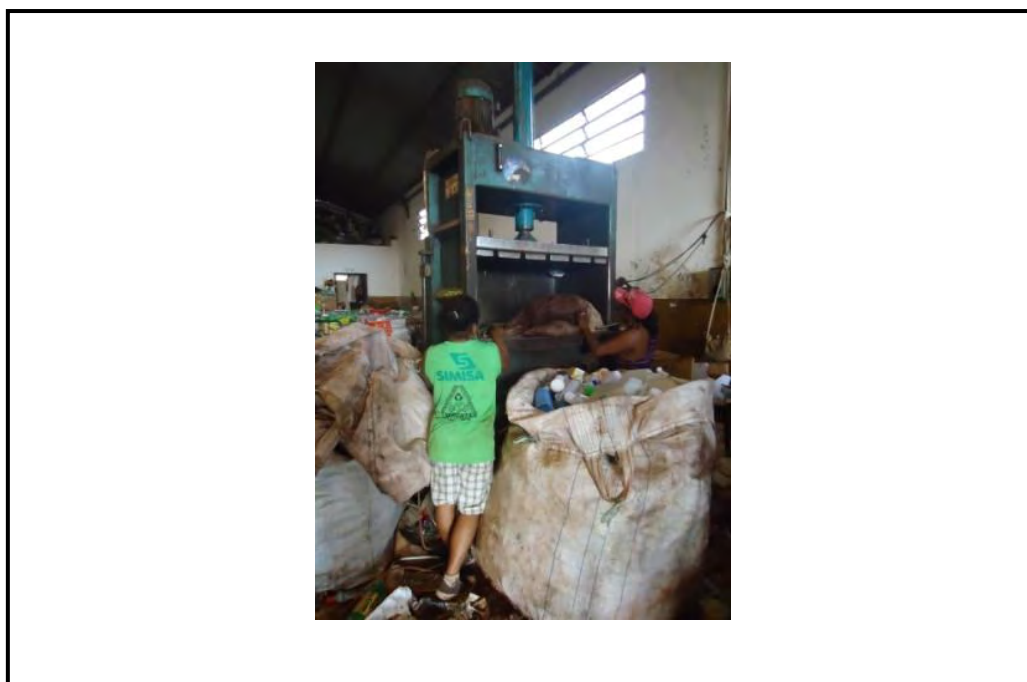


FOTO 13 – Prensagem de materiais.

Fonte: A autora, 06 out. 2010.

A Foto 14 permite a visualização do interior do galpão da cooperativa, partindo da entrada principal. Nos fundos do galpão observamos quatro portas, melhor visualizadas na ampliação do detalhe (Foto 14A). A porta à extrema esquerda da foto é uma saída para os fundos do terreno. A segunda porta, da esquerda para a direita da foto é do banheiro. A terceira porta, da esquerda para a direita é do escritório e a porta à extrema direita na foto é da cozinha. Para alcançar estes locais é preciso andar sobre o material que vemos espalhados pelo chão. Os membros da CORSERTA alegam dispor de pouco espaço para a execução de suas atividades que culmina na dificuldade de delimitar os espaços dentro do galpão. Os materiais recicláveis encontram-se por toda a parte, incluindo escritório e cozinha.



FOTO 14 – Vista do interior do galpão.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.



FOTO 14A – Detalhe da Foto 14 referente às portas no interior do galpão.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.

A Foto 15 mostra o interior da cozinha da cooperativa. Os cooperados conseguiram junto à prefeitura de Sertãozinho o fornecimento de leite, café, pão e manteiga diariamente para o desjejum dos cooperados



FOTO 15 – Interior da cozinha, 6 out. 2010.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.

A Foto 16 mostra a disposição de armários individuais para que os cooperados guardem seus pertences pessoais, sendo que esses pertences acabam extrapolando os espaços destinados. A estrutura fica no interior da cozinha.



FOTO 16 – Armários individuais para pertences pessoais.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.

Na Foto 17 visualizamos um pequeno escritório onde encontramos duas mesas, um aparelho de telefone, um armário para pastas suspensas além de alimentos (caixas de leite longa vida), materiais recicláveis para a venda e objetos de uso pessoal. Eles ainda não possuem computador para informatizar os processos administrativos da cooperativa.



FOTO 17 – Interior do escritório.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.

A Foto 18 mostra que os catadores também contam com a solidariedade dos moradores de Sertãozinho durante suas jornadas de trabalho quando recebem doações no momento do recolhimento dos materiais. Os moradores acabam separando e doando aos recicladores objetos de uso pessoal como roupas, sapatos e de uso doméstico, como utensílios de cozinha. Além dos calçados da foto, encontramos no interior do galpão fogões, geladeiras, tanquinhos e até brinquedos usados que foram oferecidos aos recicladores.



FOTO 18 – Sapatos usados doados por moradores de Sertãozinho.
Fonte: A autora, 06 out. 2010.

Mas antes de discorrermos mais sobre a cooperativa, achamos necessário situá-la em termos de localização e condições econômicas da região de atuação. Como já discorremos anteriormente sobre a região de Ribeirão Preto, falemos agora apenas do município de Sertãozinho.

4.1.1 O município de Sertãozinho - SP

O município de Sertãozinho (Foto 19) localiza-se na região de Ribeirão Preto e possui cerca de 110 mil habitantes. O município é composto pela cidade de Sertãozinho e pelo distrito de Cruz das Posses.

Sertãozinho é um município próspero: de acordo com o IFDM 2006 – Índice FIRJAN¹⁸ de Desenvolvimento Municipal, Sertãozinho ocupa a 7ª posição no Estado de São Paulo e Brasil, no que se refere a desenvolvimento municipal, tendo três vertentes básicas primordiais analisadas: Emprego/Renda, Educação e Saúde.

Além desta posição, a Sertãozinho é referência nacional em educação e saúde e uma das cidades mais verticalizadas do estado. Ostenta, ainda, o título de Capital Mundial do Setor Sucroalcooleiro, de Maior Produtora de Etanol do Mundo e de Capital Brasileira do Hóquei sobre Patins.

Por seus altos índices de empregabilidade propagados pelo mídia em virtude das centenas de indústrias e empresas de vários ramos instaladas na cidade, Sertãozinho recebe milhares de trabalhadores vindos de outras regiões todos os anos em busca de emprego. Ocorre aqui que as vagas de trabalho na cidade são em sua quase totalidade destinadas aos trabalhadores com conhecimento e formação técnica, condição que estes migrantes nem sempre apresentam. A maioria dos trabalhadores que aqui chega acaba retornando aos seus locais de origem ou migrando novamente para outras regiões. Os que ficam, se unem àquela parcela de trabalhadores desempregados por falta da qualificação profissional exigida, como os cortadores de cana.

¹⁸ FIRJAN é a sigla para Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.



FOTO 19 – Centro da cidade de Sertãozinho.

Fonte: ESPAR, Marco Aurélio. Sertãozinho/SP em novas fotos!!!. 2010. Disponível em: <http://serkadis.com/index/188972>. Acesso em: 06 out. 2010.

No auge no colheita manual da cana, Sertãozinho chegou a acolher milhares de trabalhadores rurais. Com a gradativa substituição desta mão-de-obra pelas máquinas, muitos trabalhadores desta atividade não conseguem recolocação no mercado de trabalho formal. Para sobreviver, os cortadores de cana desenvolvem inúmeras estratégias sendo que uma delas, a mais expressiva na atualidade, é a de catar, separar e vender materiais recicláveis e reutilizáveis, atuando de forma autônoma ou em empreendimentos coletivos, como a CORSERTA.

Para encerrar este capítulo, citamos Kuhnen (2001, p. 27),

[...] o lixo é aquilo que sobra da vida, o lixo também poderá ser entendido como o que sobra da vida dos objetos. Como pensar a iminência do descartável em nossa atual sociedade, embutida de valores de substituir por algo mais novo, mais moderno, resultando em mais lixo continuamente?

No capítulo a seguir, trazemos uma análise das percepções dos cooperados da CORSERTA quanto ao seu ofício e também com relação à sua adaptação ao ambiente de trabalho autogestionado, aos princípios de solidariedade e ajuda mútua. Apresentamos o perfil dos sujeitos da pesquisa e analisamos as respostas de cada questão do questionário semi-estruturado aplicado, elaboramos gráficos e refletimos sobre os resultados visualizados. As perguntas abrangem questões que buscam identificar as percepções dos trabalhadores com relação à convivência no trabalho dentro da cooperativa, as percepções dos trabalhadores quanto à convivência fora do local de trabalho, as manifestações de apoio mútuo e os níveis de satisfação percebidos.

CAPÍTULO 5

PERCEPÇÕES RELACIONADAS AO OFÍCIO E À AUTOGESTÃO

Se estamos aqui reunidos estou contente. Penso com alegria que tudo quanto escrevi e vivi serviu para nos aproximar. É o primeiro dever do humanista e a fundamental tarefa de inteligência assegurar o conhecimento e o entendimento entre os homens. Bem vale haver vivido se o amor me acompanha.

Pablo Neruda

Embora tenham permanecido dúvidas, diante de tantas reflexões acabamos por encontrar algumas respostas e reconhecer algumas tendências para esta forma de organização do trabalho que é ao mesmo tempo secular e contemporânea, que invoca a retomada de um comportamento primitivo, o da coletividade, para solucionar um problema moderno, que é a escassez de recursos naturais.

Dada a relevância econômica, social e ambiental da atividade de recolhimento de materiais recicláveis e reutilizáveis para reaproveitamento, é importante fazermos esta reflexão quanto às tendências que a atividade vem assimilando porque permite colocar e pensar os motivos, as possibilidades e as limitações do trabalho através da percepção dos cooperados em relação à cooperativa, ao seu trabalho na cooperativa e ao seu comportamento fora do local de trabalho, supondo que suas atitudes no trabalho podem ser estendidas para suas relações fora deste ambiente.

Tivemos dúvidas sobre o que fazer com tantos fragmentos e tantas informações e, entre outras constatações, verificamos que as falas dos sujeitos permitiriam inúmeras outras interpretações, outras hipóteses e caminhos de pesquisa. Assim, cientes das relações entre a memória individual e a coletiva, bem como de outros aspectos contemplados pelos discursos e histórias de vida optamos por entender os relatos de forma a apresentá-los num quadro coerente com os objetivos e com contexto desta pesquisa.

Durante a análise das entrevistas realizadas com os cooperados, buscamos não nos limitar às respostas obtidas por meio dos questionamentos, mas também interpretar as palavras não ditas. Esta interpretação permitiu identificar aspectos de suas representações sociais, de seu cotidiano, perspectivas, esperanças e frustrações, dados relevantes para as finalidades e as questões desta pesquisa.

5.1 Sujeitos da Pesquisa

Todos os sujeitos entrevistados são oriundos da atividade na área rural. Eles trabalharam em lavouras de cana-de-açúcar, café, laranja e amendoim. São afirmações verbais e não houve a solicitação de nenhuma comprovação dos dados oferecidos. Na ocasião da entrevista, a cooperativa CORSERTA contava com dezessete membros do gênero feminino e dois membros do gênero masculino. A seguir, relacionamos algumas características do perfil de cada entrevistado que também podem ser conferidas na Tabela 7, apresentada na sequência.

MARIA – 47 anos, vice-presidente da cooperativa na ocasião da entrevista. Nasceu em Ariado – MG. É casada e mãe de um casal de filhos, sendo que a filha tem 20 anos de idade e o filho, 18 anos. Estudou até o 7º ano do Ensino Fundamental. Trabalhou em lavoura de café quando ainda morava no estado de Minas Gerais. A atuação na lavoura ocorria somente nos períodos de safra, na colheita do café. Nos períodos de entressafra trabalhava como empregada doméstica. Parou de trabalhar depois que os filhos nasceram para cuidar deles enquanto ainda eram pequenos. O marido é metalúrgico. Procurou a cooperativa há oito anos em busca de ocupação e renda quando o marido ficou desempregado, mas decidiu continuar na atividade mesmo depois que o companheiro retornou ao mercado de trabalho.

ANA – 44 anos, casada e mãe de sete filhos, sendo cinco filhas com idades de 24, 20, 18, 12 e 5 anos e dois filhos com idade de 21 e 14 anos. As filhas de 24 e 20 anos estão casadas e não residem mais com a entrevistada. Estudou apenas até o 2º ano do Ensino Fundamental. Trabalhou cerca de vinte 20 anos no corte da cana e só parava para cuidar dos filhos pequenos, depois retornava. O marido sofreu derrame por três vezes e não trabalha mais, percebendo um valor de auxílio doença. É uma das fundadoras da cooperativa. Em sua opinião, a principal vantagem da cooperativa em relação à roça é não precisar vir todos os dias, já que ela precisa se ausentar para cuidar das questões de saúde do marido com frequência.

TERESA – 39 anos, separada e mãe de quatro filhos, sendo duas filhas com 21 e 4 anos de idade e dois filhos com 16 e 12 anos de idade. Ocupava o cargo de secretária da cooperativa na ocasião da entrevista. Cursou até o 9º ano do Ensino Fundamental. Trabalhou na lavoura e depois como empregada doméstica. Manifesta um otimismo em relação ao progresso da cooperativa e um orgulho da atividade de recicladora.

JOÃO – 47 anos, presidente da cooperativa na ocasião da entrevista. Casado e pai de quatro filhos, sendo que a filha tem 22 anos de idade e os filhos 28, 18 e 16 anos de idade. A esposa também é cooperada, sendo uma das fundadoras da CORSERTA. Trabalhou em várias lavouras, sendo que atuou por dois anos no corte manual da cana, depois foi trabalhar como servente de pedreiro. Duvidava da proposta da cooperativa quando a esposa participava das reuniões para a fundação, mas quando ela começou a trabalhar e perceber rendimentos interessou-se pela atividade, abandonando a atuação como servente de pedreiro e solicitando a adesão. Nos oito anos de existência da cooperativa, afastou-se e regressou algumas vezes. Estudou até o 6º ano do Ensino Fundamental.

ROSA – 60 anos. Casada pela segunda vez. Ficou viúva do primeiro marido de quem ainda é pensionista. É mãe de um casal de filhos, frutos da primeira união, sendo que a filha tem 36 anos de idade e o filho, 32 anos. Tem uma neta de 15 anos por parte da filha. Trabalhou por quatro anos na cooperativa e depois se afastou por dois anos. Solicitou retorno e foi reintegrada há três anos. Antes de trabalhar na cooperativa como recicladora, trabalhou por duas décadas em lavouras de café, laranja, amendoim e cana e 16 anos como empregada doméstica. Depois que se casou pela primeira vez e enquanto os filhos eram pequenos permaneceu por onze anos fora do mercado de trabalho. Em sua carteira de trabalho constam apenas onze anos de atividade como empregada doméstica sendo que todos os demais anos de atividade na lavoura e em residências – aproximadamente 25 anos – ficaram sem registro. Estudou até o 5º ano do Ensino Fundamental.

TABELA 7 – Sujeitos da Pesquisa

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Quantidade de filhos	Tempo na cooperativa	Experiência Profissional Anterior	Área de Atuação do Companheiro	Representatividade na Cooperativa
TERESA	39	9º ano EF	Separada	04	Não informou	Empregada doméstica e rural	-	Secretária
ANA	44	2º ano EF	Casada	07	Fundadora	Empregada rural	Percebe auxílio doença	Membro
MARIA	47	7º ano EF	Casada	02	8 anos	Empregada doméstica e rural	Metalúrgico	Vice-Presidente
JOÃO	47	6º ano EF	Casado	04	8 anos	Empregado rural e da construção civil	Cooperada	Presidente
ROSA	60	5º ano EF	Casada	02	8 anos	Empregada doméstica e rural	Não informou	Membro

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Com relação à escolaridade, convém esclarecer que todos os indivíduos entrevistados informaram verbalmente seu grau de escolaridade utilizando a nomenclatura anterior à lei 11.274, de fevereiro de 2006, que muda a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, transformando o último ano da educação infantil no primeiro ano do ensino fundamental. Contudo, para apresentar dados atualizados, equiparamos a nomenclatura antiga à nomenclatura atual, de acordo com o estágio de cada um. Como exemplo, a entrevistada ANA informou que tinha estudado até a 1ª série, o que hoje equivale ao 2º ano do Ensino Fundamental.

Alguns indivíduos entrevistados se desligaram da cooperativa por alguns períodos e depois retornaram. Como eles não informaram com precisão o período de desligamento, consideramos a quantidade de tempo desde que ingressaram pela primeira vez na cooperativa, sem descontar esses períodos de afastamento.

A partir da análise do perfil dos entrevistados, fazemos algumas constatações, sendo que a primeira delas está relacionada ao gênero dos trabalhadores da cooperativa. A maioria dos indivíduos entrevistados é do gênero feminino. Este fato demonstra a proporcionalidade de gênero dentro da cooperativa que acolhe neste momento, mais trabalhadoras que trabalhadores. São 17 mulheres e dois homens. Indagada sobre esta proporção, uma das entrevistadas respondeu que os homens têm mais opções de trabalho e que acabam deixando a cooperativa

em busca de melhores salários. A média de rendimentos dos cooperados da CORSERTA no primeiro semestre do ano de 2010 foi inferior a um salário mínimo¹⁹.

A segunda constatação está relacionada à faixa etária dos cooperados. Com relação à idade, o entrevistado mais jovem tem 39 anos e o entrevistado mais velho, 60 anos. É uma faixa etária que os empregadores das lavouras de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto/SP costumam dispensar, já que eles possuem menos disposição física e saúde para desempenhar a atividade árdua do corte manual da cana. Convém aqui, revermos os dados da pesquisa de Francisco Alves (2006, p. 96) que constata que para manter seu emprego e garantir o sustento, já que o ganho geralmente se dá por tarefa realizada, o cortador de cana precisa cortar diariamente aproximadamente 12 (doze) toneladas de cana, caminhar 8.800 (oito mil e oitocentos) metros, despendar 366.300 (trezentos e sessenta e seis mil e trezentos) golpes de podão, carregar 12 (doze) toneladas de cana em montes de 15 (quinze) quilos em média cada e fazer 36.630 (trinta e seis mil, seiscentos e trinta) flexões de perna para golpear a cana e perder oito litros de água por dia.

Nossa terceira e última constatação faz referência à escolaridade. Os indivíduos entrevistados estudaram, no máximo, até o 9º ano do Ensino Fundamental. Todos se manifestaram alfabetizados, mas nenhum deles declarou instrução de nível médio ou qualificação profissional. A baixa escolaridade é uma característica predominante entre trabalhadores rurais e aqui caracteriza também os recicladores.

5.2 Percepções com Relação à Convivência no Trabalho dentro da Cooperativa

5.2.1 Forma de Adesão

Indagados sobre como se tornaram cooperados, dois (2) entrevistados alegaram terem sido convidados, dois (2) solicitaram a oportunidade de se cooperar

¹⁹ O valor do salário mínimo em vigor no primeiro semestre do ano de 2010 é de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

e um deles afirmou que é membro fundador da cooperativa. O Gráfico 4 representa esse resultado:

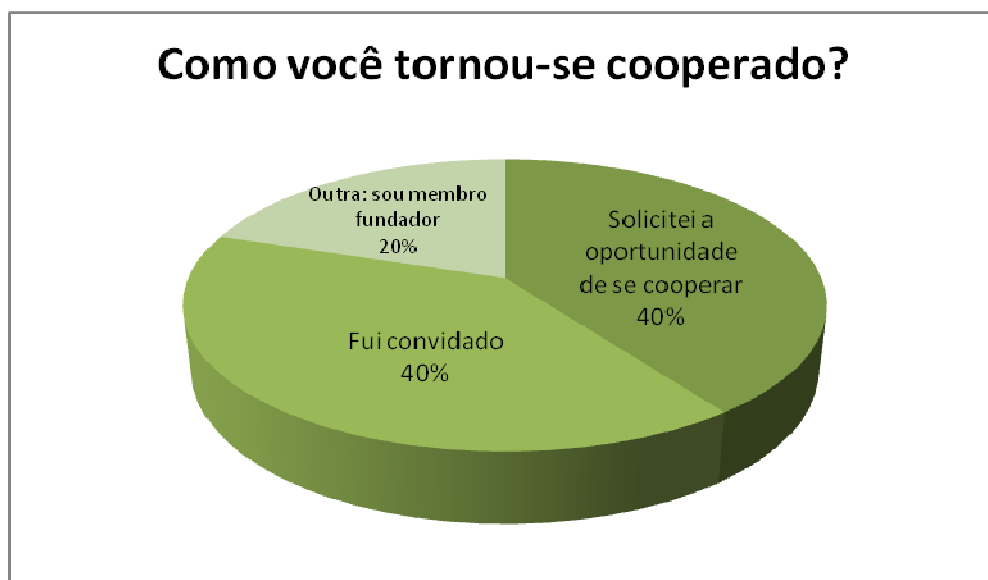


GRÁFICO 4 – Como você tornou-se cooperado?

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Aqui, constatamos por meio dos quatro entrevistados que aderiram à cooperativa depois do início de suas atividades, após sua formalização, que eles tinham conhecimento do empenho de outros colegas na organização e implantação da cooperativa, mas que devido ao fato de desconfiarem da concretização do empreendimento, resolveram esperar a formalização da CORSERTA, ouvir sobre as experiências dos colegas para, só depois, aderirem a ela.

Essa desconfiança do cooperativismo pode se fundamentar no fato de que esses indivíduos souberam da existência de falsas cooperativas utilizadas pelos empresários para pagarem salários menores ou para se preservarem de obrigações sociais.

Desde o surgimento do cooperativismo até os dias atuais, temos notícias e denúncias da existência de falsas cooperativas utilizadas por empresários para pagarem salários menores. Lima (2004, p. 49) identifica e classifica cinco tipos de cooperativas de trabalho e produção: as *endowed co-operatives* constituídas a partir de propostas advindas dos proprietários de empresas por motivações empresariais e que conserva os níveis hierárquicos anteriores, desprivilegiando o sistema

democrático de gestão; as cooperativas “defensivas” formadas pelos operários visando a manter os empregos em virtude do fechamento ou falência de seus empregadores; as cooperativas “alternativas” decorrentes de movimentos mobilização e contestação social dos anos de 1960 e 1970, com ideais democráticos voltados para as necessidades sociais; as cooperativas de “geração de renda” tendo em vista criar empregos e as cooperativas “pragmáticas” que visam terceirizar atividades de empresas para a redução de custos.

Marx (1977 apud LIMA, 2004, p. 47)

[...] destacou o avanço do cooperativismo no combate ao capitalismo, mas ressaltava o risco de os trabalhadores se auto-explorarem, dado o fato de serem patrões de si mesmos e dadas às imposições do mercado à produção.

Além da desconfiança quanto ao empreendimento cooperativo, há que se considerar que quem se cooperou no início da organização precisou trabalhar por meses sem remuneração alguma, sobreviver sem rendimentos, como aponta o depoimento de JOÃO:

Eles passaram três meses sem receber salário, nenhum ganho. Passaram três meses só fazendo divulgação nos bairros, entregando saquinho, conhecendo os bairros e decidindo qual bairro eles iam fazer depois. (João)

5.2.2 Benefícios da Cooperação

Quando questionados sobre o maior benefício de se fazer parte da cooperativa, quatro dos cinco sujeitos entrevistados tiveram dificuldade em apontar apenas uma alternativa como resposta, de eleger apenas o “maior” benefício. Assim, aceitamos duas respostas de cada um destes quatro sujeitos como válidas, o que gerou nove apontamentos, ao invés de cinco. Assim, obtivemos como maiores benefícios de se fazer parte da cooperativa “a renda” que a cooperativa proporciona com três apontamentos, o “aprendizado” com três apontamentos e a “convivência com os colegas” com três apontamentos. TERESA fala sobre sua percepção de benefício referente ao relacionamento com os colegas quando afirma que

A cooperativa é melhor por causa da convivência. Todo mundo é amigo. A gente ganha menos que cortando cana ou trabalhando em casa de família, mas é mais divertido. Aqui a gente conversa. (Teresa)

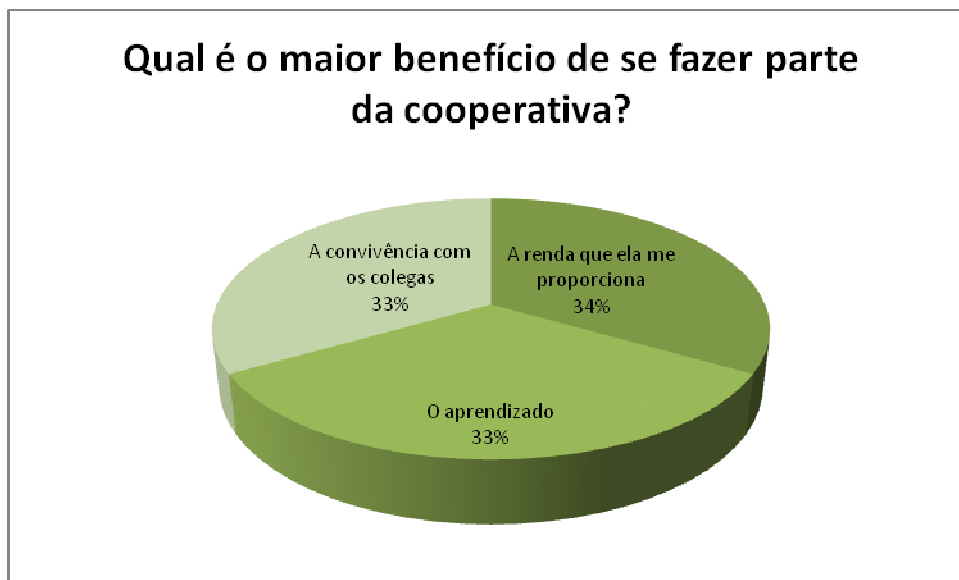


GRÁFICO 5 – Qual é o maior benefício de se fazer parte da cooperativa?

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Podemos observar por meio destes resultados que os cooperados podem visualizar os benefícios da cooperativa além da renda que ela proporciona.

Notamos que eles valorizam o ambiente de trabalho cooperativo que permite uma melhor convivência com os colegas, também membros da cooperativa e reconhecem o valor do aprendizado. Dejours (1999) lembra que o trabalho não é somente a execução de atividades produtivas, mas, também, é espaço de convivência; ele pressupõe não somente uma preocupação com a eficácia técnica, mas busca incorporar argumentos relativos ao viver em comum relativos ao mundo social do trabalho e de proteção e realização do ego; portanto, relativos à saúde e ao mundo subjetivo.

No decorrer da pesquisa, foi observado que há um revezamento das atividades na cooperativa CORSERTA entre os membros, sem que nenhum deles seja privilegiado. Os membros eleitos para os cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, por exemplo, após cumprirem as tarefas inerentes às suas

posições organizacionais, voltam para a área de produção para o revezamento das atividades com os demais cooperados.

Os entrevistados também afirmaram que teriam oportunidade de colocações no mercado de trabalho que proporciona renda maior, mas que reconhecem os demais benefícios da cooperativa em detrimento de outras oportunidades. O depoimento de JOÃO demonstra como visualizam os benefícios do trabalho na cooperativa:

O serviço é mais puxado e não ganha o suficiente. Mas trabalhar aqui é melhor por causa do jeito que as coisas são feitas. Aqui não tem ninguém melhor, nem pior (João).

5.2.3 Acesso a Serviços

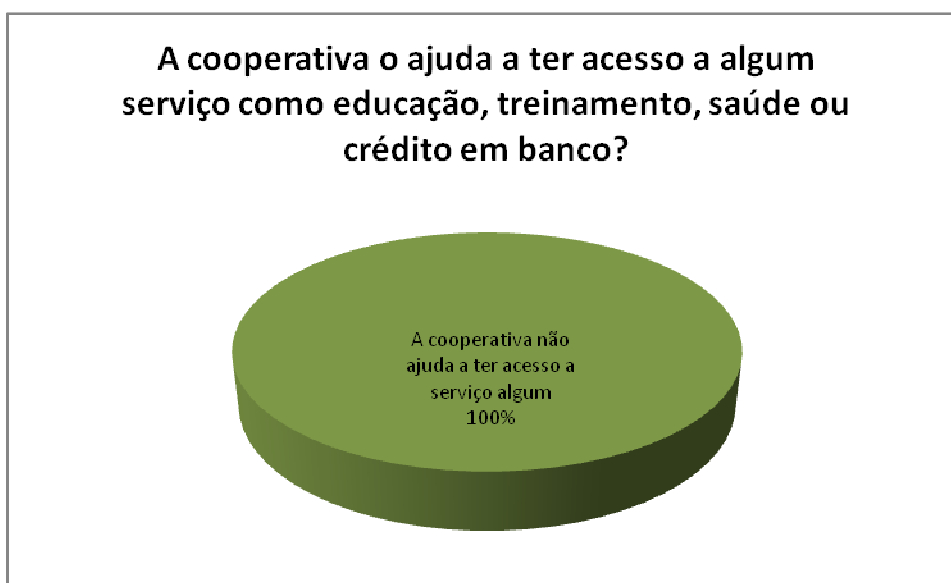


GRÁFICO 6 – A cooperativa o ajuda a ter acesso a serviços?

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Quando indagados sobre o fato de a cooperativa ajudar a ter acesso a algum serviço, como educação, treinamento, saúde ou crédito em banco, tivemos a unânime afirmação de que a cooperativa não oferece serviços de educação, treinamento, saúde e nem vantagens em bancos o que demonstra que o princípio cooperativo de educação e a formação dos sócios precisa ser observado. Neste

sentido, Meireles (1981) afirma que algumas cooperativas ainda não possuem estrutura para atender a todos os cooperados no momento em que necessitam ou que desejam, o que justifica a condição da CORSERTA neste momento. O Gráfico 6 representa esse resultado.

Como já mencionamos anteriormente, o primeiro grande movimento cooperativista ocorreu em Rochdale, perto de Manchester, na Inglaterra em 1844, sendo que Genebra criou em 1895 a Aliança Cooperativa Internacional com os princípios de Rochdale de “adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital; a educação e a formação dos sócios; a intercooperação no sistema cooperativista” (LIMA, 2004, p. 47). Esses princípios cooperativistas foram revalidados pela assembléia da Aliança Cooperativista Internacional (ACI) em 1995 e os enumeramos na TABELA 8, a seguir:

TABELA 8 – Princípios Cooperativistas.

PRINCIPIOS COOPERATIVISTAS
1- Adesão voluntária e livre
2- Gestão democrática pelos membros
3- Participação econômica dos membros
4- Autonomia e independência
5- Educação, formação e informação
6- Intercooperação
7- Interesse pela comunidade

Fonte: Aliança Cooperativa Internacional.

5.2.4 Membros da Cooperativa: Perfil Social

Solicitamos aos entrevistados que pensassem nos membros da cooperativa e que apontassem características que fossem comuns a eles. Diante desta solicitação, 67% dos entrevistados afirmaram que os membros são diferentes se considerarmos fatores como local de moradia, parentesco, religião, gênero, faixa etária ou partido político. Isto demonstra que não ocorre favorecimento por parte dos cooperados do momento da aceitação, por meio de votação, de outro membro, considerando algum dos fatores mencionados. O Gráfico 7 representa esse resultado:



GRÁFICO 7 – Características dos membros da cooperativa: perfil social.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.2.5 Membros da Cooperativa: Experiência Profissional e Escolaridade

Novamente solicitamos aos entrevistados que pensassem nos membros da cooperativa e apontassem características comuns, mas agora relacionadas à experiência profissional e escolaridade. Aqui, 60% dos entrevistados percebem que a maioria dos membros tem a mesma experiência profissional. Se considerarmos o

perfil de cada um, concluímos que é verdadeiro o resultado, já que todos são oriundos do trabalho na lavoura. O Gráfico 8 representa esse resultado:

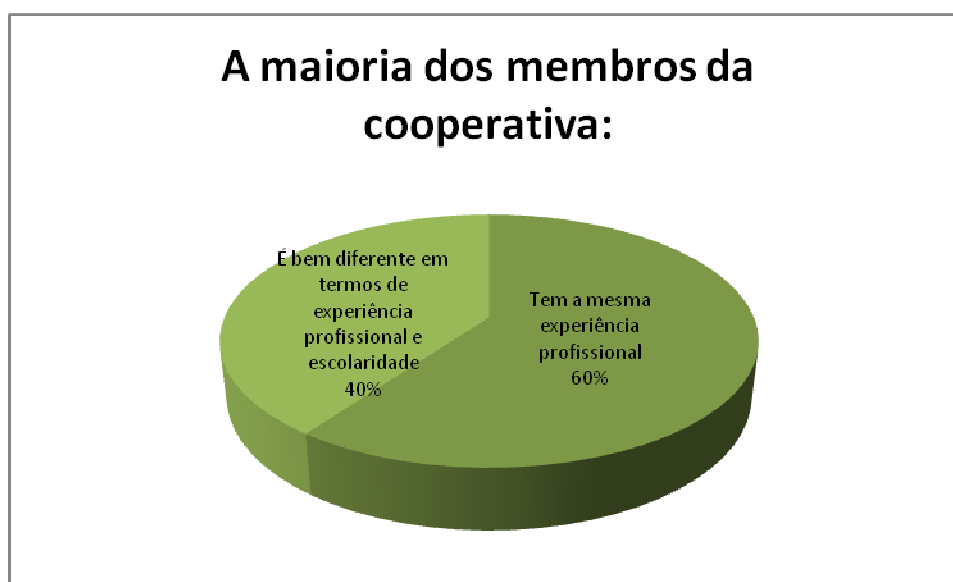


GRÁFICO 8 – Características dos membros da cooperativa: experiência profissional e escolaridade.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.2.6 Renda Individual dos Cooperados

Quando indagados sobre a renda individual dos cooperados, houve unanimidade em afirmar que todos possuem mais ou menos o mesmo nível de renda, respeitando-se o princípio cooperativo de igualdade entre os membros. O Gráfico 9 representa esse resultado:

Com relação à renda individual dos cooperados

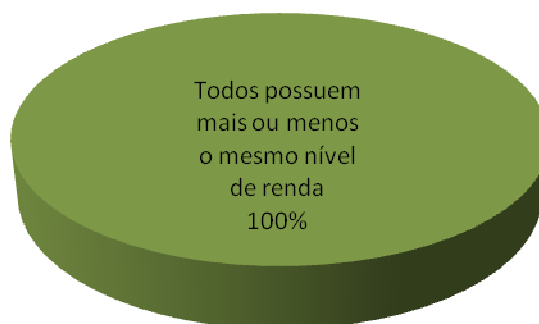


GRÁFICO 9 – Renda individual dos cooperados.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Mas aqui, cabe observar que antes de responder a este questionamento, os entrevistados ressaltavam o fato de que todos ganham igual, se trabalharem a mesma quantidade de dias no mês. Após investigarmos esta questão, constatamos que os trabalhadores da cooperativa costumam faltar ao trabalho, que sentem liberdade para tal e reconhecem nesta liberdade, uma grande vantagem da cooperativa. Como patrões de si, como nos tempos da morada e do trabalho no campo, eles não estão presos ao relógio ou ao temor de uma punição por se ausentar do trabalho. Woodcock (1998, p. 125) discorre sobre este fato:

[...] aos poucos, a idéia de regularidade espalhou-se, chegando aos operários. A religião e a moral do séc. XIX desempenharam seu papel, ajudando a proclamar que "perder tempo" era um pecado. A introdução dos relógios, fabricados em massa a partir de 1850, difundiu a preocupação com o tempo entre aqueles que antes se haviam limitado a reagir ao estímulo do despertador ou à sirene da fábrica. Na igreja e na escola, nos escritórios e nas fábricas, a pontualidade passou a ser considerada como a maior das virtudes.

E fala sobre os hábitos no campo:

Os nômades e os fazendeiros costumavam medir - e ainda hoje o fazem - seu dia do amanhecer até o crepúsculo e os anos em termos de tempo de plantar e de colher, das folhas que caem e do gelo derretendo nos lagos e rios. O homem do campo trabalhava em

harmonia com os elementos, como um artesão, durante tanto tempo quanto julgasse necessário.

5.2.7 Renda Familiar dos Cooperados

Com relação à renda familiar dos cooperados, todos os entrevistados afirmaram que os membros da cooperativa possuem níveis de renda diferentes e isto ocorre pelas seguintes razões:

- a) alguns cooperados tem a remuneração percebida na cooperativa como única renda da família;
- b) alguns cooperados somam a remuneração percebida na cooperativa com valores de aposentadorias ou pensões;
- c) alguns cooperados somam a remuneração percebida na cooperativa com o valor da remuneração percebida pelo cônjuge/companheiro que também é cooperado;
- d) alguns cooperados somam a remuneração percebida na cooperativa com valores de remuneração percebida por cônjuges/companheiros e filhos em outras atividades;
- e) alguns cooperados somam a remuneração percebida na cooperativa com o valor da renda do cônjuge/companheiro que é aposentado ou pensionista.

O Gráfico 10 representa esse resultado:



GRÁFICO 10 – Renda familiar dos cooperados.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.2.8 Variação da Quantidade de Cooperados

Referindo-se a variação da quantidade de cooperados, os entrevistados percebem, de forma unânime, que a quantidade de membros diminuiu. O Gráfico 11 representa esse resultado:

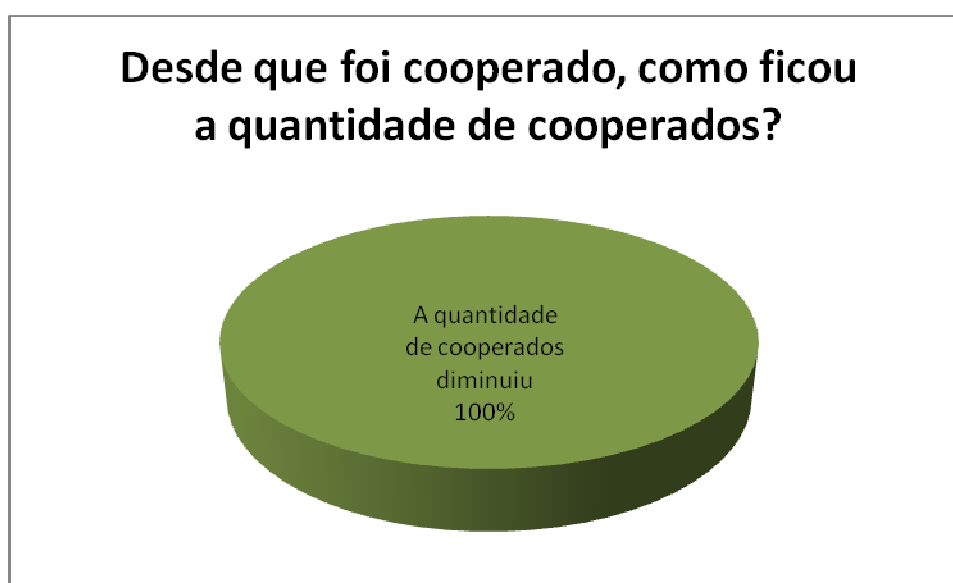


GRÁFICO 11 – Variação da quantidade de cooperados.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Esta afirmação pode tratar-se de uma percepção exagerada da situação, já que documentos apontam que a cooperativa iniciou suas atividades com 20 trabalhadores cooperados, chegou a ter 40 trabalhadores cooperados e agora possui 19 cooperados, ou seja, apenas um cooperado a menos da quantidade inicial.

O que se percebe entre os sujeitos questionados, é que há um desejo e uma expectativa de aumento desta quantidade de membros, inclusive porque, de acordo ainda com os entrevistados, a prefeitura do município de Sertãozinho se comprometeu a destinar um segundo caminhão para a coleta de materiais, o que implicará num recolhimento maior e demandará mais trabalhadores em todas as atividades da cooperativa.

Outra situação observada é a de que os cooperados não manifestam preocupação com a entrada de outro membro na cooperativa que irá representar uma fatia menor para cada cooperado na hora da divisão igualitário dos resultados, ao contrário, em seus discursos identificamos a utilização do termo “oportunidade” para outros trabalhadores.

Meireles (1981) afirma que na administração de uma cooperativa deve-se considerar o envolvimento com metas específicas, relacionadas com a filosofia, valores e a legislação cooperativista. As cooperativas almejam atender aos objetivos sociais e econômicos dos seus membros, incluindo interesses comuns e, às vezes, dessemelhantes e não almejam lucro enquanto organização.

Com referência a aceitação de novos cooperados, ocorre conforme o Estatuto Social da CORSERTA que estabelece o seguinte:

Poderão filiar-se a cooperativa todos os trabalhadores que exerçam atividades compatíveis nas áreas de coleta seletiva de lixo, separação de materiais recicláveis, reaproveitamento e reciclagem de matérias primas. O número de cooperados será ilimitado quanto ao máximo, respeitada a viabilidade operacional [...]. O cooperado adquire todos os direitos e assume as obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto Social e de deliberações tomadas pela cooperativa (Estatuto Social da CORSERTA, 25 set. 2002).

E ROSA explica como acontece a decisão:

A pessoa pede pra trabalhar na cooperativa e, pra entrar, tem que ter reunião, ser aceito pelos membros. Todos votam e os votos são sim e não, sem explicações (Rosa).

5.2.9 Poder de Decisão dos Membros da Cooperativa

Questionados sobre como são tomadas as decisões na cooperativa, os entrevistados responderam com dois apontamentos que “o líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide”.

Também responderam com dois apontamentos que “os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto e um apontamento para a opção “o líder

decide e informa os outros membros do grupo”. O Gráfico 12 representa esse resultado:

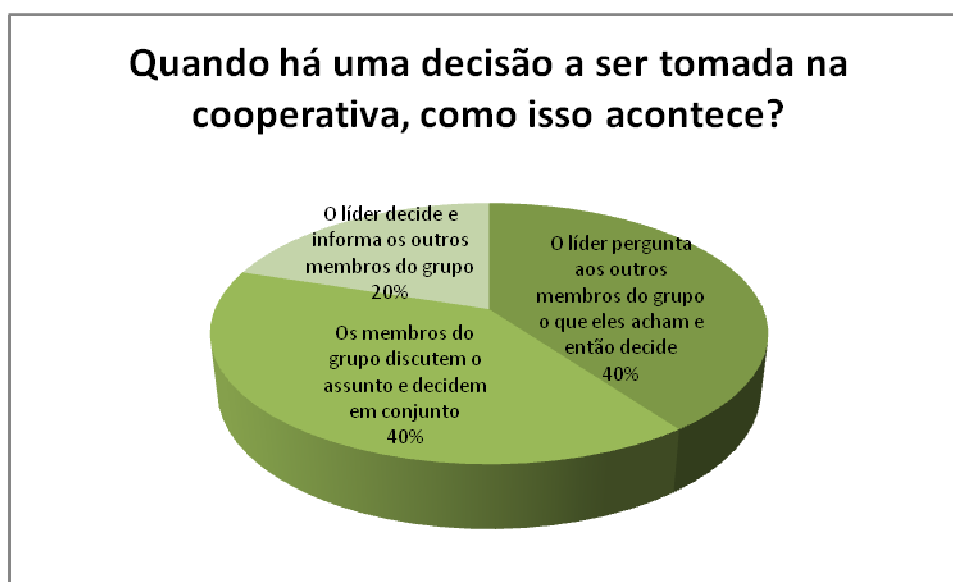


GRÁFICO 12 – Poder de decisão dos membros da cooperativa.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

De acordo com o Estatuto Social da CORSERTA todo cooperado tem o direito de participar de todas as atividades que constituem ao objetivo da cooperativa, votar e ser votado para os cargos sociais e solicitar esclarecimento sobre as atividades da cooperativa podendo consultar o balanço patrimonial e os livros contábeis.

Os princípios cooperativos envolvem a gestão democrática. Acreditamos que a percepção de um entrevistado de que o líder decide e informa os outros membros do grupo, ou seja, que toma a decisão sem a consulta ou consentimento dos demais membros se deva ao fato de que algumas decisões cotidianas do trabalho na cooperativa sejam tomadas pela diretoria, sem serem levadas para serem discutidas em reunião.

Meireles (1981) ressalta o fato de que estando as cooperativas inseridas num meio econômico empresarial onde o sucesso da empresa e dos seus dirigentes está intimamente ligado ao aumento patrimonial e ao lucro, algumas vezes leva os dirigentes das cooperativas, a procederem de forma semelhante ao procedimento em empresas privadas, relegando os aspectos sociais das suas organizações.

Contudo, os demais entrevistados, 80% deles, manifestam a percepção de que a autogestão, por meio da prática de decisão coletiva, é praticada na CORSERTA.

5.2.10 Controle Sobre as Atividades Diárias na Cooperativa

E com relação às suas atividades na cooperativa, qual o controle que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias? A este questionamento a maioria dos cooperados entrevistados, 60%, afirma ter controle sobre todas as decisões que afetam as suas atividades diárias. 40% dos entrevistados afirmam, no entanto, que não percebe controle algum sobre essas decisões.

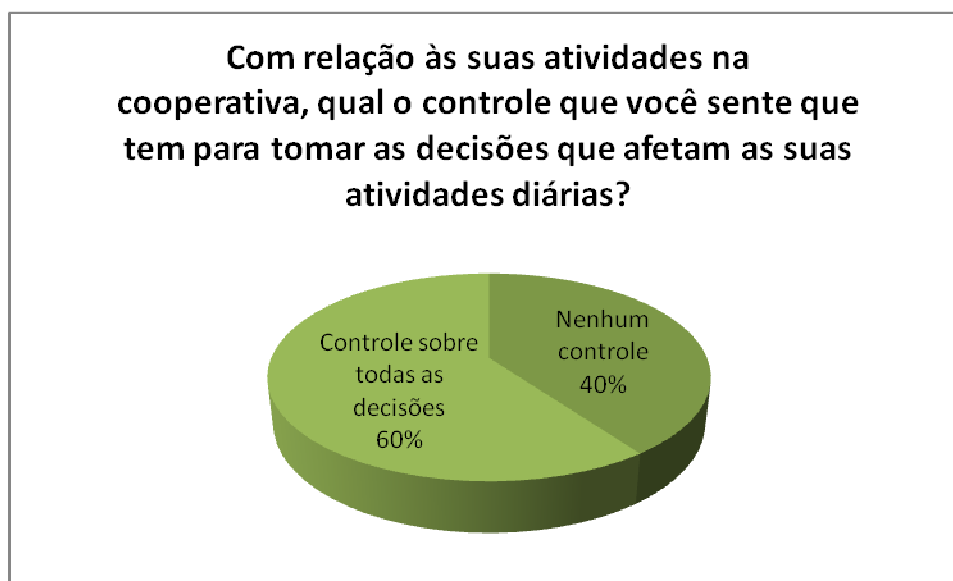


GRÁFICO 13 – Controle sobre as atividades diárias na cooperativa.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Aqui, verificamos que as decisões da maioria nem sempre coincidem com as expectativas individuais dos cooperados. Um exemplo disso se constata no fato de que uma das resoluções dos cooperados estabelece o revezamento de atividades, ou seja, o trabalhador não tem liberdade para escolher o que vai fazer nos dias em

que vai trabalhar na cooperativa, ele deve obedecer ao revezamento previsto. O Gráfico 13 representa esse resultado:

5.2.11 Escolha dos Líderes na Cooperativa

Como são escolhidos os líderes na cooperativa?

Para essa questão, foi unânime a afirmação de que os líderes são escolhidos por decisão expressada pelo voto da maioria. O Gráfico 14 representa esse resultado:



GRÁFICO 14 – Escolha dos líderes na cooperativa.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.2.12 Intercooperação

Essa cooperativa trabalha ou interage com outras cooperativas?



GRÁFICO 15 – Intercooperação.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Também por unanimidade, todos os entrevistados responderam que a cooperativa não interage com outras cooperativas.

Contudo, um dos princípios do cooperativismo, o sexto deles, é a intercooperação. A Aliança Cooperativa Internacional ACI (2003) estabelece que

[...] as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Esta aliança estratégica pode ocorrer simplesmente através de trocas de informações, trocas de experiências ou através da compra e vendas de produtos e serviços. O Gráfico 15 demonstra o resultado obtido.

Portanto aqui, verificamos a necessidade de a CORSERTA identificar oportunidades de intercooperação e direcionar esforços para que essas alianças possam ocorrer.

5.3 Percepções Quanto à Convivência Fora do Local de Trabalho

Etimologicamente, segundo Nascentes (1955), a palavra *solidariedade* tem origem no latim *solidu*, que significa sólido.

O termo *solidariedade* foi primeiramente utilizado pelas ciências jurídicas com o sentido de dever, do compromisso dos devedores para com os credores.

Depois foi utilizado com sentido de caridade, do dever do rico em relação ao pobre e mais tarde, adotado na Filosofia Cristã, substituindo o termo Caridade.

Mais recentemente, Weiszflog (1998, p. 195) no dicionário Michaelis de Língua Portuguesa aponta seis definições distintas para a palavra *solidariedade*, sendo que para este estudo tomamos apenas uma delas, a que define *solidariedade* como “condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora.”

A definição do Michaelis nos remete aos princípios do cooperativismo e também aos princípios do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis quando faz referência à busca do apoio mútuo entre os trabalhadores da categoria, praticando a *solidariedade* de classe com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países.

Analisando a expressão do comportamento dos entrevistados em seu local de trabalho acabamos por visualizar que eles assimilaram com facilidade os princípios de “comunhão de atitudes e sentimentos”, de “apoio mútuo” e de “*solidariedade*”. Contudo, analisando suas afirmações sobre suas percepções das relações sociais fora do local de trabalho, percebemos que as práticas não se estenderam para este ambiente. Os dados obtidos na pesquisa e expostos a seguir, demonstram isso.

5.3.1 Amizades

Quantos amigos próximos você diria que tem hoje?

Indagados a esse respeito, apesar de 60% dos entrevistados apontarem possuir de dois a cinco amigos, demanda nossa atenção o fato de que 40% dos

entrevistados afirmam que não tem amigo com quem possa contar para chamar quando precisa de ajuda ou mesmo conversar sobre questões particulares. O Gráfico 16 representa esse resultado:

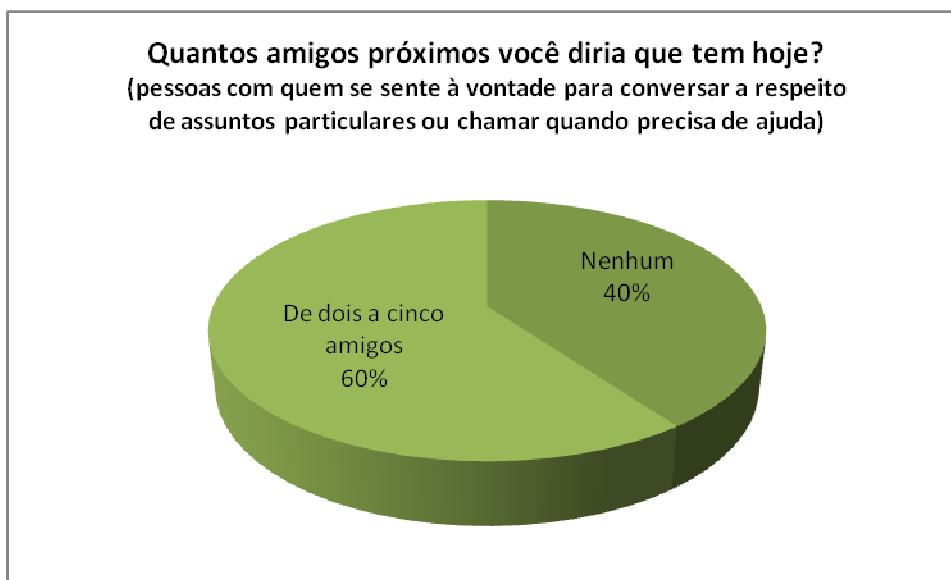


GRÁFICO 16 – Amizades.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.3.2 Ajuda por Meio de Empréstimo

Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (empréstimo), quantas pessoas de fora do seu domicílio estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

Aqui, a maioria (40%) respondeu que se precisasse de uma pequena quantia em dinheiro não poderia contar com nenhuma pessoa de fora do seu domicílio para lhe fazer o empréstimo. O Gráfico 17 representa esse resultado:

Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (empréstimo), quantas pessoas de fora do seu domicílio estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

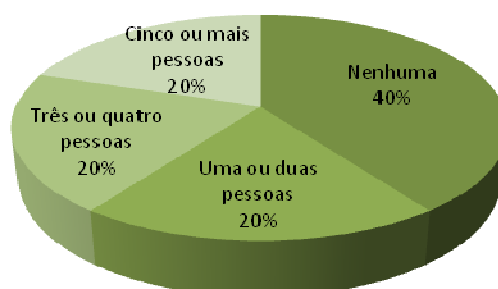


GRÁFICO 17 – Obter empréstimo com amigos.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.3.3 Apoio de Vizinhos

Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças, dos seus animais de estimação ou da sua casa?

Para este questionamento, dois sujeitos afirmam que podem, definitivamente, contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças, dos seus animais de estimação ou da sua casa de precisarem viajar. Outros dois entrevistados afirmaram que provavelmente podem contar com os vizinhos e um deles afirmou que não pode, definitivamente, contar com o apoio da vizinhança nesses casos. O Gráfico 18 representa esse resultado:

Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças, dos seus animais de estimação ou da sua casa?

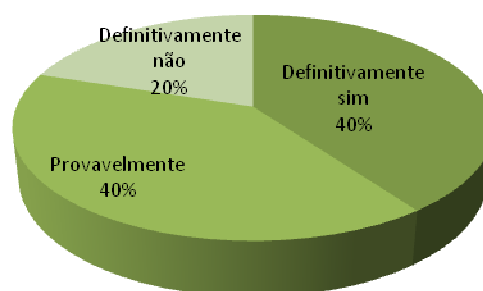


GRÁFICO 18 – Apoio de vizinhos.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.3.4 Ajuda em Situação de Emergência

Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos membros do seu domicílio que contribuem para o sustento da casa, quantas pessoas de fora do seu domicílio estariam dispostas a lhe ajudar?

Para esta emergência, dois entrevistados responderam que cinco ou mais pessoas fora do seu domicílio estariam dispostas a lhe ajudar e os demais entrevistados apontaram uma vez às opções “três ou quatro pessoas”, “uma ou duas pessoas” e “ninguém”. O Gráfico 19 representa esse resultado:

Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos membros do seu domicílio que contribuem para o sustento da casa, quantas pessoas de fora do seu domicílio estariam dispostas a lhe ajudar?

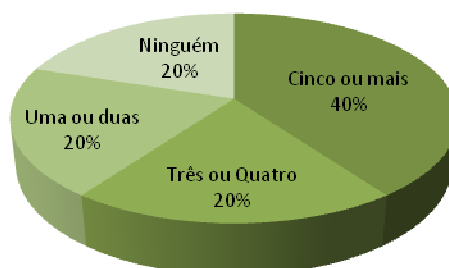


GRÁFICO 19 – Ajuda em situação de emergência.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.3.5 Confiança nas Pessoas

Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que nunca é demais ter cuidado nas suas relações com outras pessoas?

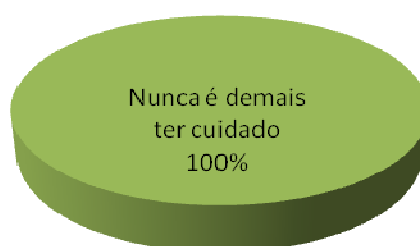


GRÁFICO 20 – Confiança nas pessoas.

Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que nunca é demais ter cuidado nas suas relações com outras pessoas?

Aqui, de forma unânime, todos afirmaram que nunca é demais ter cuidado em detrimento da opção que afirmava a confiança na maioria das pessoas. O Gráfico 20 representa esse resultado:

5.4 Manifestações de Apoio Mútuo

5.4.1 Percepção de Apoio Mútuo

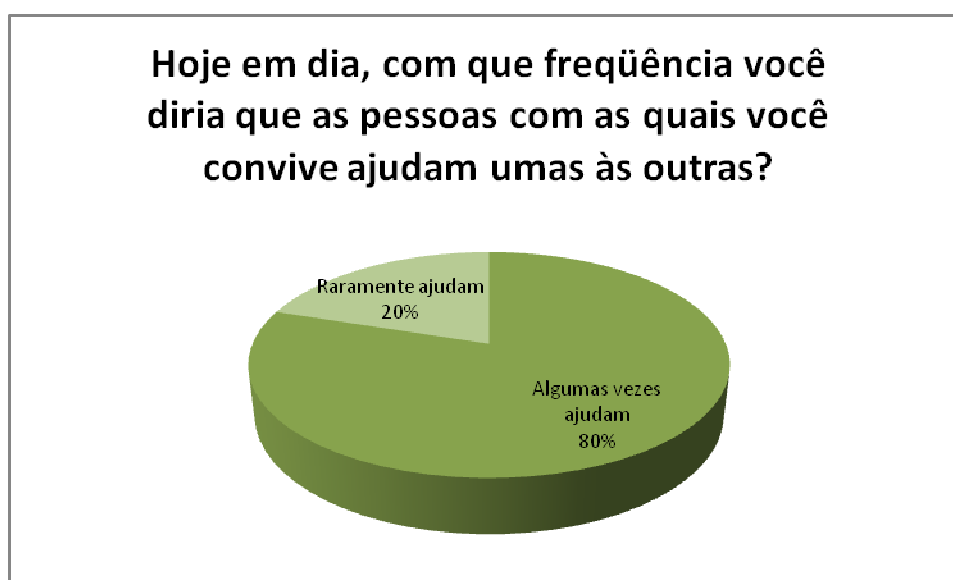


GRÁFICO 21 – Percepção de apoio mútuo.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Hoje em dia, com que frequência você diria que as pessoas com as quais você convive ajudam umas às outras?

As opções para esta questão eram “sempre ajudam”, “quase sempre ajudam”, “algumas vezes ajudam”, “raramente ajudam” e “nunca ajudam”. 80% dos entrevistados escolheram a opção “algumas vezes ajudam” e um deles escolheu “raramente ajudam”. O Gráfico 21 representa esse resultado.

5.4.2 Apoio Mútuo entre Parentes e Familiares

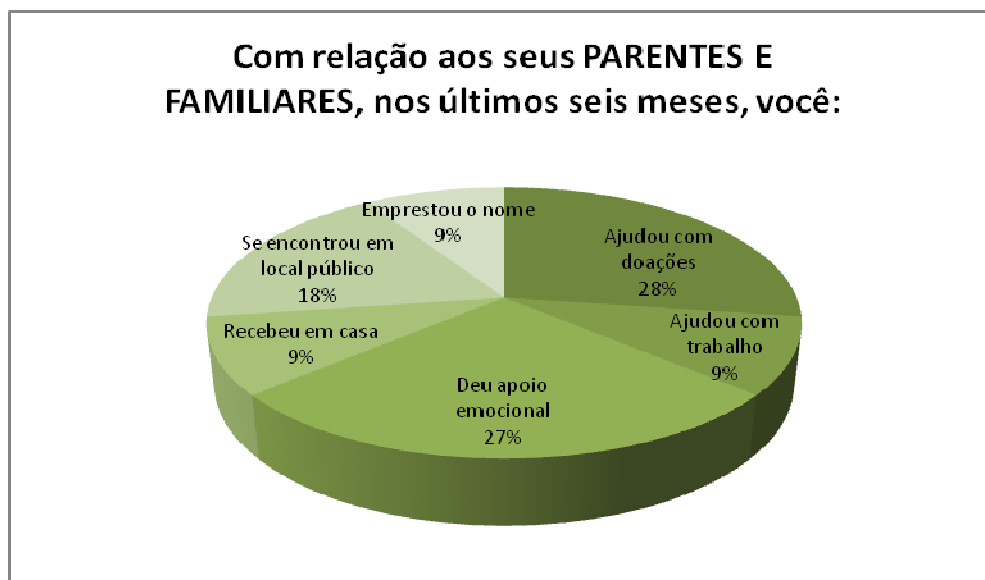


GRÁFICO 22 – Apoio mútuo entre parentes e familiares.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Com relação aos seus PARENTES E FAMILIARES, nos últimos seis meses, você:

Apesar da relação limitada com a vizinhança e outros contatos sociais, com os parentes e familiares eles apontam uma interação e um apoio maior. Indagados sobre ter ajudado parentes e familiares nos últimos seis meses e aceitando mais que um apontamento que indicasse uma ação de apoio, obtivemos o seguinte resultado:

- a) três entrevistados ajudaram parentes e familiares com doações, como com dinheiro, medicamento ou comida;
- b) três entrevistados deram apoio emocional como com visitas freqüentes ou orações;
- c) dois entrevistados se encontraram com parentes e familiares em local público para refeições, um café ou uma cerveja;
- d) um entrevistado ajudou com trabalho, como tomando conta do filho, olhando a casa ou em mutirão;
- e) um entrevistado recebeu em sua casa parentes e familiares para refeições, um café ou uma cerveja.

e) um entrevistado emprestou o nome para que parente ou familiar com nome incluso em órgãos de proteção ao crédito fizesse alguma aquisição.

O Gráfico 22 representa esse resultado.

5.4.3 Apoio Mútuo entre Vizinhos, Amigos, Colegas de Trabalho e Conhecidos



GRÁFICO 23 – Apoio mútuo entre vizinhos, amigos, colegas de trabalho e conhecidos.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

Indagados com relação às mesmas opções da questão anterior, mas agora com relação aos vizinhos, amigos, colegas de trabalho e conhecidos obtivemos a informação de que nos últimos seis meses:

- a) dois entrevistados ajudaram com trabalho, como tomando conta do filho, olhando a casa ou em mutirão;
- b) dois entrevistados deram apoio emocional como com visitas freqüentes ou orações.

O Gráfico 23 representa esse resultado.

5.4.4 Expectativas de Retribuição ao Apoio

Questionados sobre suas expectativas ao ajudar alguém, a maioria (60%) afirma que espera ser retribuído da mesma forma, 20% espera ser reconhecido e 20% não espera nada em retribuição. O Gráfico 24 representa esse resultado:

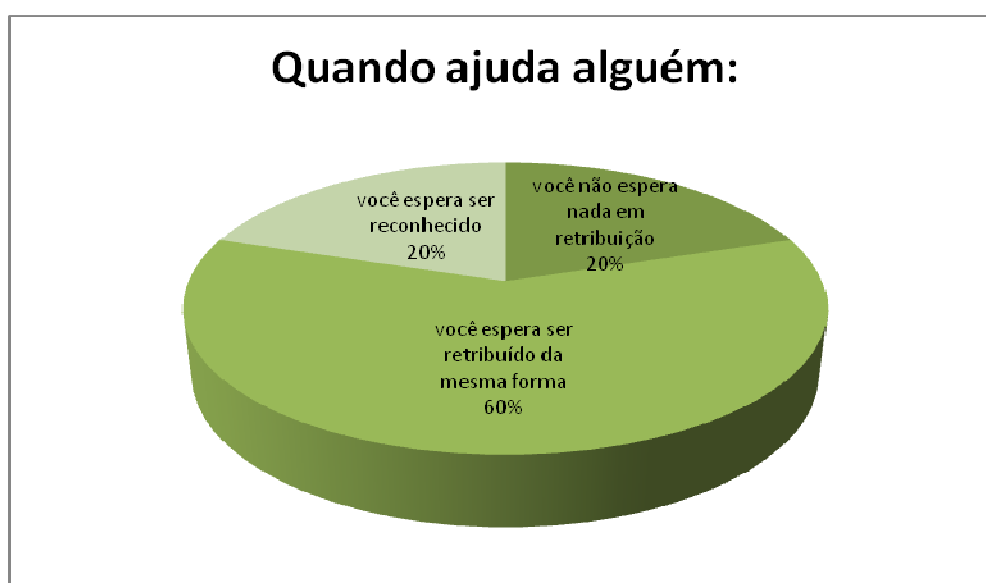


GRÁFICO 24 – Expectativas de retribuição ao apoio.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

5.5 Satisfação

5.5.1 Percepção de Felicidade

Estimulados a completar a afirmação “em geral, você se considera uma pessoa...”, todos eles se manifestam felizes.

Temos aqui um resultado bastante positivo onde a maioria dos entrevistados (60%) afirmou serem muito felizes e 40% deles afirmou ser moderadamente felizes, apesar da expressão de comportamento individualista que transmitem nas questões anteriores. O Gráfico 25 representa esse resultado:



GRÁFICO 25 – Percepção de felicidade.
Fonte: Questionários e entrevistas da pesquisa.

De acordo com Bendassolli (2007) em 1996, o jornal *Folha de São Paulo* realizou uma pesquisa para descobrir quanto o brasileiro julgava-se feliz e obteve como resultado que 65% dos brasileiros consideravam-se felizes com suas próprias vidas. Dez anos depois, o jornal repetiu a pesquisa e obteve como resposta que o índice de felicidade do brasileiro havia subido para 76%. Especificamente com relação à satisfação com o trabalho, o Instituto DataFolha realizou uma pesquisa em 2002 e encontrou 61% de brasileiros felizes ou muito felizes em seu trabalho. Bendassolli (2007, p. 57) diz que:

Entre algumas das principais razões para esse índice, destacava-se a percepção de auto-realização por meio do trabalho. Salários e remunerações também figuravam como importantes, mas não menos do que bom ambiente de trabalho, colaboração e relacionamento saudável com a chefia.

Sobre os resultados das pesquisas, houve quem justificasse que felicidade é um tema subjetivo, cuja avaliação é feita pelo próprio indivíduo e, portanto, algo de difícil mensuração. Mas a preocupação com o tema felicidade atravessa séculos. Na Grécia antiga, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, já afirmavam que felicidade era uma questão de levar uma vida boa, virtuosa, devotada à intelectualidade e aos bens mais elevados da existência, como a filosofia. Sócrates, inclusive, defendia que a felicidade era algo ao alcance do ser humano, “o desejo

mais sublime e superior a que o homem poderia aspirar, algo muito além da mera satisfação dos sentidos corporais” (BENDASSOLLI, 2007, p. 58). Outra visão influente sobre a felicidade diz que ela é algo que acontecia ao homem e não alguma coisa que ele pudesse controlar ou então, que a felicidade está centrada no prazer ou na ausência de dor física e ainda que a felicidade estivesse ligada à redução radical do número de nossas aspirações ou desejos. Essas visões antigas nos levavam a crer que a felicidade requer um trabalho duro e austero, além do fato de constituir algo relacionado a uma vida inteira e não apenas momentos ou episódios.

Os gregos nos deixaram como herança a expressão cultural de não aceitação das coisas como elas são, da busca por transformar tudo, que justifica a idéia de autodeterminação, de permanente insatisfação. Assim, no âmbito da moderna ideologia do sucesso, felicidade é o inverso do que era nas sociedades antigas, ela agora representa um excesso ou a obstinada luta para afastar qualquer sensação de falta ou vazio, sendo que essa ânsia acaba por sustentar nosso modo de produzir e acumular, medida pelo quanto podemos ostentar na vitrine do consumo.

Sobre a felicidade no trabalho, Bendassolli (2007) diz que o mais importante é a atividade em si e não o modo como ela se institucionaliza. O sistema capitalista, por exemplo, faz com que o trabalho humano adquira outra determinação social. Ao tornar-se assalariado, o homem converte sua capacidade humana de trabalho em mercadoria, sendo que essa mercadoria ao ser utilizada pelo capital produz valor e riqueza. Mas, esta forma de trabalho já não faz mais parte da natureza do trabalhador e é por isso que Marx diz que,

O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é *trabalho forçado*. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como praga (MARX, 1970, p. 93).

Desta forma, o trabalho enquanto mercadoria pode representar um sofrimento mental e psíquico e enquanto atividade livre, percebida como algo natural, pode trazer satisfação, motivação e até a sensação de felicidade que abrange outros aspectos da vida do homem.

Assim, se a forma como a cooperativa se organiza proporciona essa percepção de liberdade, podemos encontrar aí, uma das justificativas da felicidade manifestada pelos trabalhadores da CORSERTA.

Para encerrar este capítulo, citamos A Cidadela de Saint-Exupéry (1948) sobre a felicidade: “Para que haja uma árvore florida, é preciso haver antes uma árvore; e, para haver um homem feliz, é preciso haver em primeiro lugar um homem.” A seguir, apresentamos nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao redor de dois pontos candentes gira toda a vida do gênero humano: o indivíduo e a coletividade. Compreender a relação ente ambos, unir harmoniosamente essas duas grandes potências que determinam o curso da história, pertence aos maiores e mais árduos problemas com que a ciência e a vida se defrontam. Na ação, como no pensamento, prepondera ora um, ora outro dentre esses fatores.

Georg, Jellinek, *Ausgewälthe Schriften und Reden*, erster band, Berlin, 1911, os 53-54. In: BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**.

No início deste trabalho, nos propusemos a verificar como ocorrem as relações numa cooperativa de trabalho, considerando-se os desafios da assimilação do trabalho urbano para ex-trabalhadores rurais e do comportamento solidário, participativo e igualitário necessário.

Embora tenham permanecido dúvidas, diante de tantas reflexões acabamos por encontrar algumas respostas e, às vezes, simplesmente visualizar os caminhos trilhados num momento de transformação ou, talvez, de recuperação de velhos hábitos, cuja validade só poderá ser confirmada caso sejam utilizadas e expostas às sucessivas transformações que atingem a tudo e a todos nós.

Dada a relevância econômica e social que a atividade de catar, separar e vender materiais recicláveis vem assumindo no cenário ribeirão-pretano, bem como a relevância que a organização cooperativa vem assumindo no cenário nacional e mundial, é importante fazer, neste momento, uma reflexão em torno dos desafios de assimilação dessa tendência que trabalhadores de inúmeras categorias de atividades estão se deparando, inclusive, trabalhadores rurais que perderam seus postos de trabalho nas lavouras. Primeiro, porque esta análise permite colocar e pensar as possibilidades e as limitações desse modelo alternativo de emprego e renda para os camponeses expulsos do campo e do trabalho no campo. Segundo, porque há que se pensar em estratégias de sobrevivência do negócio para esses trabalhadores que optaram por esse modelo de organização coletiva dentro de uma sociedade individualista em que valem, primeiramente, as regras do sistema capitalista de produção.

Assim, verificamos durante a leitura deste trabalho algumas especificidades quanto à maneira com que os ex-cortadores de cana que no momento da pesquisa estão ligados à atividade de catação de materiais recicláveis e organizados em

cooperativa se relacionam com essa outra atividade e forma de organização do trabalho.

Primeiramente, observamos que a organização cooperativista apresenta, de fato, uma opção de trabalho e renda para estes trabalhadores. Lima (2004, p. 52) através de pesquisa sobre experiências cooperativistas brasileiras recentes, concluiu que:

O impacto dessas cooperativas em municípios sertanejos com uma população média de 20 mil habitantes foi muito grande. Houve a criação de cem a trezentos empregos diretos e foram observados reflexos positivos nas economias locais.

Mas o trabalho de catar, selecionar e vender material reciclável não representa apenas uma forma provisória de sobrevivência e renda, enquanto outro trabalho melhor não aparecer. Percebemos que o trabalhador catador desenvolveu uma identidade com a atividade e nela têm a intenção de permanecer, de se desenvolver, de ser reconhecido e valorizado socialmente. Neste sentido, de acordo com Dejours (1999, p. 21) a construção da identidade é mediada, pois necessita do olhar e do julgamento do outro. O sujeito não constrói sua identidade a partir de si, então ele procura ter reconhecido seu fazer e não o seu ser, pois “somente depois de ter reconhecida a qualidade do meu trabalho é que posso, em um momento posterior, repatriar esse reconhecimento para o registro da identidade”

Dejours (1999, p.45-46) ainda explica que o reconhecimento é a condição indispensável no processo de mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho, e se dá por duas vias de julgamento: o julgamento de utilidade e o julgamento de “beleza”. O primeiro diria respeito à utilidade técnica, social ou econômica dada à atividade desempenhada pelos trabalhadores. Este julgamento seria proferido por aqueles que, em relação ao sujeito, encontram-se numa posição hierárquica diferente, como os chefes, os gerentes, os supervisores e, até mesmo, os subordinados. O julgamento da “beleza” é aquele efetuado pelos pares, ou seja, aqueles que estão situados na mesma faixa hierárquica e compartilham o mesmo ofício.

Observamos também que com relação ao cooperativismo, eles apresentam uma facilidade de adaptação ao trabalho coletivo e aos princípios de autogestão. Além de atuarem com facilidade dentro do modelo, em seus depoimentos, eles

reconhecem as diferenças da prática autogestionária em oposição às práticas capitalistas e apreciam a primeira forma de trabalho. A impressão que tivemos é que, para eles, o trabalho coletivo é mais natural do que a forma individualista, o que tem fundamento.

Nas sociedades primitivas, as relações de produção apoiavam-se na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção. Não havia exploração, nem divisão de classes e nem propriedade privada. De acordo com Diakov, Kovalev (1987, p. 5) “enquanto toda a história da humanidade dividida em classes mal ultrapassa cinco milênios, o regime comunitário primitivo existiu durante centenas de milhares de anos”. O trabalho coletivo, inclusive, conferiu ao pensamento primitivo a sua principal característica: o homem e a comunidade eram indissociáveis.

Em contrapartida, o individualismo, da forma como compreendemos em nossos dias, abrange um conceito bastante recente que surge no início do século XIX, na França pós-revolucionária, representando a extinção dos laços sociais, o rompimento de obrigações e compromissos coletivos pelo indivíduo.

É um termo que compreende várias idéias, sendo que a definição mais comum está relacionada à centralidade no “indivíduo”, mais especificamente a uma propriedade característica das sociedades industriais modernas onde o indivíduo é considerado unidade de referência fundamental, para si mesmo e para a sociedade.

Outra questão que deve ser observada é a necessidade de busca de auto-sustentação econômica da cooperativa. É comum as cooperativas populares contarem com a ajuda de ONGs, Órgãos Públicos e até instituições privadas no início de suas atividades, mas esse apoio deve ser entendido como um processo temporário que durará até que a cooperativa se organize e se torne auto-sustentável, organizada de modo autogestionário. A cooperativa deve buscar organizar-se desta forma.

Sobreviver sem visar o lucro e inserida num sistema que tem como princípio a lucratividade representa um desafio maior para esses trabalhadores e não fosse o subsídio oferecido pela prefeitura do município de Sertãozinho, a CORSERTA talvez não sobrevivesse. Mas para que os trabalhadores, de fato, tornem-se livres no desempenho desta atividade e neste sistema de produção autogestionário, devem desenvolver meios de alcançar sua independência gestonária. Bialoskorski Neto, Zylbersztajn (1994) diz que as estruturas cooperativas modernas precisam manter o seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo,

desenvolver uma organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado. MARIA em seu depoimento demonstra que os cooperados já perceberam esta situação, que se preocupam com o fato e se mobilizam para solucioná-lo:

Inclusive, ela (a documentação) já está vencida. Nós estamos lutando pra fazer novamente a documentação pra que a gente possa ter aquele ganho que é do estado, do governo, porque a gente tem que andar com as próprias pernas, não ficar dependendo da prefeitura (Maria).

Outro ponto a ser analisado é que, de acordo com os dados obtidos, o comportamento coletivo e solidário exercido com tranquilidade no local de trabalho não é reproduzido nos ambientes fora do trabalho. Verificamos algumas ações entre familiares, mas suas relações com a vizinhança e com a comunidade onde vivem são bastante limitadas.

Alguns indivíduos alegam não ter sequer um amigo com quem possa conversar sobre questões pessoais. Não confiam nas pessoas e expressam uma expectativa tímida na vizinhança, inclusive em situações de emergência, sendo que a reciprocidade também ocorre.

Da mesma forma que não esperam receber ajuda, pouco fazem para ajudar. Cabe aqui observar que os princípios de solidariedade e auto-ajuda surgem no ambiente de trabalho e não na vida social do trabalhador contrariando a afirmação de Friedmann (1972) de que não é a condição técnica que suscita solidariedade, mas a condição social, a consciência coletiva. Em nossos estudos, percebemos que a condição técnica, que interpretamos aqui como os princípios cooperativos, é que permitiu que o comportamento no trabalho fosse alterado sem que esse comportamento fosse resultante de uma consciência coletiva. Neste sentido, ousamos sugerir que reside nos hábitos individualistas das sociedades capitalistas na qual estão inseridas estes trabalhadores o grande desafio para a adoção do comportamento coletivo e solidário que eles apresentam no trabalho.

Como já dissemos anteriormente, embora tenham permanecido dúvidas, diante de tantas reflexões acabamos por encontrar algumas respostas e, às vezes, simplesmente visualizar os caminhos trilhados num momento de mudança, observar algo que ainda não assumiu uma forma que se possa chamar de efetiva, que se possa atribuir o significado de resposta. Apesar dessa condição, sentimos que

houve um progresso em nossa trajetória e esperamos que as informações, reflexões e dúvidas aqui apresentadas possam servir de apoio para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ACI. Aliança Cooperativa Internacional. **Declaração sobre a identidade cooperativa**. 2003. Disponível em: <http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>. Acesso em:

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Health and work in rural areas: sugar cane plantation workers in Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, suppl. 2, p.S111-S121, 1997.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006.

BALSADI, Otavio Valentim. **Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no Brasil no período 1992-2004**. 28 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=8746>>. Acesso em: 28 mar. 2007.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Felicidade e trabalho. **GV Executivo**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 57-61, jul./ago. 2007.

BERCOSUL **Colheitadeira**. Disponível em: <<http://www.bercosul.com.br/produtos/media/colheitadeira/colheitadeira.html>> Acesso em: 04 out. 2010.

BETINI, Daniele G.; ICHIHARA, Jorge de A.; MENDES, Adriana de N. M. A logística reversa aplicada na indústria madeireira do Pará. In: XIII Simpósio de Engenharia de Produção – XIII SIMPEP, Bauru, 13, 2006. **Anais...** Bauru: Edusp, 2006. v.1.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; ZYLBERSZTAJN, Decio. Cooperativismo: economia de empresas e estratégias. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 29, n. 84, p. 7-22, 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília-DF: MTE: SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf> Acesso em: 01 set. 2010.

CAMPO Alegre. Fotos. **Transporte de cana**. Disponível em: <http://www.ferias.tur.br/fotos/57/campo-alegre-al.html> Acesso em: 02 out. 2010.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. GIRALDI, Glaucia Gonçalves. AVIGHI, Marília Moreno. Autonomia e poder em uma associação de catadores: contradições e desafios. In: VI Seminário do trabalho. Marília, 6, 2008. **Anais...** Marília: Edusp, 2008, v. 1.

COISSI, Juliana. Trabalho no corte de cana tem dias contados, diz estudo. **Folha Online**, São Paulo, 11 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1109200730.htm>>. Acesso em: 29 set. 2007.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DIAKOV, Vladimir; KOVALEV, Sergei Ivanovich. **A sociedade primitiva**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

ESQUEMA de Usina Hidrelétrica. **Energia das águas**. Disponível em: <<http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/energia.htm>> Acesso em: 02 out. 2010.

ESPAR, Marco Aurélio. **Sertãozinho/SP em novas fotos!!!**. 2010. Disponível em: <http://serkadis.com/index/188972>. Acesso em: 06 out. 2010.

FERREIRA, Simone. Os “Catadores do Lixo” na construção de uma nova cultura: a de separar o lixo e da consciência ambiental. **Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar**. Maringá-PR, v. 7, ago./nov. 2006.

FRIEDMANN, G. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GERALDO, Sebastião. Agroindústria canavieira e a mecanização: as relações de trabalho e a resistência dos trabalhadores rurais na região de Rib. Preto. **Revista da Universidade de Franca**, Franca, v. 7, n.8, p. 84-93, dez. 1999.

GONÇALVES, Heloisa Helena; ABEGAO, Luis Henrique. **Da ausência do trabalho à viração**: a importância da catação na manutenção da vida. 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT09/Heloisa%20e%20Luis.pdf> Acesso em: 14 de ago. 2010.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O trabalho no lixo**. 2006. 303f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências de Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2006.

GUANABARA, Raquel. A importância da coleta seletiva e da pedagogia dos 3 Rs na educação ambiental: o exemplo de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. In: VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 8, 2007. **Anais...** Caxambu, 2007. v.1

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; RÉ, Rui Marcelo. **Os determinantes da decisão microeconômica de mecanizar o corte da cana**: um estudo de caso. 2001. Disponível em: <<http://www.unimep.br/fgn/economia/ecosober.html>> Acesso em: 18 jul. 2006.

HARTUNG, Alcyr Peters. **O cooperativismo ao alcance de todos**. 2. ed. Florianópolis: OCESC, 1996.

IANNI, Octávio. A classe operária vai ao campo. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, v. 24, p. 1-64, 1976.

KANASHIRO, Marta; REYNOL, Fabio. Combustível para crescimento e problemas sociais. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, São Paulo, n. 86, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=251>>. Acesso em: 10 out. 2007.

KUHNEN, Ariene. **Representações sociais de meio ambiente**: estudo das transformações, apropriações e modo de vida na Lagoa da Conceição/Florianópolis/Santa Catarina. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, ANPOCS, 2004. v.19.

MACHADO, Eliel Ribeiro. **Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90**: lutas sociais na contramão do neoliberalismo. 2004. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARQUES, Fátima. **Um dia como mulher de capitão**. 2008. Disponível em: <<http://identidades-paginasdehistoria.blogspot.com/2008/04/um-dia-como-mulher-do-capito.html>> Acesso em: 03 out. 2010.

MARSIGLIA, R. M. G. **Orientações básicas para a pesquisa**. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHOA, Roberta et al. (Org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. Excertos de “Ideologia Alemã”. In: FROMM, Erich. **O conceito marxista do homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MASSEY FERGUSON. **Trator MF290 8x8 Shuttle**. <Disponível em: <http://www.massey.com.br/portugues/espProdutos.asp?idproduto=616&serie=5>>. Acesso em: 04 out. 2010.

MAZZEI, Bianca Burdini; CRUBELLATE, João Marcelo. Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de Maringá - PR. In: XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD), 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007. v.1.

MEDIDA importante para o meio ambiente. jun. 2007. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=9339>>. Acesso em: 28 set. 2007.

MEIRELES, P. A. **Ações administrativas e participação especial em cooperativa agropecuária**: um estudo de caso em Minas Gerais. 1981. 81 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1981.

MIGUELES, Carmen Pires. Significado do lixo e ação econômica – a semântica do lixo e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro. XXVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Administração – ENANPAD, 27, 2004. **Anais...** Curitiba: ENANPAD, 2004. V.1

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MIURA, Paula Orchiucci Cerantola. **Tornar-se catador**: uma análise psicossocial. 164p. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MUNICÍPIO de Barrinha. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Barrinha>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica. 1955.

NASCIMENTO, Aline Fátima do. Economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do serviço social. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, dez. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001.

RAMÃO, Fernanda Pamplona; SCHNEIDER, Iara Elisa; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Padrão tecnológico no corte de cana-de-açúcar: um estudo de caso no Estado do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 54, p. 21-32, 2007.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundunesp: Prismas, 1999.

_____. **Reforma agrária**: a esperança dos “sem-terra”. Franca: FHDSS/Unesp, 2003.

SINGER, Paul. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília: MTE, SENAES, 2003.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, Luís de. **De doce a combustível**: a milenar história da cana-de-açúcar. Maio 2007. Disponível em: <<http://odiario.info/articulo.php?p=296&more=1&c=1>>. Acesso em: 25 out. 2007.

TOLEDO, Marcelo. Tecnologia faz bóia-fria trabalhar mais. **Folha Online**, São Paulo, 18 set. 2005. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1809200515.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

VEIGA FILHO, Alceu de Arruda. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n.10, p. 44-59, out. 1994.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 147-162, jan./mar. 1999.

WEISZFLOG, Walter. **Michaelis**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

WOODCOCK, George. A ditadura do relógio. In: _____. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L & PM, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para Entrevista

QUESTIONÁRIO

PERCEPÇÕES COM RELAÇÃO À CONVIVÊNCIA NO TRABALHO DENTRO DA COOPERATIVA

Aponte apenas uma alternativa para cada questão a seguir:

Forma de adesão

1. Como você tornou-se cooperado?

- a) Você foi convidado
- b) Você solicitou a oportunidade de se cooperar
- c) Outra forma (especifique) _____

Benefícios da cooperação

2. Qual é o maior benefício de se fazer parte da cooperativa?

- a) A renda que ela me proporciona
- b) A oportunidade de se ocupar com algo
- c) A oportunidade de ajudar a comunidade com o seu trabalho
- d) O aprendizado
- e) A convivência com os colegas
- f) Outro. Especifique _____

Acesso a serviços

3. A cooperativa o ajuda a ter acesso a algum dos seguintes serviços?

- a) Educação ou treinamento
- b) Serviços de saúde
- c) Crédito ou poupança
- d) Outro. Especifique _____

Membros da cooperativa: perfil social

4. Pensando nos membros da cooperativa, a maioria deles é do(a) mesmo(a):

- a) Bairro (localidade)
- b) Família (grupo de parentesco)
- c) Religião
- d) Sexo (gênero)
- f) Idade (faixa etária)
- g) partido político

Membros da cooperativa: experiência profissional e escolaridade

5. Os membros da cooperativa têm, em sua maioria, a mesma...

- a) experiência profissional
- b) grau de escolaridade
- c) experiência profissional e grau de escolaridade
- d) são bem diferentes em ambas as situações

Renda individual dos cooperados.

6. Com relação à renda individual dos cooperados:

- a) Todos possuem mais ou menos o mesmo nível de renda
- b) Possuem níveis de renda diferentes

Renda familiar dos cooperados.

7. Com relação à renda familiar dos cooperados:

- a) Todos possuem mais ou menos o mesmo nível de renda
- b) Possuem níveis de renda diferentes

Variação da quantidade de cooperados

8. Desde que foi cooperado, a quantidade de cooperados diminuiu, permaneceu a mesma ou aumentou?

- a) Diminuiu
- b) Permaneceu a mesma
- c) Aumentou

Poder de decisão dos membros da cooperativa

9. Quando há uma decisão a ser tomada na cooperativa, geralmente, como isso acontece?

- a) A decisão é imposta de fora
- b) O líder decide e informa os outros membros do grupo
- c) O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide
- d) Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto
- e) Outros. Especifique_____.

Controle sobre as atividades diárias na cooperativa

10. E com relação às suas atividades na cooperativa, qual o controle que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias?

- a) Nenhum controle
- b) Controle sobre muito poucas decisões
- c) Controle sobre algumas decisões
- d) Controle sobre a maioria das decisões
- e) Controle sobre todas as decisões

Escolha dos líderes na cooperativa

11. Como são escolhidos os líderes na cooperativa?

- a) Por uma pessoa ou entidade de fora
- b) Cada líder escolhe o seu sucessor
- c) Por decisão de alguns membros
- d) Por decisão/voto de todos os membros
- e) Outros. Especifique_____.

Intercooperação

12. Essa cooperativa trabalha ou interage com outras cooperativas?

- a) Não
- b) Sim, ocasionalmente
- c) Sim, freqüentemente

PERCEPÇÕES QUANTO À CONVIVÊNCIA FORA DO LOCAL DE TRABALHO

Amizades

1. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje (pessoas com quem se sente à vontade para conversar a respeito de assuntos particulares ou chamar quando precisa de ajuda).

- a) nenhum;
- b) 1;
- c) de 2 a 5;
- d) 6 ou mais.

Ajuda por meio de empréstimo

2. Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (empréstimo), quantas pessoas de fora do seu domicílio estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

- a) Ninguém;
- b) Uma ou duas pessoas;
- c) Três ou quatro pessoas;
- d) Cinco ou mais pessoas.

Apoio de vizinhos

3. Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças, dos seus animais de estimação ou da sua casa?

- a) Definitivamente sim;
- b) Provavelmente;
- c) Provavelmente não;
- d) Definitivamente não.

Ajuda em situação de emergência

4. Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos membros do seu domicílio que contribuem para o sustento da casa, quantas pessoas de fora do seu domicílio estariam dispostas a lhe ajudar?

- a) Ninguém;
- b) Uma ou duas pessoas;
- c) Três ou quatro pessoas;
- d) Cinco ou mais pessoas.

Confiança nas pessoas

5. Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que nunca é demais ter cuidado nas suas relações com outras pessoas?

- a) Pode-se confiar na maioria das pessoas
- b) Nunca é demais ter cuidado

MANIFESTAÇÕES DE APOIO MÚTUO

Percepção de Apoio Mútuo

1. Hoje em dia, com que frequência você diria que as pessoas com as quais você convive ajudam umas às outras?

- a) Sempre ajudam
- b) Quase sempre ajudam
- c) Algumas vezes ajudam
- d) Raramente ajudam
- e) Nunca ajudam

Nas questões a seguir, assinale com um X as opções que refletem a sua realidade (aqui pode ser mais que uma ou nenhuma opção):

Apoio mútuo entre parentes e familiares

2. Com relação aos seus PARENTES E FAMILIARES, nos últimos seis meses, você:

- () ajudou com doações (como com dinheiro, “vaquinha”, medicamento ou comida);
- () ajudou com trabalho (como tomando conta do filho, olhando a casa ou em mutirão);
- () deu apoio emocional (como com visitas freqüentes ou orações);
- () recebeu em sua casa (para refeições, um café, uma cerveja).
- () se encontrou em local público para refeições, um café, uma cerveja.

Apoio mútuo entre vizinhos, amigos, colegas de trabalho e conhecidos

3. Com relação aos seus VIZINHOS, AMIGOS, COLEGAS DE TRABALHO, CONHECIDOS, nos últimos seis meses, você:

- () ajudou com doações (como com dinheiro, medicamento ou comida);
- () ajudou com trabalho (como tomando conta do filho, olhando a casa ou em mutirão);
- () deu apoio emocional (como com visitas freqüentes ou orações);
- () recebeu em sua casa (para refeições, um café, uma cerveja).
- () se encontrou em local público para refeições, um café, uma cerveja.

Expectativas de retribuição ao apoio

4. Quando ajuda alguém:

- a) você não espera nada em retribuição
- a) você espera ser retribuído de alguma forma
- a) você espera ser retribuído da mesma forma
- a) você espera ser reconhecido

SATISFAÇÃO

Percepção de felicidade

1. Em geral, você se considera uma pessoa...

- a) Muito feliz
- b) Moderadamente feliz
- c) Nem feliz, nem infeliz
- d) Moderadamente infeliz
- e) Muito infeliz

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu,

_____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: A SOLIDARIEDADE EM COOPERATIVAS DE TRABALHO: UM NOVO DESAFIO PARA OS TRABALHADORES RURAIS. O projeto de pesquisa será conduzido por FABIANA ALEXANDRE FERREIRA NICOLINI do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, orientada pelo Prof. Dr. UBALDO SILVEIRA, pertencente ao quadro docente da FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS DE FRANCA. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Tese - Doutorado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e descrição. A pesquisa propõe verificar como ocorrem as relações numa cooperativa de trabalho, considerando-se os desafios da assimilação do trabalho urbano para ex-trabalhadores rurais e do comportamento solidário, participativo e igualitário necessário nesse tipo de organização. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

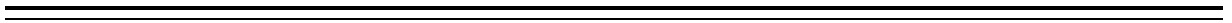
Franca, de de .

 Assinatura do participante

 Pesquisador Responsável
 Fabiana Alexandre Ferreira Nicolini

 Orientador
 Prof. Dr. Ubaldo Silveira

ANEXOS



ANEXO A – Publicação do MNCR. Edição Regional do Estado de São Paulo

De catador para CATADOR

Educação Estado de São Paulo

Revista do Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Recicláveis (MNCRR)

Revista do Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Recicláveis (MNCRR)

Incineração não é solução. Reciclar é preciso!

Lobby de multinacionais quer convencer municípios a investir em método de tratamento de resíduos poluidor

ONMNCRR está com uma nova

tendência que põe acabar com o

trabalho das organizações e entrar

em uma nova fase (o catador(a) de

resíduos sólidos não é mais um

trabalhador(a) e sim um cidadão(a)

e por ambientalismo, a incineração

de material sem sentido coletivo

como alternativa de tratamento. A

isso com uma nova revolução. A

justiça é que a que não se dá

para quem não tem um lobby

político e econômico.

de empresas

multinacionais

entregadoras da Alemanha à França,

muitos municípios têm estudado o

processo de incineração como forma

de acabar com a guerra sanitária.

Na realidade, a incineração é uma

forma de destruir o lixo e não de

reciclar. A incineração é uma

forma de destruir o lixo e não de

reciclar. A incineração é uma

forma de destruir o lixo e não de

reciclar. A incineração é uma

forma de destruir o lixo e não de

reciclar. A incineração é uma

forma de destruir o lixo e não de

reciclar. A incineração é uma

forma de destruir o lixo e não de

reciclar. A incineração é uma

forma de destruir o lixo e não de

reciclar. A incineração é uma

forma de destruir o lixo e não de

reciclar. A incineração é uma

catadores de resíduos sólidos em São Paulo. A imagem mostra um grupo de pessoas, provavelmente catadores, trabalhando com o lixo. Eles estão usando roupas simples e alguns estão usando chapéus. O ambiente parece ser um local de coleta seletiva ou uma área de triagem de resíduos.

catadores de resíduos sólidos em São Paulo. A imagem mostra um grupo de pessoas, provavelmente catadores, trabalhando com o lixo. Eles estão usando roupas simples e alguns estão usando chapéus. O ambiente parece ser um local de coleta seletiva ou uma área de triagem de resíduos.

catadores de resíduos sólidos em São Paulo. A imagem mostra um grupo de pessoas, provavelmente catadores, trabalhando com o lixo. Eles estão usando roupas simples e alguns estão usando chapéus. O ambiente parece ser um local de coleta seletiva ou uma área de triagem de resíduos.

catadores de resíduos sólidos em São Paulo. A imagem mostra um grupo de pessoas, provavelmente catadores, trabalhando com o lixo. Eles estão usando roupas simples e alguns estão usando chapéus. O ambiente parece ser um local de coleta seletiva ou uma área de triagem de resíduos.

catadores de resíduos sólidos em São Paulo. A imagem mostra um grupo de pessoas, provavelmente catadores, trabalhando com o lixo. Eles estão usando roupas simples e alguns estão usando chapéus. O ambiente parece ser um local de coleta seletiva ou uma área de triagem de resíduos.

catadores de resíduos sólidos em São Paulo. A imagem mostra um grupo de pessoas, provavelmente catadores, trabalhando com o lixo. Eles estão usando roupas simples e alguns estão usando chapéus. O ambiente parece ser um local de coleta seletiva ou uma área de triagem de resíduos.

catadores de resíduos sólidos em São Paulo. A imagem mostra um grupo de pessoas, provavelmente catadores, trabalhando com o lixo. Eles estão usando roupas simples e alguns estão usando chapéus. O ambiente parece ser um local de coleta seletiva ou uma área de triagem de resíduos.

catadores de resíduos sólidos em São Paulo. A imagem mostra um grupo de pessoas, provavelmente catadores, trabalhando com o lixo. Eles estão usando roupas simples e alguns estão usando chapéus. O ambiente parece ser um local de coleta seletiva ou uma área de triagem de resíduos.

Informes:

Edição

A FUNASA, Fundação Nacional de Saúde, lançou edital de apoio a cooperativas e associações de catadores para a implantação, ampliação ou melhoria de unidades de triagem de resíduos sólidos. Podem concorrer ao edital OCPS e Prefeituras e o prazo para entrega dos projetos é 20 de Outubro. Mais informações poderão ser obtidas no site da Funasa (www.funasa.gov.br) pelo telefone (61) 331.6602 ou no endereço eletrônico apoio-cooperativadoresresiduos@funasa.gov.br.

Cooperativa Nacional

Mais uma conquista vem reboçar a organização dos catadores. Foi entregue o Assema de Banco do Brasil para o Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Sólidos (MNCRR). O Assema, interveniente pelo Banco do Brasil, irá reunir todos os catadores do movimento em todo o Brasil pelo Internet.

Cartão de crédito

Em razão de vendas de cartões eletrônicos para catadores, uma parceria com Tagat Brasileira que visa melhorar a prestação de serviços dos catadores. Agora é preciso a parceria com a Prefeitura para financiar os cartões.

Mais informações: www.bleet.com.br

Expediente

Encontro da Coordenação

A Coordenação Estadual do MNCRR, no Estado de São Paulo, esteve reunida no Espaço de Formação Social Nuno em São Carlos/SP para o Encontro com os municípios do Estado. O encontro teve como objetivo discutir a atuação do MNCRR no Estado e a atuação dos municípios.

Um representante da Prefeitura de São Paulo esteve presente no encontro. O encontro teve como objetivo discutir a atuação do MNCRR no Estado e a atuação dos municípios.

Um representante da Prefeitura de São Paulo esteve presente no encontro. O encontro teve como objetivo discutir a atuação do MNCRR no Estado e a atuação dos municípios.

Um representante da Prefeitura de São Paulo esteve presente no encontro. O encontro teve como objetivo discutir a atuação do MNCRR no Estado e a atuação dos municípios.

Um representante da Prefeitura de São Paulo esteve presente no encontro. O encontro teve como objetivo discutir a atuação do MNCRR no Estado e a atuação dos municípios.

Um representante da Prefeitura de São Paulo esteve presente no encontro. O encontro teve como objetivo discutir a atuação do MNCRR no Estado e a atuação dos municípios.

Um representante da Prefeitura de São Paulo esteve presente no encontro. O encontro teve como objetivo discutir a atuação do MNCRR no Estado e a atuação dos municípios.

Um representante da Prefeitura

Fonte: O ESTADO de São Paulo. De catador para catador. São Paulo, ano 1, n. 1, Nov. 2009.

A luta dos catadores e catadoras em Ourinhos

Foram mais de 400 mil os membros da Associação Brasileira de Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio (Abat), entidade que promoveu, em 2013, o primeiro encontro nacional de trabalhadores e trabalhadoras do comércio de rua. O encontro aconteceu no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, e reuniu representantes de mais de 100 entidades de trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil. O encontro foi organizado por uma comissão de trabalho formada por 20 pessoas, sendo 10 mulheres e 10 homens, e contou com a participação de mais de 100 representantes de entidades de trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil. O encontro foi organizado por uma comissão de trabalho formada por 20 pessoas, sendo 10 mulheres e 10 homens, e contou com a participação de mais de 100 representantes de entidades de trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil.

Para chegar à situação atual foram necessários conflitos. Em janeiro de 1990, após a queda da ditadura militar, o assessor de administração do Ministério do Trabalho, Antônio Carlos de Almeida, foi substituído por um representante da UFMG. O novo representante da UFMG, porém, não conseguiu estabelecer uma boa relação com o Sindicato e a Associação sobre a questão da contratação temporária de trabalhadores (já então, durante o governo Collor, a contratação temporária já se fazia da cidade). Em outubro de 1990, o representante da UFMG foi substituído por outro representante da UFMG, o qual conseguiu estabelecer uma boa relação com o Sindicato e a Associação.

Outro grande tema para Associação passou foi com o fechamento do Itaipu para Curitiba. Há mais de dez anos a entidade se mobiliza por conta da situação irregular do Itaipu, em uma tempestade providencial. Como a situação da Prefeitura se viu obrigada a fechar o Itaipu, deixando os(as) catadores(as) sem alternativa.

Repressão
Profissionais pela Censura, pelo Serviço de Inquirições começaram a colar o selo (a) em suas carteiras, e a serem considerados cidadãos (a) pela administração do Estado. Usavam o impresso das utilidades para denunciar o trabalho das Associações. Porém por frente da Força Armada denunciaram a imprensa e a população. Chegaram a ser torturados e mortos. O trabalho de denúncia do cidadão passou a ser uma atividade política, uma resistência, uma luta contra o Estado.

[illegible]

O Movimento no Oeste Paulista

A luta dos(as) camponeses(as) de Oeste Paulista sempre amparada pelo apoio do Comitê Regional de Camponeses do Oeste Paulista, instância do MNCR que participou das mobilizações mais

[illegible]

Em Araraquara, os catadores recebem pelos serviços

Após a realização de uma reunião com os representantes das organizações, a comissão decidiu que a primeira etapa do trabalho seria a elaboração de um plano para inclusão de negro(a)s no Conselho Municipal de Educação. Os resultados desse trabalho foram apresentados em uma reunião pública realizada em 1996, na qual os membros da comissão apresentaram o plano e receberam sugestões e críticas. O plano foi então encaminhado para o Conselho Municipal de Educação, que aprovou o plano e decidiu que a comissão deveria elaborar um projeto de lei para a criação de uma comissão de acompanhamento e avaliação do plano. O projeto de lei foi encaminhado para o Poder Executivo, que aprovou o projeto e decidiu que a comissão deveria elaborar um projeto de lei para a criação de uma comissão de acompanhamento e avaliação do plano. O projeto de lei foi encaminhado para o Poder Legislativo, que aprovou o projeto e decidiu que a comissão deveria elaborar um projeto de lei para a criação de uma comissão de acompanhamento e avaliação do plano.

Ataque
A cooperativa de Anauraque foi uma das primeiras a ser cooptada com base na lei 11.441, Política Nacional de Saneamento, que dispensa as cooperativas de catadores de lixo. Hoje, ela recebe 82 mil reais de poder público para manter a coleta e a triagem do lixo. Os cooperados não recebem nada além do salário mínimo.

Comitê do Vale do Paraíba

Os cidadãos da região do Vale do Paraíba estão se mobilizando para lutar pelo desenvolvimento sustentável da região. O Comitê do Vale do Paraíba é uma organização não governamental que atua na organização da cidadania, na promoção da participação popular e na defesa dos direitos sociais, ambientais e econômicos. O Comitê do Vale do Paraíba é formado por representantes de diversas organizações da sociedade civil, incluindo associações de moradores, sindicatos, universidades, empresas e órgãos governamentais. O Comitê do Vale do Paraíba atua em diversas frentes, incluindo a defesa do meio ambiente, a promoção da educação ambiental, a defesa dos direitos sociais e econômicos, e a promoção da participação popular. O Comitê do Vale do Paraíba é uma organização importante para a região do Vale do Paraíba, atuando na defesa dos interesses da população e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Comitê do Vale do Paraíba

O Comitê do Vale do Paraíba é uma organização não governamental que atua na organização da cidadania, na promoção da participação popular e na defesa dos direitos sociais, ambientais e econômicos. O Comitê do Vale do Paraíba é formado por representantes de diversas organizações da sociedade civil, incluindo associações de moradores, sindicatos, universidades, empresas e órgãos governamentais. O Comitê do Vale do Paraíba atua em diversas frentes, incluindo a defesa do meio ambiente, a promoção da educação ambiental, a defesa dos direitos sociais e econômicos, e a promoção da participação popular. O Comitê do Vale do Paraíba é uma organização importante para a região do Vale do Paraíba, atuando na defesa dos interesses da população e na promoção do desenvolvimento sustentável.

N.º de Cidades	N.º de Escolas	N.º de Estudantes
12	18	1.080
Sexo masculino	10	520
Sexo feminino	8	560

Letras no alfabeto	Q.º de Conhecimentos	Q.º de Pontuação
90%	70%	44%

Índice Médio Nacional dos Categricos

Objetivos do Projeto

O primeiro passo para iniciar a organização foi a identificação das escolas e dos professores que poderiam colaborar. Já as organizações locais, como o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Desenvolvimento do Município e o Conselho de Saúde, foram contatados para obter o apoio necessário.

Segundo Ribeiro, está em andamento a coleta de dados e a aplicação no mês que vem em todas as escolas.

[illegible]

Paralelo do Paraíba

C1 Cooperativas		C2 Cooperativas	
Nº de Ciudades	Nº de Cooperativas	Unidades de negocio	Costes Operativos
12	11	9%	73%
Total de Cooperativas	204	Costes Salarios de Profesores	
		43%	
Rentas Medio Mensual de los Canales			

Comitê do Vale do Paraíba segue avançando

[illegible]

N.º de Cidades	N.º de Escolas	N.º de Estudantes
12	18	1.080
Sexo masculino	9	540
Sexo feminino	9	540

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2006.

Os dados foram coletados em 12 escolas, duas em cada bairro, durante o primeiro bimestre de 2006. O primeiro passo para a análise da situação foi a identificação das condições de funcionamento das escolas, a fim de estabelecer a amostra adequada. Os critérios utilizados foram: a) a existência de uma sala de leitura; b) a existência de uma biblioteca; c) a existência de um espaço físico adequado para a realização de atividades de leitura; d) a existência de um espaço físico adequado para a realização de atividades de leitura; e) a existência de um espaço físico adequado para a realização de atividades de leitura.

Segundo Ribeiro, está em implantação no Mde a Política de Leitura, que prevê a implementação de uma rede de leitura em todas as escolas da rede municipal de ensino. A política prevê a criação de uma rede de leitura em todas as escolas da rede municipal de ensino. A política prevê a criação de uma rede de leitura em todas as escolas da rede municipal de ensino.

[illegible]

ANEXO B - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da FHDSS da UNESP

Memorando CEP/Franca N.º 049/2010

Para: FABIANA ALEXANDRE FERREIRA NICOLINI
Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira

De: **Prof. Dr. Ubaldo Silveira**
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

Data: 30/06/2010

Projeto de Pesquisa CEP: 049/2010

Prezado (a) Senhor (a),

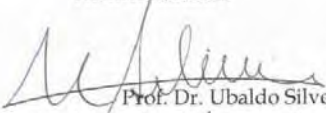
Vimos por meio deste informar que o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP - CEP/UNESP/FRANCA *analisou e aprovou* sem restrições, o Projeto intitulado "A solidariedade em cooperativas de trabalho: um novo desafio para os trabalhadores rurais", tendo como pesquisadora Fabiana Alexandre Ferreira Nicolini, bem como o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em reunião ocorrida na data de 30/06/2010, registrado sobre o CEP: 049/2010.

Temos ciência de que os estudos serão conduzidos de acordo com normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

Solicitamos que sejam encaminhados os relatórios parciais e finais, bem como envie-nos possíveis emendas e novos termos de consentimentos livre e esclarecido, notifique qualquer evento adverso sério ocorrido durante a realização do presente projeto de pesquisa para que possamos fazer o devido acompanhamento.

Sem mais para a oportunidade,

Atenciosamente.


Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
UNESP - Campus de Franca